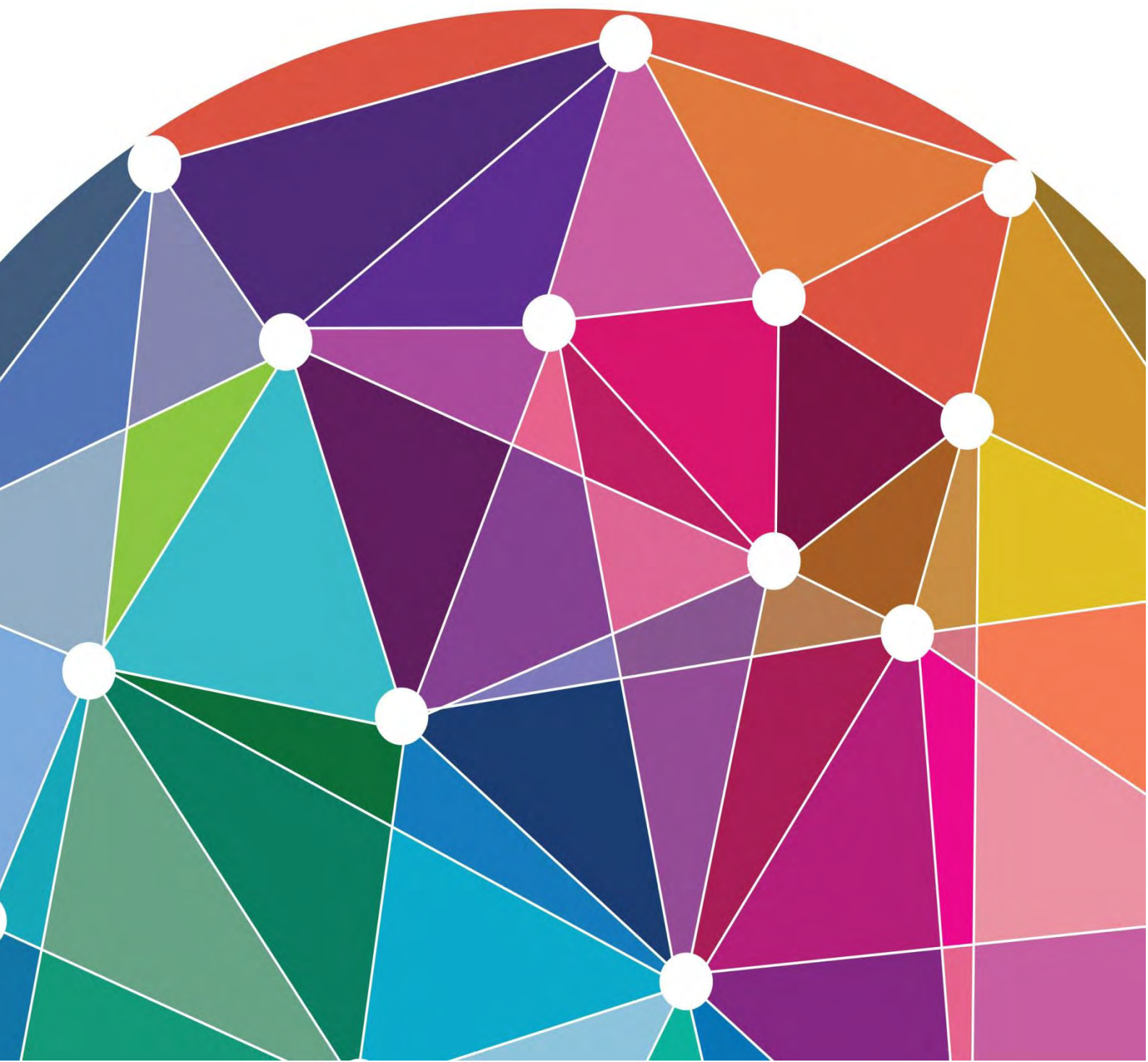


Plano de Atividades 2019



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	7
Objetivos inseridos no QUAR.....	7
Matriz de coerência e implicação	10
III – ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	12
Atividades a realizar	12
Recursos Humanos e Financeiros	14
IV. PLANO DE FORMAÇÃO	16
V. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	17
VI. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	19
VII. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	20
VIII - ANEXOS	24

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP) é um instituto público com competências no âmbito da execução das políticas públicas em matéria de migrações, cuja missão e atribuições estão devidamente explicitadas na orgânica deste Serviço, implementada através do Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro.

As migrações são um fenómeno social dinâmico, por isso é importante que exista uma constante adequação das políticas públicas às distintas realidades, aos acontecimentos nacionais e internacionais que vão sucedendo, para que este Serviço possa estar sempre devidamente capacitado, tanto ao nível do atendimento presencial dos migrantes, como da sua integração e acompanhamento, permitindo uma constante monitorização e divulgação do trabalho desenvolvido, levando à concretização da missão do ACM, IP que prevê:

- A promoção de Portugal enquanto destino migratório;
- O acolhimento e integração dos migrantes, designadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos;
- A colaboração, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- O combate a todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião;
- O desenvolvimento de programas de inclusão social dos descendentes de imigrantes;
- A promoção, acompanhamento e apoio ao regresso de emigrantes portugueses e o reforço dos seus laços a Portugal.

O Plano de Atividades apresentado é um documento orientador da atividade do Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM, IP), que congrega as intenções de atuação deste Instituto para o ano de exercício de 2019, cumprindo o modelo proposto pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro. Neste documento estão patentes os objetivos estratégicos constantes do QUAR, devidamente alinhados e em sintonia com a Lei Orgânica e Missão deste Instituto, os objetivos operacionais que demarcam a sua ação, as atividades previstas, bem como os recursos humanos e financeiros que irão ser afetos às mesmas.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Em 2017 residiam em Portugal 421.711 cidadãos estrangeiros, representando 3,9% do total de residentes do país. Este foi o primeiro ano, desde 2011, em que o saldo migratório se inverteu, passando a ser positivo, o que significa que entre saídas e entradas se verificou um saldo de 4.886 pessoas migrantes.

Também os perfis das novas entradas está a mudar, tendência aliás que se regista desde 2008. Em 2017 os fluxos que mais cresceram foram sobretudo aqueles associados a razões de estudo, investigação, trabalhadores independentes, investidores e reformados. Estamos, portanto, num momento de viragem importante para o nosso país, algo que se reflete, naturalmente, nos serviços prestados por este Alto Comissariado para as Migrações.

A crescente procura dos apoios do ACM é evidenciada em praticamente todas as nossas áreas de atuação. Desde logo nos Centros Nacionais e Locais de Apoio à Integração de Migrantes, na Linha de Apoio ao Migrante ou no Serviço de Tradução telefónica. Mas igualmente em iniciativas como o Programa Mentores para Migrantes, Programa Português para Todos ou Programa Escolhas. Em 2019 estamos em crer que assim continuará a ser, na medida em que os dados provisórios relativos à presença de cidadãos estrangeiros em Portugal continuam a sinalizar essa tendência de crescimento.

Assim, e fazendo jus à vasta tradição de Portugal no domínio do acolhimento e integração de migrantes, bem como, e cada vez mais, no âmbito das comunidades cigana, continuaremos, em parceria com inúmeros Municípios e entidades da sociedade civil a nível local, o extraordinário caminho que tem vindo a ser percorrido.

Continuaremos, em 2019, a reforçar as políticas de gestão da diversidade que, fundadas no modelo intercultural, asseguram que os migrantes que cá são acolhidos descubrem as pontes e a proximidade para a sua plena integração. Mas, igualmente, continuaremos a assegurar que os(as) portugueses(as) que os acolhem estão preparados para lançar pontes de diálogo e de encontro com outras culturas e outros povos aceitando, sempre dentro do quadro legal que estabelece os nossos direitos fundamentais, a diversidade que a todos nos torna mais ricos.

De igual modo, em 2019, através dos três Centros Nacionais de Apoio à Integração dos Migrantes – no Porto, em Lisboa e no Algarve – dos 98 Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, presentes no território continental e nas Regiões Autónomas, da Linha de Apoio ao Migrante, do Serviço de Tradução Telefónica, do Programa Mentores para Migrantes, do Programa Português para Todos e do Programa

Escolhas, entre muitas outras iniciativas do ACM,I.P, iremos estar muito perto dos nossos beneficiários, prosseguindo a missão do ACM, incrementando o contacto direto com as pessoas migrantes.

Numa outra via, e numa lógica de modernização administrativa, em 2019 com a execução do projeto CNAIM Móvel passaremos a estar em qualquer lugar, mediante solicitação de associações de migrantes, Municípios, empresas ou outras entidades da sociedade civil.

O ano de 2019 será um ano de consolidação da estrutura interna deste Instituto Público, agora que foi possível consolidar o seu mapa de colaboradores e a orgânica interna. Será também o ano da plena implementação e execução da maioria dos fundos comunitários que visam a integração dos migrantes, juntando-se aos financiamentos já disponíveis no FAMI, as medidas previstas no Fundo Social Europeu, através do POISE.

No âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), agora revista, estabeleceremos um conjunto de novas medidas para mitigar a exclusão e o preconceito, mas que também visam potenciar a plena integração.

No âmbito do trabalho com pessoas refugiadas, e agora no quadro do programa de reinstalação, continuaremos a apoiar na integração em Portugal, num quadro de aprofundamento da cooperação inter-institucional.

Finalmente, procederemos ao lançamento da 7ª Geração do Programa Escolhas, instrumento vital para a coesão social e a igualdade de oportunidades.

Pedro Calado – Alto-comissário para as Migrações
Romualda Fernandes – Vogal do Conselho Diretivo do ACM, IP

MISSÃO

Porque existimos?

Para “Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais em matéria de migrações relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos em particular as comunidades ciganas e para a gestão e valorização da diversidade entre cultural, etnias e religiões.”¹

VISÃO

O que queremos?

Ser o Organismo de referência a nível nacional e internacional em matéria de integração e acolhimento de migrantes e minorias étnicas.

VALORES

Em que acreditamos?

Diversidade – Somos todos/as diferentes pelo que devemos pautar a nossa atuação pelo respeito pelo outro/a;

Interculturalidade – São o diálogo e a interação em torno do que nos une que permitem a coesão social;

Tolerância e não-discriminação – Regemo-nos por comportamentos e atitudes de não-discriminação e tolerância relativamente aos outros/as;

Prosecução do Interesse Público – Como Serviço Público cumpre-nos “...prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.”²

¹ art.n.º3 DL n.º31/2014, de 27 de fevereiro

² CPA/2015 – art. n.º4 DL n.º4/2015, de 7 janeiro

II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Objetivos inseridos no QUAR

Para perspetivar os objetivos operacionais e metas para 2019 é importante ter em consideração o ambiente interno e externo, numa ótica de continuidade, mantendo o caminho traçado, sem esquecer toda a nossa envolvência, tendo como fim o cumprimento e superação dos nossos objetivos estratégicos:

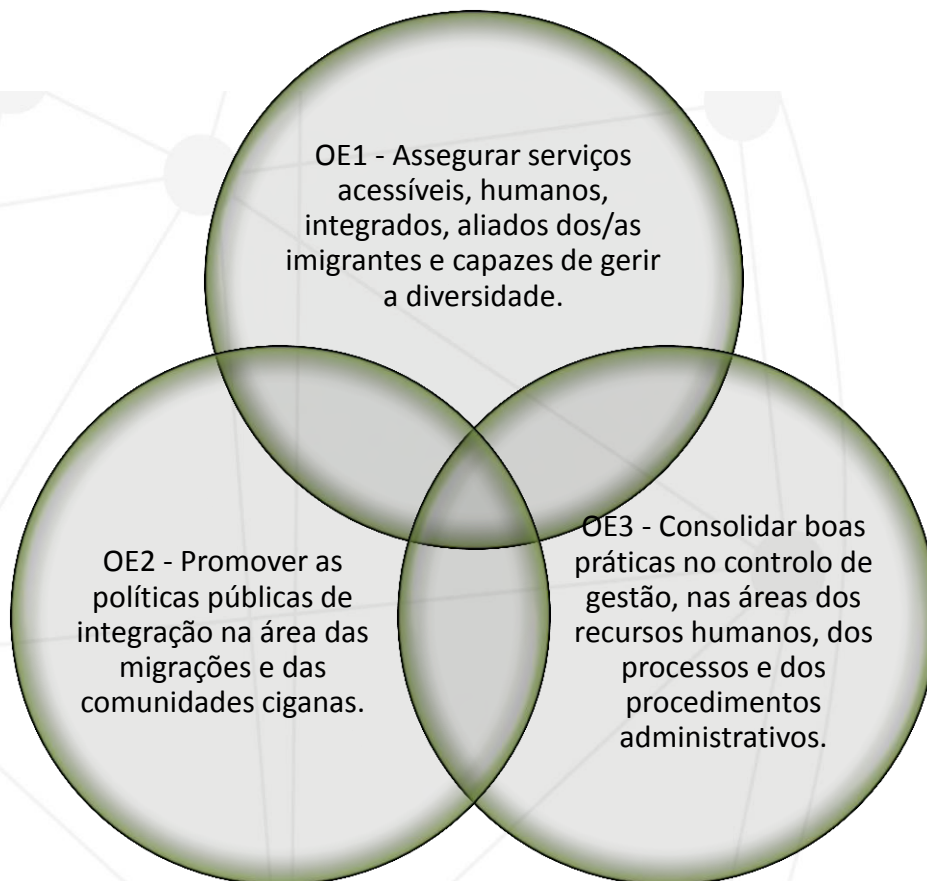


Figura 1 – Objetivos estratégicos QUAR 2019

O ACM,IP, enquanto Instituição com competências na área das migrações, da integração de migrantes e das minorias étnicas procurou, ao longo dos anos, não só cumprir a missão que lhe estava adstrita, mas fazê-lo de forma integrada, de forma abrangente, em que, enquanto cumpria os objetivos traçados, procurava ir mais além, criando novas sinergias e perspetivando uma melhoria contínua.

De certa forma, o lema tem sido progredir na continuidade, isto é, dando passos certos, aprendendo todos os dias, corrigindo as distorções e enquadrando todo o conhecimento que a experiência nas matérias das migrações tem proporcionado. Reflexo deste trabalho, os objetivos operacionais enquadrados no QUAR, permitem a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos e que vão de encontro à Missão deste Serviço, por via de 9

indicadores, envolvendo o cumprimento por parte das diversas Unidades Orgánicas do ACM, de um conjunto de atividades e projetos definidos *a priori*:

Parâmetro Eficácia				
001 – Aproximar o ACM dos/as seus/suas destinatários/as				
Indicador 1	Metodologia de cálculo	Meta 2019	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Número de visitas de acompanhamento aos projetos ACM	Somatório das visitas efetuadas onde são contabilizadas, as deslocações físicas de pelo menos um dirigente ou trabalhador do ACM ao espaço físico de implementação de um projeto, ou iniciativa dinamizada nesse âmbito	550	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal	Equipas de acompanhamento/NGARH
002 – Promover a diversidade cultural				
Indicador 2	Metodologia de cálculo	Meta 2019	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros.	Ponderação entre o nº de horas de formação/sensibilização e o nº de formandos presentes em cada ação de formação/sensibilização	38.920	Documentos de registo	Equipas de acompanhamento/NGARH
Indicador 3	Metodologia de cálculo	Meta 2019	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Taxa de execução das medidas/prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Média simples que cruza a execução prevista de ações do PEM e ENICC, sob a responsabilidade do ACM, com as ações concretizadas	100%	Protocolos	Equipas de acompanhamento/NGARH
Parâmetro Eficiência				
003 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos				
Indicador 4	Metodologia de cálculo	Meta 2019	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Prazo médio de pagamento a fornecedores e a projetos (em dias corridos)	Média simples	20	GERFIP	Coordenação EFAF/NGARH.
Indicador 5	Metodologia de cálculo	Meta 2019	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador/a, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	Média simples calculada com base na variação percentual registada por gabinete de atendimento	105%	GESMED e registo de atendimento RH	Coordenação dos CNAIMs/NGARH.
004 – Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE				
Indicador 6	Metodologia de cálculo	Meta 2019	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Garantir a operacionalização atempada dos atos administrativos conducentes ao	No final do ano em análise: (N.º de trabalhadores com acréscimo no mês	100%	SRH	Coordenação NGARH/EFAF

descongelamento de escalões dos trabalhadores do mapa do ACM,IP, que reúnam condições, no prazo de 30 dias após a homologação das avaliações de desempenho - n.º 2 do art.º 16 da LOE	seguinte / N.º total de trabalhadores com valorização no ano) /100)			
Parâmetro Qualidade				
005 – Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado				
Indicador 7	Metodologia de cálculo	Meta 2019	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIMs apresentadas no livro amarelo	Somatório das reclamações com fundamento, da responsabilidade do ACM, apresentadas no livro amarelo	8	Livro de Reclamações	Coordenação dos CNAIMs/NGARH
Indicador 8	Metodologia de cálculo	Meta 2019	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Tempo médio de espera nos CNAIMs (em minutos).	Calculado através de uma média simples	0:35:00	SIGA	Coordenação dos CNAIMs/NGARH
Indicador 9	Metodologia de Cálculo	Meta 2019	Fonte de Verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Percentagem do cumprimento das 35 horas semanais, por parte dos trabalhadores, cumprindo o horário flexível em todas as UO's do ACM,IP	Indicação dada pela plataforma de assiduidade	100% dos trabalhadores	Plataforma webtime	NGARH

Figura 2 – Objetivos, indicadores e metas QUAR 2019

O QUAR para 2019, apresenta um novo objetivo operacional e dois novos indicadores, distribuídos pelo Parâmetro Eficiência – o Objetivo Operacional – OO4 - **Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE**, em que o Indicador 6, que está diretamente ligado ao cumprimento do disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2019 – LOE 2019, concretamente ao nº 2 do art.º 16º, com a concretização do procedimento de descongelamento de escalões dos trabalhadores do mapa do ACM,IP, que reúnam as devidas condições. E pelo Parâmetro Qualidade - o Indicador 9, que visa a conciliação da vida familiar e profissional, conforme estabelecido no art.º 22º da LOE 2019.

O ACM,IP no seu Regulamento de Horário de Trabalho privilegia o desenvolvimento de funções em horário flexível, e durante o ano 2019 procederemos à monitorização da sua aplicação, tendo em conta o aproveitamento dos tempos de trabalho, de modo a que os trabalhadores possam conjugar da melhor forma a vida profissional e pessoal.

Relativamente à atividade no âmbito das competências do ACM,IP para 2019, os objetivos operacionais (OO) mais relevantes com um peso superior a 50% da taxa de realização global do QUAR são o objetivo OO2 – Promover a

Diversidade Cultural, com um peso de 80% no parâmetro Eficácia, o OO4 – Melhorar o Funcionamento da Organização e a Qualidade do Serviço Prestado, com um peso de 75% no parâmetro Eficiência e o objetivo 005 – Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado, com um peso de 100% no parâmetro Qualidade.

No OO2, que abrange os indicadores 2 e 3, tem maior representatividade o indicador 3 uma vez que para a sua realização convergem o Plano Estratégico para as Migrações e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, que são não apenas pilares centrais da missão do ACM,IP, mas também as principais referências, do ponto de vista da política pública, para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações e comunidades ciganas, contribuindo para a execução do Programa Orçamental que é trimestralmente monitorizado através do REPO 02.

	Peso do Obj. Operacional	Peso do Parâmetro	Peso Final
EFICÁCIA			
OO1	20%	40%	8%
OO2	80%	40%	32%
EFICIÊNCIA			
OO3	25%	40%	10%
OO4	75%	40%	30%
QUALIDADE			
OO5	100%	20%	20%

Quadro 2 – Matriz do cálculo da relevância dos Objetivos Operacionais QUAR

Matriz de coerência e implicação

A matriz de coerência e implicação é um instrumento facilitador da comunicação estratégica, que visa demonstrar o peso de cada um dos objetivos operacionais na concretização dos objetivos estratégicos, o que permite definir prioridades e alinhar o desempenho organizacional.

Parâmetros	Objetivos Estratégicos			Objetivos Operacionais
	OE1	OE2	OE3	
Eficácia	X	X		OO1
		X		OO2
Eficiência			X	OO3
				OO4
Qualidade	X		X	OO5

Figura 3 – Matriz de coerência e implicação

III – PROGRAMA ORÇAMENTAL

Objetivo da Política:

Do ponto de vista da política pública, para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações e comunidades ciganas, o ACM, IP identificou como indicador e medida, associados à execução do Programa Orçamental o Indicador 3 (vide ponto II).

Para a sua concretização confluem as metas do Plano Estratégico para as Migrações e da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, da inteira responsabilidade do ACM,IP. Estes dados são referência para a execução do Programa Orçamental e trimestralmente monitorizados através do REPO 02.

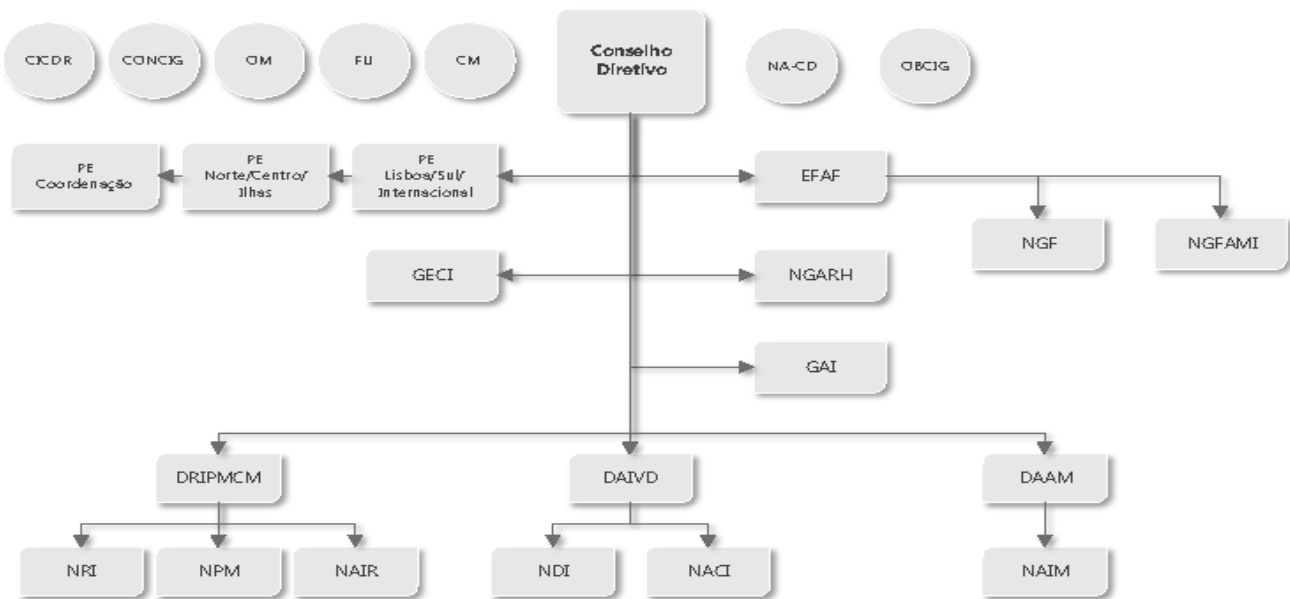
Indicador:

Taxa de execução das medidas/prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas

IV – ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

Atividades a realizar

Com o enfoque na adequação à Lei Orgânica do ACM,IP, procedeu-se à estabilização da respetiva estrutura, que tem vindo a ser consolidada e aprimorada nos últimos anos, dando origem ao atual Organograma:



Legenda:

- CCDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
- CM - Conselho para as Migrações
- CNAIM - Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
- CONCI - Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
- DAAM - Departamento de Apoio e Assistência Migratória
- DAIVD - Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade
- DRIPMCM - Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes
- EFAF - Equipa de Fundos e Apoio Financeiro
- FU - Fiscal Único
- GAI - Gabinete de Auditoria Interna
- GECI - Gabinete de Eventos, Comunicações e Informação
- NA-CD - Núcleo Adjunto do Conselho Diretivo
- NACI - Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas
- NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes
- NAIR - Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados
- NDI - Núcleo para o Diálogo Intercultural
- NGARH - Núcleo de Gestão Administrativa e Recursos Humanos
- NGF - Núcleo de Gestão Financeira
- NGFAMI - Núcleo de Gestão do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
- NPM - Núcleo de Políticas Migratórias
- OBCIG - Observatório das Comunidades Ciganas
- NRI - Núcleo de Relações Internacionais
- OM - Observatório das Migrações

Figura 4 – Organograma ACM,IP

Este Organograma reflete a Lei Orgânica do ACM,IP com cinco Equipas multidisciplinares, três grandes Departamentos e dez Núcleos, com competências muito precisas nas matérias que lhe estão adstritas, permitindo o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais definidos. Qualquer uma destas áreas

organizacionais é de extrema importância para o Instituto, todavia e face às constantes alterações quer da conjuntura legal, social, económica, nacional e internacional, todos os anos existe a necessidade de aferir, quais as áreas de atuação primordial:

- A concretização do **Plano Estratégico para as Migrações**, enquanto um dos principais desafios para 2019, incidindo nos eixos prioritários e critérios de avaliação e monitorização da política migratória, bem como no elenco de medidas organizadas por eixos prioritários.
- Por seu turno, a **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)** aprovada a 27 de março de 2013, RCM n.º 25/2013, e recentemente revista para os anos de 2019 a 2022, representa o principal referencial para a integração das comunidades ciganas no contexto nacional e surge como um projeto relevante para a concretização dos objetivos do ACM,IP, através do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) e do Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG), que desempenham um papel fundamental de apoio à execução do plano, no domínio da mobilização de atores-chave e de organizações da sociedade civil.
- Com a publicação da Lei nº 27/2017, de 30 de maio, que aprovou medidas para aplicação uniforme e execução prática do **direito de livre circulação dos trabalhadores**, novas competências foram atribuídas ao ACM,IP. Este normativo aplica-se aos cidadãos da União Europeia e membros das suas famílias, no exercício da liberdade de circulação de trabalhadores, relativamente a aspetos como o emprego, condições de trabalho, benefícios sociais e fiscais, educação saúde, entre outras. Com efeito, cabe ao ACM,IP coordenar as entidades envolvidas na sua implementação:
 - i. ACM, IEFP, ANQEP, ACT, ISS, ATA, DGES, IHRU, DGE, DGAE;
 - ii. Assegurar o contacto com a Comissão Europeia;
 - iii. Assegurar o contacto com as entidades equivalentes dos outros Estados Membros;
 - iv. Promover a realização de inquéritos e análises independentes sobre restrições e entraves injustificados ao direito de livre circulação ou discriminação em razão da nacionalidade;
 - v. Assegurar a publicação de relatórios independentes e formular recomendações sobre as matérias em causa e proceder à publicação de informações relevantes sobre a aplicação, em Portugal, das regras da UE em matéria de livre circulação.
- Com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, publicada em 23 de agosto, que permitiu que passasse a estar estabelecido num único diploma, o regime da prevenção, da proibição e do combate a qualquer tipo de discriminação, ajustando as orientações mais recentes de política pública

nacional, europeia e internacional, de forma a permitir um combate mais eficiente e efetivo ao fenómeno da discriminação.

Nesse sentido, é proposta uma primeira abordagem transversal, por via da consolidação de regras e articulação expressa entre diplomas, pelo alargamento do âmbito de aplicação à ascendência e território de origem, pela atualização de conceitos e inclusão de referência explícita à discriminação múltipla e à discriminação por associação.

É nessa continuidade que o ACM, IP, passa a ser entidade pública a quem cabe garantir o funcionamento, a coordenação e os meios adequados, de modo a regular a atividade da **Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)**. Este é um órgão especializado no combate à discriminação racial, criado pela Lei n.º 134/99 de 28 de agosto, com o objetivo de prevenir e proibir a discriminação, sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de direitos fundamentais, tais como a recusa ou o condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, a qualquer pessoa, em razão da sua pertença a determinada origem, cor da pele, nacionalidade ou etnia.

Também 2019 assistiremos ao lançamento da 7ª Geração do Programa Escolhas para o biénio 2019-2020, o que reforça a capacidade de atuação deste programa, daqui para frente plenamente integrado no ACM, IP.

O conjunto global das atividades a desenvolver em 2019 encontra-se no Anexo I do presente Plano de Atividades.

Recursos Humanos e Financeiros

Em 2018, à semelhança dos restantes organismos da Administração Pública, o ACM,IP desenvolveu e implementou o Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública – PREVPAP. Este programa de regularização abrangeu cerca de 130 postos de trabalho, tendo sido celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com 124 trabalhadores, sendo 100 técnicos superiores, 1 especialista de informática, 20 de assistentes técnicos, 1 técnico de informática e 2 assistentes operacionais.

O mapa de pessoal para o ano de 2019 cresceu, substancialmente, relativamente aos anos anteriores, passando este Organismo a deter, além de um grau de tecnicidade bastante elevado, recursos humanos com o vínculo adequado para as funções públicas que efetivamente desenvolvem, com maior estabilidade,

e que permitirão no seu todo a continuidade do trabalho desenvolvido, contribuindo para uma resposta eficaz a todos os nossos *stakeholders*.

Concretizando, o mapa de pessoal para 2019 dispõe de cinco Equipas cujas chefias são equiparadas a dirigentes intermédios de 1º grau:

- I. Equipa de Fundos e Apoio Financeiro (EFAF), onde estão inseridos o Núcleo de Gestão Financeira (NGF) e o Núcleo de Gestão de Apoio ao FAMI (NG-FAMI);
- II. Observatório para as Migrações (OM);
- III. 3 Equipas do Programa Escolhas.

De igual modo, estão considerados no mapa de pessoal:

- I. **O Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes** - onde estão inseridos o Núcleo de Relações Internacionais (NRI), o Núcleo de Políticas Migratórias (NPM) e o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados (NAIR);
- II. **O Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade** onde se encontram o Núcleo de Apoio à Comunidade Cigana (NACI) e o Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI);
- III. **O Departamento de Apoio e Assistência Migratória**, a que está adstrito o Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes (NAIM).

Na direta dependência do Conselho Diretivo (CD) devemos considerar o Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos (NGARH), criado em 2016, e o Núcleo Adjunto do Conselho Diretivo (NACD), criado em 2018.

Considerando a entrada de novos colaboradores no âmbito do PREVPAP, bem como a integração plena dos trabalhadores do Programa Escolhas, o mapa de pessoal do ACM,IP, (em anexo), para o ano de 2019 é composto por: dois dirigentes superiores, um fiscal único, três dirigentes intermédios de 1º grau, cinco equiparados a dirigentes intermédios de 1º grau, dez dirigentes intermédios de 2º grau, cento e vinte técnicos superior, dois especialistas de informática, vinte e três assistentes técnicos, um técnico de informática e três assistentes operacionais, perfazendo um total de cento e setenta e oito postos de trabalho.

Além dos trabalhadores do Mapa, em 2019 o ACM,IP irá contar com o apoio para a prossecução das suas atividades básicas de 19 mediadores socioculturais.

Relativamente aos **Recursos Financeiros** para o ano de 2019, a dotação proposta do orçamento de funcionamento é de € 17.253.891€. Esta dotação integra a proposta de orçamento de funcionamento do Programa Escolhas pela aprovação em Conselho de Ministros da Resolução que o renova para o período de 2019 a 2020 integrando-o no Alto Comissariado para as Migrações, IP.

OE 2019 - ACM,IP

	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	17.253.891 €		
Despesas c/ pessoal	4.321.113 €		
Aquisições de bens e serviços	2.890.743 €		
outras despesas corentes	10.042.035 €		
PIDDAC	- €		
Outros valores	- €		
Total	17.253.891 €		

Figura 5 – Distribuição orçamento ACM,IP - 2019

IV. PLANO DE FORMAÇÃO

O Plano de Formação a implementar no ano de 2019, tem subjacente uma grande responsabilidade, que passa, simultaneamente, pela continuidade do trabalho desenvolvido, e pela necessidade de um novo impulso, sem perder de vista o registo inovador, dinâmico e motivacional que foi fulcral para o aperfeiçoamento do desempenho dos nossos colaboradores, nos anos transatos.

Após uma lógica trienal de implementação do Plano de Formação Profissional - 2016-2018, em que de forma integrada a formação deu os seus primeiros passos, neste momento, há que aferir o nível de concretização atingido, avaliando o impacto da formação no desempenho dos colaboradores, verificando quais as matérias e as áreas em que devemos incidir e, quais os novos campos de atuação.

A estratégia inicial permitiu-nos partir de uma perspetiva macro, para posteriormente olhar para as situações específicas, de modo a analisar a realidade em que estamos inseridos, bem como promover uma maior eficácia na aferição de impacto e resultados, proporcionando um campo mais alargado para uma melhoria que se pretende sempre contínua.

Em 2019, pretende-se conjugar a procura e melhoria de novas competências, com a aquisição e partilha de saberes, utilizando como recurso a formação externa de mão dadas com o *know-how* interno, já adquirido

pelos trabalhadores do ACM, IP, numa perspetiva de aproveitamento de recursos, com o intuito de fortalecer a especialização de uns e permitir a atualização profissional de outros.

Com esta abordagem, pretendemos fazer crescer o saber-saber, o saber-fazer, e também o saber-ser.

V. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O ACM,IP tem pautado o seu desempenho em matéria de modernização administrativa, pela obtenção e implementação de novas tecnologias, ao mesmo tempo que procurou estabelecer novas práticas administrativas, com rigor e objetividade, tendo em vista uma maior e melhor prossecução do interesse público.

Após a conclusão e implementação do Projeto *MY CNAIM*, novos desafios têm vindo a ser projetados. Para o ano de 2019, estão a ser preparadas quatro novas Medidas Simplex+, que pretendem aproximar os nossos Serviços ao nosso público-alvo – os cidadãos migrantes, bem como aos cidadãos em geral, procurando apoiar e aumentar a cobertura territorial.

Medida Simplex – 25, ConheSer+ - Plataforma para os Refugiados

Prazos de implementação – 30 de junho de 2019

Descrição da Medida: A responsabilidade do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., (ACM, I.P.), no que diz respeito ao apoio na integração das pessoas refugiadas, incluindo as pessoas com necessidade de proteção internacional recolocadas, reinstaladas e espontâneas, exige a implementação da Plataforma ConheSER+ Plataforma Única para Pessoas Refugiadas. Esta plataforma visa, igualmente, o registo comum de dados com outras entidades que gerem diferentes perfis de pessoas refugiadas (SEF e ISS).

Assim, com a implementação desta “Plataforma ConheSER+ Plataforma Única para Pessoas Refugiadas” pretende-se:

- Efetuar o registo individual de cada pessoa refugiada (recolocada, reinstalada ou espontânea);
- Registrar o respetivo projeto de vida de cada requerente/agregado familiar até à fase de autonomização;
- Mapear todas as disponibilidades de acolhimento em território nacional;
- Identificar todos os processos de retoma a cargo;
- Identificar todos os movimentos secundários.

Medida Simplex - Medida 38 - Base de dados da Rede CLAIM e da Rede GIP Imigrante

Prazo de implementação previsto na Plataforma SIMPLEX - 2019-03-31

Descrição da Medida: Esta medida tem como objetivo dotar os CLAIM e os Gabinetes da Rede GIP Imigrante com uma plataforma digital que lhes permita registar os atendimentos e acompanhar os clientes que procuram estes serviços, potenciando a relação entre os serviços e os cidadãos migrantes, assim como caracterizar a população que os procuram. Assim, visa dotar os gabinetes dos CLAIM e da Rede GIP Imigrante de um sistema informático que permita acompanhar de forma personalizada e sistematizada os processos dos cidadãos, bem como, que permita gerar relatórios estatísticos que permitam a caracterização do serviço prestados por estas redes. Este sistema irá substituir os sistemas obsoletos, principalmente em termos de tecnologia.

Medida Simplex - Medida 39 - CNAIM Móvel

Prazo de implementação previsto na plataforma SIMPLEX - 2019-03-31

Descrição da Medida: O CNAIM Móvel consiste numa viatura identificada e apetrechada com um local para atendimento e equipamento informático, que estará ligada à rede informática dos CNAIM e que tem por finalidade dar resposta em locais onde não exista a presença física de um CNAIM, nem de um CLAIM e onde se verifique a pertinência de um atendimento presencial. Este serviço está pensado para respostas em locais com grande concentração de migrantes, locais tais como explorações agrícolas, festas de estudantes, junto a aeroportos, bairros periféricos, feiras de emprego, entre outros locais. Este serviço tem por finalidade ser um instrumento de apoio às equipas de terreno e ao mesmo tempo encurtar distâncias entre o ACM e a população migrante que não consegue deslocar-se aos serviços de atendimento.

Medida Simplex - Medida 40 - Agenda para Uma Vida Intercultural

Prazo de implementação previsto na plataforma SIMPLEX - 2019-06-30

Descrição da Medida: Plataforma com informação sobre iniciativas, eventos, datas comemorativas e projetos interculturais e interreligiosos, com possibilidade de integração com a agenda de cidadão, bem como geo-referenciação e informação sobre restaurantes, galerias, locais de culto, festivais, fóruns, e outros, de natureza intercultural e/ou interreligiosa no País.

Além destas medidas, com a implementação do Manual de Prodecimentos do ACM, IP, no âmbito da gestão de recursos humanos, pretende-se alargar o respetivo âmbito de aplicação, para colher informação objetiva e simplificada de todas as restantes Unidades orgânicas.

VI. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A publicidade institucional do ACM, I.P., em 2019 incidirá na continuidade de utilização dos meios de divulgação até aqui utilizados, nomeadamente o site e a página de *facebook* deste Instituto Público, nas ações de difusão junto das entidades parceiras, como associações de Migrantes e de Municípios, e na realização de eventos e iniciativas e eventos, como o Prémio de Comunicação "Pela Diversidade Cultural" e a respetiva Cerimónia de Entrega de Prémios.

Para que este trabalho seja concretizado, o Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI) tem como atribuições a produção de conteúdos para publicação em todos os meios de divulgação deste Serviço:

- Portais - ACM, CICDR, OBCIG, site Programa Escolhas (PE);
- Facebook - PE e ACM;
- Revistas trimestrais – Revistas ACM e Revista Escolhas;

De igual modo, tem a seu cargo a contratação de serviços e a aquisição de materiais de suporte/divulgação aos eventos/iniciativas, a produção de conteúdos (digitais e impressos) para divulgação de todas as ações/medidas/programas e eventos do ACM, I.P., bem como a realização de Reportagens das iniciativas do Instituto, organizadas muitas vezes em parceria com outras entidades, para publicação nos meios acima referidos. A produção de Notas de Imprensa a divulgar pela Comunicação Social, com o intuito de tornar mais abrangente os programas e iniciativas do ACM, I.P., o *clipping* diário e a partilha de notícias no âmbito da missão do Instituto constituem outras das responsabilidades deste gabinete.

O recurso à produção audiovisual, como forma de dar um maior dinamismo e abrangência à produção informativa das matérias de intervenção do ACM, I.P., propósito já traçado em 2018, constitui em 2019 um objetivo central.

VII. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em alinhamento com os objetivos estratégicos e operacionais do ACM, IP, foram identificadas como essenciais para a prossecução da atividade deste Organismo, as necessidades de contratação externa, constante da tabela infra:

Empresa /entidade a contratar (nas situações em que é possível referir já)	Âmbito temporal	Objeto	Objetivos a alcançar	Instrumentos de controlo da prestação e do resultado alcançado (que se prevê utilizar)	Tipologia do procedimento a dinamizar / desenvolvido (v.g. ajuste direto, concurso público, (...)) – tipologias de acordo com o CCP)	Valor contratual de contratação (C/IVA)	Fonte de financiamento (Funcionamento / PIDDAC)
PROJECTTIME - DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELECTRÓNICOS	2018 / 2019	Aquisição Serviços atualização, assistência / manutenção dos relógios de ponto, Lisboa-Álvaro Coutinho e Angelina Vidal, e Porto	Assegurar o registo de assiduidade	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Regime simplificado	1.168,50 €	369, 540
Beltrão Coelho	2017 / 2019	Aquisição de serviços de aluguer operacional de 31 equipamentos de cópia e impressão pelo período de 24 meses, para os CNAIM Lisboa e Porto e Rua Angelina Vidal	Assegura o funcionamento do atendimento ao público e serviços	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Ajuste direto	51.158,16 €	369, 442, 446, 540
LUSA-AGÊNCIA NOTÍCIAS DE PORTUGAL	2017 / 2019	Objetivo enriquecer produção conteúdos informativos noticiosos para informar/sensibilizar diversos públicos, nomeadamente comunidades migrantes, ciganas sociedade portuguesa, sobre missão do ACM	Conteúdos informativos noticiosos para informar/sensibilizar diversos Públicos	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Ajuste direto	9.967,20 €	540
AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – AMA	2018 / 2020	Protocolo Suporte Informático Comunicações (AMA), de 01.01.18 a 31.12.20	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	204.119,17 €	369, 482, 540
AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – AMA	2019	Protocolo Cnai-Algarve, despesas Utilização Espaço e telefone	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	26.695,20 €	369, 448
ESTAMO - Participações Imobiliarias	2019	Arrendamento Prédio R. Álvaro Coutinho14-16, Lisboa	Assegurar o funcionamento geral	-	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	267.996,48 €	369, 446
ESTAMO - Participações Imobiliarias	2019	Arrendamento R. Angelina Vidal, Lisboa	Assegurar o funcionamento geral	-	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	93.900,00 €	369, 540
Real Vida Seguros	2019	Arrendamento estabelecimentos números 55 e 56 (RM, RN, RO e RP), no rés-do-chão	Assegurar o funcionamento geral	-	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	48.495,72 €	369, 442

		do Bloco A, do prédio situado na Avenida de França, Porto					
CTT - Correios de Portugal	2019	Aquisição de serviços de aceitação, tratamento, transporte distribuição de correspondências postais, para o ano de 2019	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	12.262,24 €	311, 540
ISISFLOR - COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS	2017 / 2018	Aluguer e manutenção das plantas nos edifícios do CNAI na Rua Álvaro Coutinho e na Rua dos Anjos	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Ajuste direto	3.448,53 €	369
JET COOLER, AGUAS E CAFÉS	2017 / 2019	Aluguer de Bebedouros, fornecimento de copos e garrações de água, para Rua Alvaro Coutinho e Rua Anjos em Lisboa, Rua de França no Porto e Cnai Faro, para o período de 24 meses	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Ajuste direto	8.242,86 €	369, 442, 446, 448
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres	2019	Fornecimento Água para Cnai Lisboa	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	11.880,00 €	369, 446
CMPEA-Emp. Aguas Município Porto	2019	Fornecimento Água para Cnai Porto	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	3.360,00 €	369, 442
Condomínio do Centro Empresarial Capitólio	2019	Condomínio instalações CNAI Porto, Edifício Capitólio, prédio na Avenida de França nºs 222; 256; 316; 352; 358 e 366, Bloco A, R/c - Fracções RO e RP (Estabelecimentos 55 e 56) e Fracções RM e RN (Estabelecimentos 57 e 58)	Assegurar as despesas comuns no CNAIM Porto	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	2.812,62 €	442
Rentokil Initial Portugal - Serviços de Protecção Ambiental	2019	Prestação de serviços de desinfestação nas instalações do CNAI de Lisboa, sitas na Rua Álvaro Coutinho, 14 e CNAI Porto	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Regime simplificado / Ajuste direto	1.018,44 €	369, 446, 540
	2019	Aquisição de serviços de refeições	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Regime simplificado / Ajuste direto	5.565,70 €	311, 482, 540
R.C.A.- Refrigeração e Condicionamento de Ar	2017 / 2019	Aquisição serviços assistência técnica / manutenção preventiva aos Equipamentos de Ar Condicionado do CNAIM de Lisboa, pelo período de 24 meses	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Ajuste direto	2.583,00 €	369, 446
R.C.A.- Refrigeração e Condicionamento de Ar	2019	Aquisição serviços aluguer 2 ar condicionados sala servidores CNAIM Lisboa.	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Regime simplificado	856,08 €	311
R.C.A.- Refrigeração e Condicionamento de Ar	2018 / 2020	Aquisição de serviços de aluguer de quatro Ar Condicionado auditório do CNAIM Lx	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Consulta Prévia	15.166,32 €	369, 446

Nortarco	2019	Aquisição serviços assistência técnica / manutenção preventiva AVAC Porto	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Regime simplificado / Ajuste direto	1.992,60 €	442, 540
ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração	2019	Contrato Adesão Serviços Gestão Partilhada (GeRFIP)	Plataforma de suporte à gestão orçamental, financeira, patrimonial e logística	Verificação da conformidade do serviço efetuado	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	39.232,08 €	540
MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia	2019	Aluguer central Lisboa, Aluguer linhas telefónicas Porto, Linha SOS	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS E OUTROS CONTRATOS - PRESTAÇÃO DE UM OU MAIS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	30.873,20 €	369, 442, 446
HIGIENE PLUS	2017 / 2019	Aquisição Serviços Manutenção Equipamentos Higiene do ACM e fornecimento dos respetivos consumíveis	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Ajuste direto	5.990,20 €	369, 446
Inês Pinto Coelho Reis	2018 / 2019	Aquisição serviços assessoria Jurídica elaboração protocolos e apoio às equipas em matérias jurídicas	assegurar a conformiadde jridica dos protocolos celebrados e apoios aos núcleos	Verificação do trabalho efetuado de encontro às exigência pretendidas	Consulta Prévia	11.808,00 €	540
Guerin	2019	Aluguer Viatura para Alto Comissário	Garantir as deslocações do Alto-Comissário	Verificação da conformidade do serviço efetuado	Ajuste direto	8.950,80 €	540
Finlog Aluguer e Comércio de Automóveis	2016 / 2020	Aluguer Operacional Viatura para um período de 48 meses, ao abrigo do lote 67 do acordo de quadro AQ-VAM da ESPAP	Garantir as deslocações em serviço para cumprimentos de metas	Verificação da conformidade do serviço efetuado	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	22.317,12 €	540
Prestibel - Empresa de Segurança - ???	2019	Aquisição de serviços de vigilância e segurança	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	169.647,16 €	369, 442, 446
PSP	2019	Aquisição de serviços de segurança	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	19.899,80 €	369, 446
Gouveia Pereira Costa Freitas & Associados Soc. Adv. RL	2018 / 2020	Aquisição de serviços de assessoria jurídica no âmbito de contratação pública e outras atividades de apoio jurídico no Gabinete Financeiro do ACM, IP., para o período de 2 anos	assegurar a contratação pública	Verificação do trabalho efetuado de encontro às exigências pretendidas	Consulta Prévia	71.317,96 €	369
Interlimpe - Facility Services -	2019	Aquisição serviços Limpeza	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	90.227,57 €	369, 442, 446, 540
CMVA - Multiserviços	2016 / 2019	Concurso de serviços de edição e publicação livros para o ACM, IP	Assegura as publicações inerentes à atividade deste Instituto	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Concurso publico	65.159,26 €	482, 540
Sebastião & Santos - SROC	2015 / 2019	Honorários devidos pela assunção de funções de interesse público, com a designação Fiscal Único	Imposição legal	-		56.944,38 €	311

		por despacho nº 9472/2015					
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL	2017 / 2019	05AQ-SGPCM/2016 - Aquisição centralizada de combustíveis rodoviários ao abrigo dos Lote 2 e 6 do Acordo de quadro CR-2012 da ESPAP, para os anos de 2017, 2018 e 2019	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Concurso publico	42.839,31 €	540
Servisan - Produtos de Higiene	2017 / 2019	08AQ-SGPCM/2016 - Aquisição centralizada de consumíveis de casa de banho ao abrigo do Grupo 1 (Lotes 1 a 5 e Lote 8) do AQ-HL-2015 da ESPAP, para os anos de 2017, 2018 e 2019	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Concurso publico	26.594,57 €	369, 442, 446
Iberdrola Clientes Portugal Unipessoal	2017 / 2019	06AQ-SGPCM/2016 - Aquisição centralizada do fornecimento de electricidade em regime de mercado livre, ao abrigo do acordo quadro AQ-ELE-2015, para a Rua Alvaro Coutinho e Rua dos Anjos, em Lisboa, e Rua de França no Porto para os anos de 2017, 2018 e 2019	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Concurso publico	189.906,96 €	369, 442, 446, 540
	2019	Aquisição serviços de viagens, transportes aéreos e alojamento	Assegurar as deslocações em serviço	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Concurso publico	77.500,00 €	369, 540
IP TELECOM	2019	Aquisição de serviços de renovação de Datacenter Virtual (DCV) portal refugiados.gov.pt, por o período de um ano.	Assegurar o funcionamento dos sites institucionais	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Regime simplificado	2.829,00 €	540
Espalha Estrelas	2018 / 2019	Aquisição de serviço de alojamento de Base de Dados (GTAEM) que faz a gestão de acolhimento dos refugiados no território nacional.	Assegurar o funcionamento dos sites institucionais	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Regime simplificado	596,55 €	540
ANO - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS	2018 / 2019	Aquisição de serviços de subscrição da plataforma eletrónica de Contratação Pública	Assegura o lançamento de procedimentos de contratação pública	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	Regime simplificado	922,50 €	540
	2019	Aquisição de papel (para fotocópia e impressão)	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	6.779,33 €	369, 446, 540
	2019	Aquisição de economato (material de encadernação, material de escritório e suportes digitais)	Assegurar o funcionamento geral	Verificação da conformidade do serviço/fornecimento efetuado	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	8.831,35 €	369, 442, 446, 448, 540

Figura 6 – Contratação Pública ACM,IP – 2019



VIII - ANEXOS

Plano de Formação 2019

QUAR 2019

Mapa de pessoal 2019

Orçamento 2019

Plano de Atividades Detalhado 2019

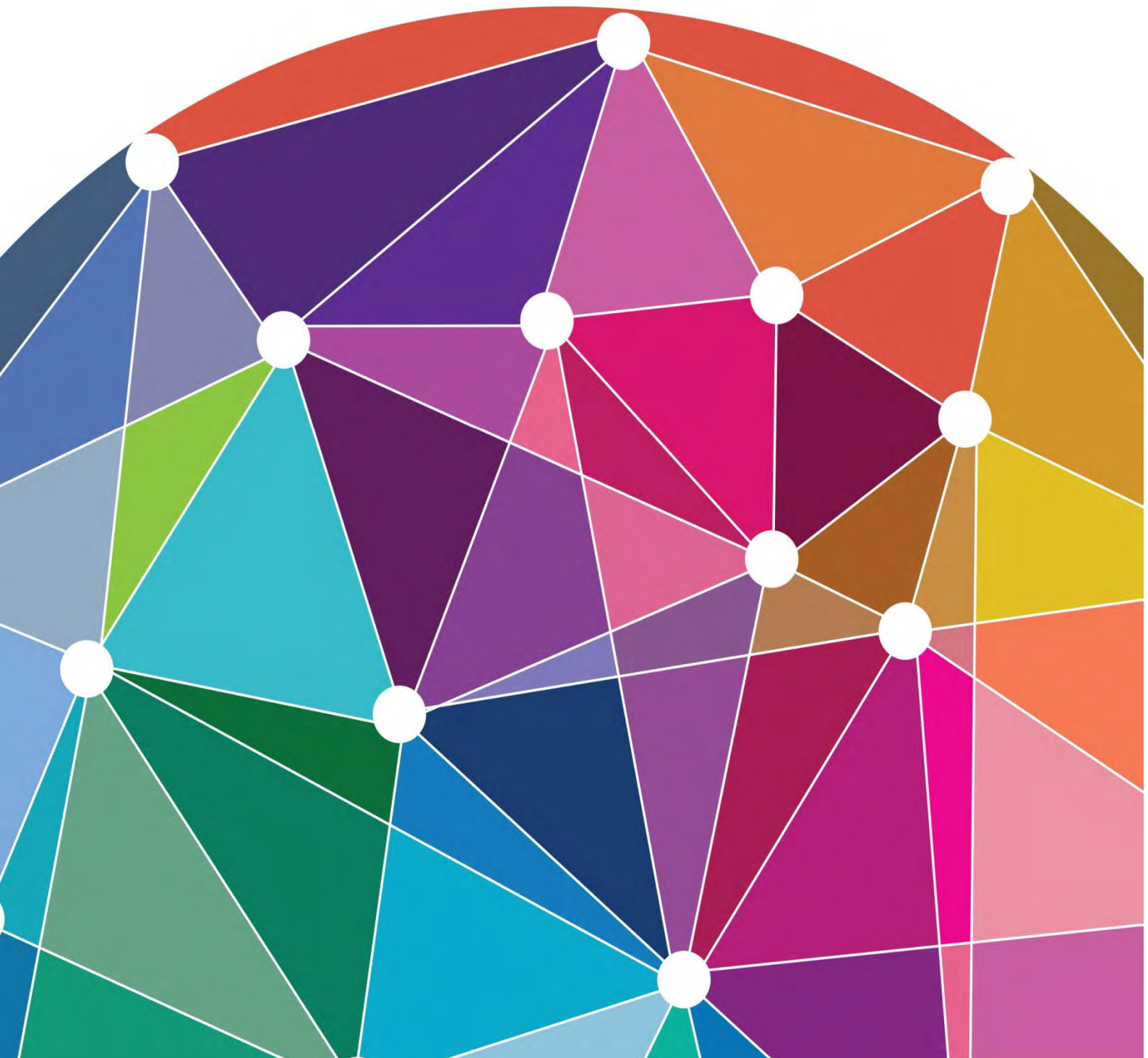
Plano Anticorrupção



Plano de Formação 2019

(Anexo I – Documento Autónomo)

Plano de Formação 2019



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO	4
CONCEÇÃO E METODOLOGIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	4
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO	6
NECESSIDADES FORMATIVAS VERSUS EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO MINISTRADA.....	8
FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS	10
MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	10
AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO.....	10
PLANO FORMATIVO E PREVISÃO DE ENCARGOS - 2018.....	12
ANEXOS	17
FORMULÁRIO DE REPORTE.....	18
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO	19

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fases de construção e implementação do plano de formação.....	5
Gráfico 2 - relação dos parâmetros para a formação	8
Gráfico 3 - Balanço Intermédio da Evolução da Formação Profissional no ACM, IP - 2016-17	9

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Cronograma ACM, IP - Plano de Formação	7
---	---

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Objetivos e estratégias da formação profissional	4
Tabela 2 – Ações de Formação a Desenvolver	16

NOTA INTRODUTÓRIA

A missão do ACM. IP está patente na sua Lei Orgânica (DL nº. 31/2017, de 27/02) e visa, essencialmente, *“Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.”*

Para a prossecução de tais objetivos, devemos ter em consideração o preâmbulo do mesmo articulado legal, *“(…) tornam necessária uma adequação institucional que permita responder adequadamente a esses desafios, designadamente pela sua capacidade de articulação de competências e pela experiência adquirida, com reconhecimento internacional e mérito, nos domínios da integração e inclusão dos imigrantes e das práticas de interação positiva entre a sociedade portuguesa e os seus imigrantes.”*, sem esquecer a importância da valorização profissional de todos os seus trabalhadores através da formação, seja ela inicial ou contínua.

O Plano de Formação a implementar no ano de 2019, tem subjacente uma grande responsabilidade, que passa, simultaneamente, pela continuidade do trabalho desenvolvido, e pela necessidade de um novo impulso, sem perder de vista o registo inovador, dinâmico e motivacional que foi fulcral para o aperfeiçoamento do desempenho dos nossos colaboradores, nos anos transatos.

Em 2019, pretende-se ir mais além no processo de aprendizagem, com uma aquisição e partilha de saberes, utilizando como recurso o *know-how* já adquirido pelos trabalhadores do ACM, IP, numa perspetiva de aproveitamento de competências, com o intuito de fortalecer a especialização de uns e permitir a atualização profissional de outros.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO

<u>DO PONTO DE VISTA DO ACM, IP</u>	<u>DO PONTO DE VISTA DOS COLABORADORES</u>
Objetivos: <ul style="list-style-type: none">➤ Elevar as competências dos trabalhadores;➤ Otimizar o desempenho;➤ Ter Equipas coesas e motivadas.	Objetivos: <ul style="list-style-type: none">➤ Aperfeiçoamento e crescimento profissional;➤ Partilha dos conhecimentos em novas situações;➤ Partilha dos saberes adquiridos;➤ Realização profissional.
Como fazer? Qual a estratégia a seguir? <ul style="list-style-type: none">➤ Colmatar deficientes competências técnicas;➤ Colmatar deficientes competências comportamentais;➤ Melhorar a articulação entre equipas de trabalho;➤ Desenvolvimento de uma orientação para a qualidade e/ou objetivos;➤ Criar uma cultura organizacional;➤ Melhoria contínua.	Como fazer? Qual a estratégia a seguir? <ul style="list-style-type: none">➤ Aprendizagem contínua;➤ Motivação e empenho na aprendizagem;➤ Vontade em partilhar os saberes;➤ Eficiência;➤ Melhoria Contínua.

Tabela 1 - Objetivos e estratégias da formação profissional

CONCEÇÃO E METODOLOGIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Uma das estratégias inerentes ao cumprimento dos objetivos delineados pelo ACM, IP, enquanto Organismo Público com intervenção na área social passa, obrigatoriamente, por uma formação profissional que se pretende de excelência e adaptada às necessidades sentidas quer pelos seus trabalhadores, quer pelos parceiros interventores nesta realidade.

Para a construção e implementação do Plano de Formação anual deveremos sempre ter em linha de conta as fases inerentes ao processo, conforme *Gráfico 1*

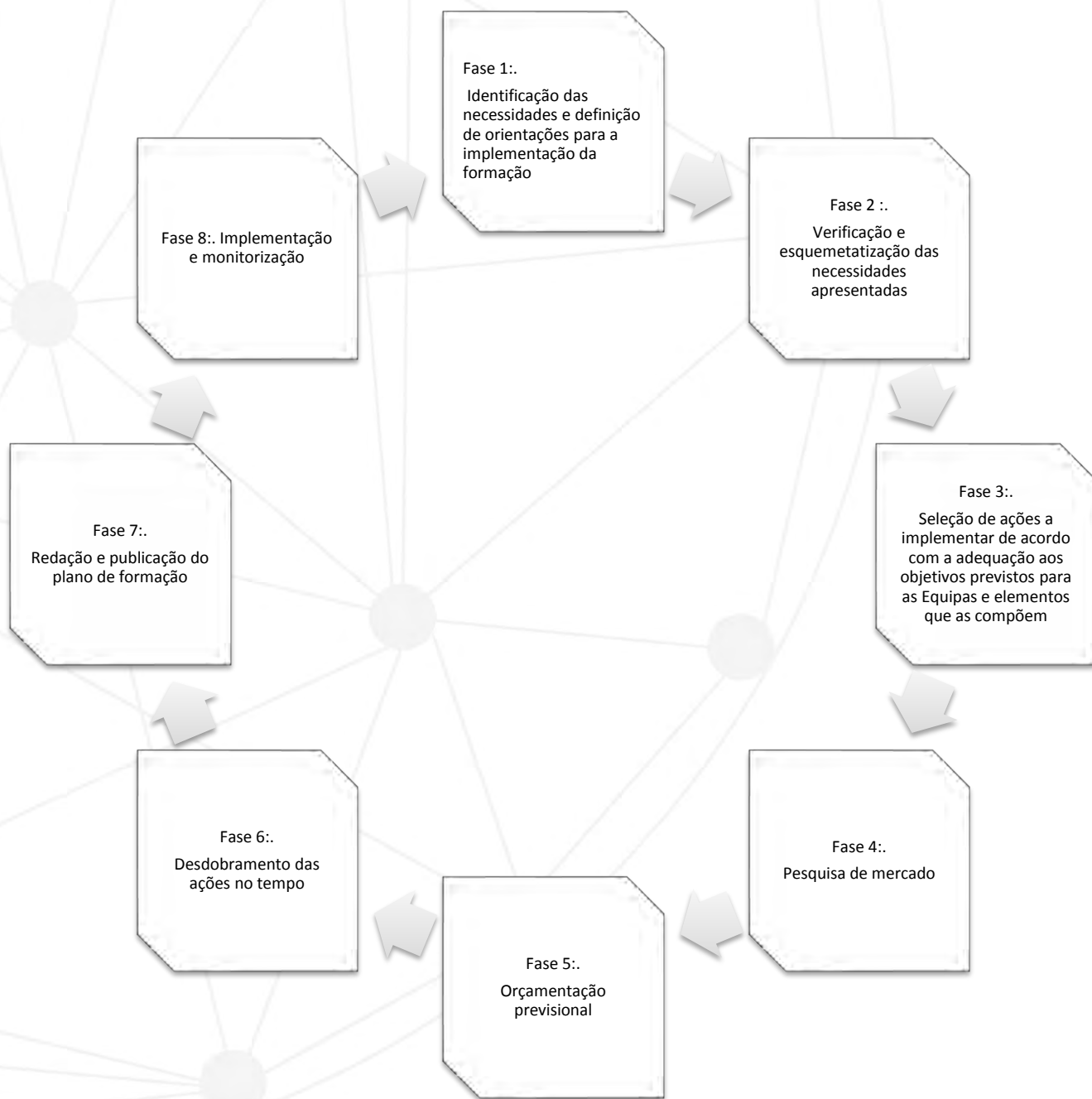


Gráfico 1 - Fases de construção e implementação do plano de formação

O presente plano de formação vai de encontro aos objetivos definidos em sede de QUAR, permitindo com o aperfeiçoamento das competências dos trabalhadores, conseguir de forma mais eficiente e eficaz a sua concretização.

Não obstante o fluxo representado no gráfico supra, o ACM encontra-se preparado para acautelar necessidades formativas imprevistas, resultantes de circunstâncias excecionais.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO

O diagnóstico rigoroso das perspetivas e das necessidades formativas de cada Unidade Orgânica, foi em 2016 o ponto de partida para a implementação da formação profissional no ACM, IP. Este estudo permitiu-nos constatar que as áreas como a Administração Pública, Contabilidade, Finanças e Assuntos Europeus representavam as grandes necessidades de formação dos nossos trabalhadores. Neste sentido, ao longo do último ciclo de formação procurou-se atenuar estas lacunas, de forma a conseguir uma melhor prossecução da missão do Serviço, dando privilégio à concretização de mais ações, alargando o espectro formativo e recorrendo à estratégia da “Formação à Medida”, delineando conteúdos programáticos adaptados e criando turmas pré-selecionadas, de acordo com as orientações emanadas do levantamento inicial.

O ano de 2018 acabou por ser um fim de ciclo formativo, algo inesperado, que se pautou por um abrandamento do processo formativo que se vinha desenvolvendo, não permitindo uma consolidação plena como desejávamos.

Em 2019 inauguramos um novo ciclo formativo, com o relançamento da formação profissional, pretendendo-se mais e melhor formação, em áreas que até agora têm estado um pouco preteridas. A tônica do ano será a formação ministrada por recursos internos do ACM, IP, numa lógica de partilha de saberes e experiências, não deixando, no entanto, de lado, quer a manutenção das parcerias já existentes com entidades externas, como a criação de novas, para reforço de aprendizagens.

Não obstante os constrangimentos orçamentais, o ACM, IP não irá descurar o Plano Formativo previsto para 2019, que continuará a ser uma importante aposta.

O Plano de Formação do ACM, IP para 2019 terá o seguinte alinhamento:

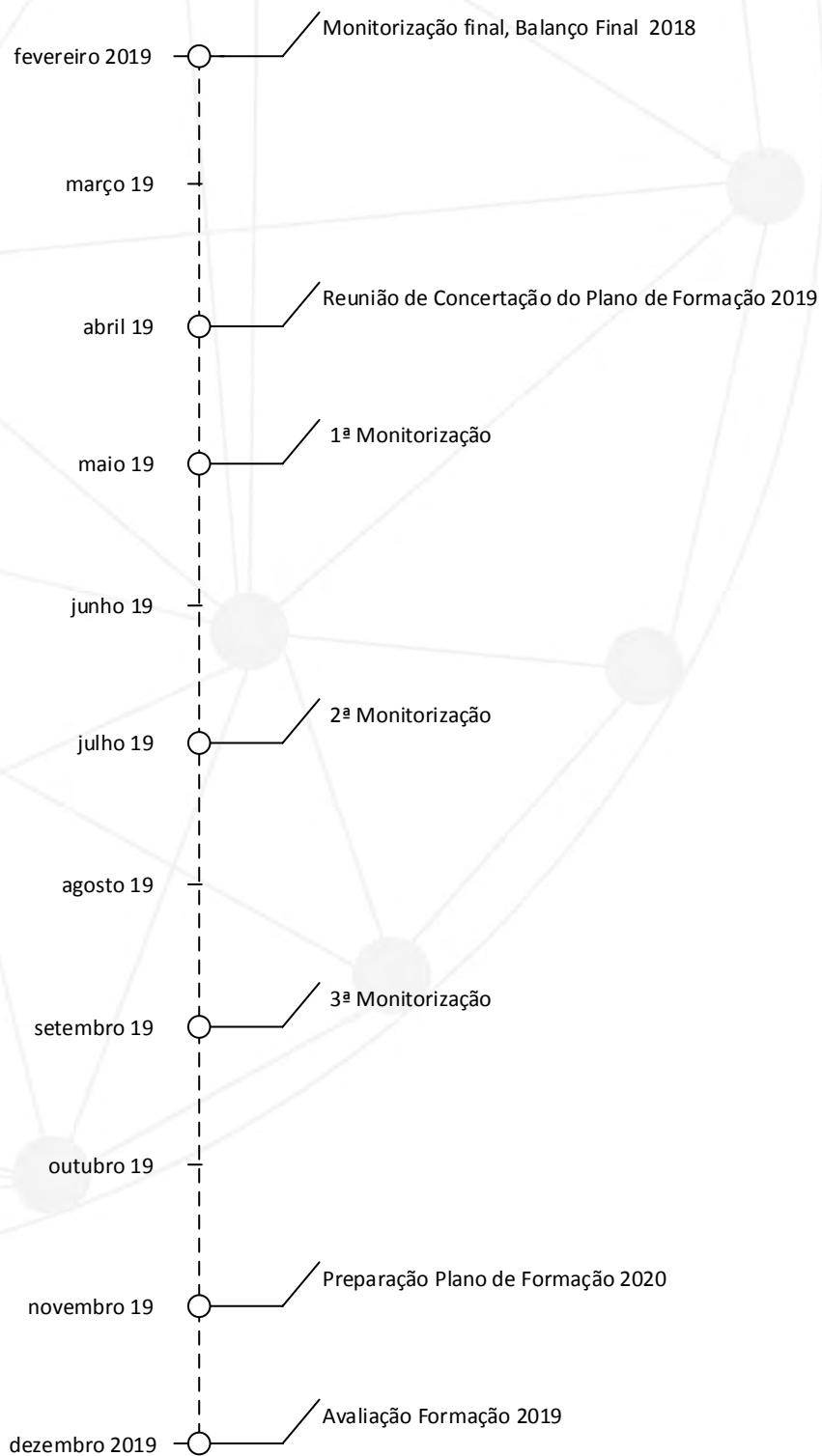


Figura 1 - Cronograma ACM, IP - Plano de Formação

NECESSIDADES FORMATIVAS VERSUS EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO MINISTRADA

No ciclo formativo anterior - 2016 a 2018, concretizou-se e ajustou-se o planeamento, numa perspetiva dialética, entre necessidades formativas, exigências técnicas e expectativas pessoais, no sentido de elevar os resultados dos colaboradores, das Unidades Orgânicas e consequentemente do Organismo no seu todo.



Gráfico 2 - relação dos parâmetros para a formação

Esta foi a forma de conseguir chegar mais longe, identificando as disfunções existentes, individualizando as ações a selecionar e medindo o impacto das soluções formativas implementadas. Concluído um ciclo avaliativo constatámos que em 2019, teremos que continuar a trabalhar nas áreas relacionadas com os Assuntos Jurídicos, Contabilidade e Finanças, Gestão Organizacional e de Pessoas, *Gráfico 3*

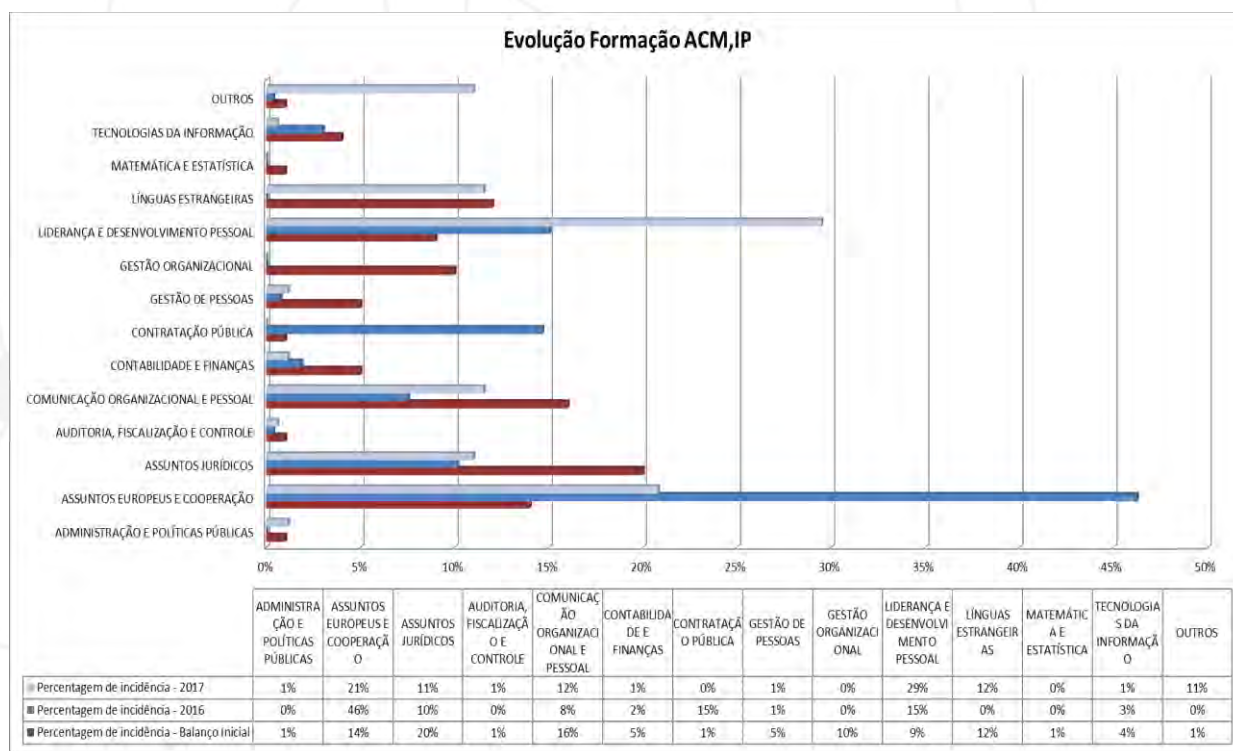


Gráfico 3 - Balanço Intermédio da Evolução da Formação Profissional no ACM, IP - 2016-17

O *follow up* da implementação das ações de formação ministradas tem sido uma preocupação constante do NGARH, com o intuito de aferir a correspondência entre o executado e o planeado, considerando as necessidades aferidas.

O balanço intermédio, demonstrado no gráfico supra, permite estabilizar e projetar a futura atuação do ACM, IP em matéria de formação profissional. Em 2016 e 2017 houve preocupação em colmatar as necessidades em áreas como Línguas Estrangeiras, Liderança e Desenvolvimento Pessoal, entre outras, tendo existido uma maior aposta na área dos Assuntos Europeus e Cooperação, o que é normal dada o peso desta temática nas competências deste Instituto.

O ano de 2018, em matéria de formação pautou-se por uma diminuição do número de ações ministradas em termos gerais, o que não significa um desinvestimento nesta área funcional, mas uma consequência da saída de trabalhadores do Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, bem como a implementação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública, que obrigou à definição de novas prioridades.

No entanto, áreas como a auditoria interna, prevenção da corrupção e proteção de dados foram privilegiadas, consequência da legislação que entrou em vigor no decurso do ano, totalizando 15 sessões, num total de 36 horas de formação, envolvendo cerca de 140 formandos.

FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS

Tratando-se de uma das competências do ACM, IP, permitindo o aproveitamento dos recursos humanos internos com formação académica adequada, nas áreas consideradas pertinentes e alinhadas com a missão do organismo, a implementação de formação externa pelo ACM, IP pressupõe a realização de ações de formação que permitam difundir o *know-how*, ou seja, “fazer sair o saber da casa, para fora”.

Não obstante esta tipologia formativa ser promovida e desenvolvida maioritariamente por recursos internos, a criação de sinergias que considerem parceiros sociais com uma missão alinhada com a do ACM, IP, representa igualmente uma estratégia já utilizada e a ser mantida pelo Serviço.

Em suma a formação ministrada a terceiros representa, simultaneamente, uma forma de trabalhar conhecimentos e competências e uma estratégia de difusão das matérias da competência e responsabilidade do ACM, IP, promovendo a sua imagem e marca, perante a sociedade civil.

MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL


A monitorização da formação profissional é uma ferramenta que torna possível aferir a implementação e o cumprimento das obrigações e objetivos que fazem parte do Plano de Atividades deste ACM, IP, assim como do Quadro de Avaliação e Responsabilização - QUAR.

A estratégia de monitorização foi alvo de um processo de melhoramento durante o ano de 2017, tornou-se mais abrangente, passando pela utilização de um formulário específico e adaptado (Anexo-1), pretendendo fazer um reconhecimento que nos possibilite aferir não só as ações frequentadas pelos colaboradores, como as que são ministradas a utilizadores externos.

A lógica da monitorização foi alterada já no ano de 2017, tendo em conta as diretrizes emanadas pelo INA, por forma a permitir uma resposta devidamente sistematizada e sintetizada da informação a reportar no âmbito do RAF.

AValiação DAS Ações DE FORMAÇÃO

A avaliação das ações de formação profissional, representa a par da monitorização, uma importante ferramenta no âmbito da implementação da formação profissional. Através da avaliação, é possível conferir níveis de eficácia, eficiência e mais-valias obtidas durante todo o trajeto formativo. No final de cada ação de formação promovida, é remetido aos formandos um inquérito (Anexo-2) através do qual se torna possível avaliar os conteúdos programáticos, formador, estratégia formativa, entre outros elementos inerentes à respetiva ação.



Em 2019, começaremos por fazer o levantamento da formação ministrada e desenvolvida em 2018, e de seguida iremos centrar-nos na criação de um relatório de avaliação final com os dados que foram recolhidos de todas as ações de formação, com o intuito de projetar o futuro numa perspetiva de crescimento e constante melhoramento dos serviços prestados pelo ACM, à sua população alvo. De igual modo, pretendemos lançar um novo diagnóstico de necessidades de formação, possivelmente visando o próximo biénio 2019-2020.

PLANO FORMATIVO E PREVISÃO DE ENCARGOS - 2019

Os encargos com a Formação Profissional no ACM, IP, são previstos atendendo o somatório das estimativas de custos para as formações planeadas, mas mantendo sempre uma margem para formação não planeada que venha a ser considerada de importância vital.

Em matéria de encargos deste Organismo com a Formação Profissional em 2019, prevê-se uma despesa estimada de 14.000 € com formação planeada e um remanescente de 6.000.00€ euros, a contabilizar para a formação profissional não planeada.

Para o ano de referência, conforme disposto no quadro seguinte de forma mais pormenorizada, o ACM, IP., definiu como ações de formação a desenvolver, as de seguida elencadas:

Área Temática	Designação da Ação	Objetivos e Conteúdos	Nº de formandos	Nº Horas	Encargos (Previsão)
Assuntos Europeus e de Cooperação	Gestão de projetos financiados	Adquirir conhecimentos e competências sobre o processamento administrativo e de gestão de projetos com fundos comunitários para o período 2014-2020.	5	28:00:00	1200
Assuntos Europeus e de Cooperação	Conceção, gestão e avaliação de projetos	Enquadrar a abordagem da gestão do ciclo do projeto, articulando as fases de conceção, implementação e avaliação; Usar a abordagem do Logical Framework na conceção e avaliação de projetos; Definir o planeamento operacional do projeto e o sistema de acompanhamento, com base no Logical Framework e usando métodos ágeis.	5	28:00:00	1200

Assuntos Europeus e de Cooperação	Asilo e refugiados	Transmitir informação clara e sucinta sobre refugiados, migrações forçadas e asilo; Criar hábitos de reflexão e pensamento crítico sobre os temas abordados; Tornar os participantes mais abertos para a vivência e problemas das sociedades multiculturais;	10	04:00:00	N.A.
Assuntos Jurídicos	Parentalidade	Capacitar todos os colaboradores do ACM, IP, relativamente às matérias relacionadas com a parentalidade – deveres e direitos. Regimes jurídicos Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e Código do Trabalho: - Conceitos; - Especificidades.	30	03:30:00	N.A.
Assuntos Jurídicos	Absentismo e assiduidade - Regime de férias faltas e licenças	Capacitar todos os colaboradores do ACM, IP, relativamente às matérias relacionadas com o absentismo e assiduidade – direitos e deveres. Regimes jurídicos Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e Código do Trabalho: - Conceitos de Férias, faltas e licenças	30	03:30:00	N.A.
Assuntos Jurídicos	Lei de Estrangeiros	Aprofundar conhecimentos no âmbito da Lei n.º 63/2015, de 30/06	10	03:00:00	N.A.
Comunicação Organizacional e Pessoal	Gestão de Stress e Mediação de Conflito	Compreender a natureza e as causas do stress; Distinguir entre stress positivo e negativo; Reconhecer o impacto do stress na qualidade de vida e na saúde; Conhecer e dominar técnicas práticas de gestão de stress; Desenvolver mecanismos de resposta flexíveis e criativos face a situações difíceis; Aplicar competências de diálogo, escuta, e comunicação na mediação de conflitos; Identificar meios de atuação assertiva face a situações de conflito, assim como, potenciais nos outros comportamentos construtivos.	30	07:00:00	N.A.

Comunicação Organizacional e Pessoal	Técnicas de Atendimento Telefónico	Pretende-se com esta ação de formação que os formandos compreendam a importância da qualidade do serviço prestado ao cliente e a imagem da organização. Ficarão igualmente aptos a comunicar de forma assertiva com os clientes, utilizando diferentes técnicas e adequadas a realidades distintas. A capacidade de aplicação de processos de inteligência emocional, serão igualmente abordados no sentido de dotar todos os formandos dos conhecimentos técnicos subjacente à Excelência na Qualidade do Serviço e no desenvolvimento das competências comportamentais que a sustentam.	8	07:00:00	1100
Comunicação Organizacional e Pessoal	Design de comunicação ou Representações criativas de alto impacto	Este curso procura estudar, especular e propor novas relações e entendimentos no contexto do design de produtos e serviços digitais como representações criativas com um nível de impacto elevado.	2	N.A.	N.A.
Comunicação Organizacional e Pessoal	Organização de Eventos	Identificar e distinguir os diferentes tipos de eventos e compreender as várias fases da organização de eventos; Reconhecer a importância dos conhecimentos técnicos para uma organização e gestão de eventos de sucesso; Planear um evento com base nos conhecimentos e técnicas adquiridas; Avaliar o seu potencial empreendedor e conhecer diversos aspetos da vida empresarial na atividade de Organização de Eventos.	1	21:00:00	200
Formação Dirigentes	CADAP	Este curso tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e competências adequados ao exercício de funções dirigentes na Administração Pública, nomeadamente uma formação altamente qualificada nos aspetos cultural, científico, técnico e profissional, que assente numa cultura profissional e tecnologicamente avançada por forma a favorecer a qualidade dos serviços públicos prestados aos utentes.	1	500:00:00	4000

Gestão de Pessoas	Assiduidade, Pontualidade e Trabalho. Extraordinário Suplementar;	Interpretar e aplicar a legislação em vigor; Conhecer as medidas de gestão, execução e controlo adequadas; Conhecer sistemas de assiduidade e pontualidade; Organizar todo o processo de assiduidade e pontualidade e horas extraordinárias.	2	21:00:00	420
Liderança e Desenvolvimento. Pessoal	Coaching	Orientar para a definição e concretização de objetivos, transformando intenções em ações concretas. Incentivar à consciência do potencial, utilizá-lo e desenvolvê-lo para chegar onde deseja. Desenvolver novas perspetivas, formas de pensar e agir e, assim, conseguir outros resultados. Potenciar a comunicação e relações interpessoais positivas Superar limitações, medos e bloqueios, mantendo o foco e a motivação Fortalecer a confiança, autoestima e a inteligência emocional.	20	07:00:00	1500
Liderança e Desenvolvimento. Pessoal	Liderar equipas para obter resultados	Compreender em que medida e porquê a liderança se tornou indispensável para a geração de equipas eficazes. Conhecer as vantagens e desvantagens da liderança centrada nas pessoas versus liderança centrada na tarefa. Conhecer os diferentes estilos de liderança e a saber adequá-los a diferentes situações. Desenvolver uma relação de confiança com os colaboradores e participar na sua evolução. Desenvolver e manter a motivação da equipa. Estabelecer e comunicar objetivos. Compreender a importância do feedback do líder. Utilizar técnicas de facilitação da criatividade para incentivar a equipa para a inovação.	15	07:00:00	3000

Tecnologias da Informação	EXCEL	Conhecer as funcionalidades mais importantes do Excel; Utilizar as funções básicas deste produto. Introdução Excel; modificar uma folha de cálculo; realizar cálculos; Formatação de células e folhas de cálculo; personalizar o layout; Impressão de conteúdos de um livro; Criar um livro (workbook), Criação e manipulação de gráficos.	10	07:00:00	N.A.
Tecnologias da Informação	Segurança informática	Dotar os participantes de conhecimento de boas práticas no âmbito das TIC e segurança informática nas empresas e organizações	10	07:00:00	N.A.
Tecnologias da Informação	Administração de bases de dados em SQL Server	No final deste curso, os formandos conseguem criar páginas Web dinâmicas, utilizando a linguagem PHP e a trabalhar com uma base de dados MySQL.	1	35:00:00	400
Tecnologias da Informação	Programação para administradores de sistemas Windows	Adquirir os conhecimentos necessários para automatizar grande parte das tarefas diárias de administração de sistemas e explorar, monitorizar e validar, de uma forma simplificada, os recursos disponibilizados no sistema	1	30:00:00	300
Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Gestão de riscos: conflito de interesses e política de proteção de dados	Compreender a dinâmica do Conflito de Interesses enquanto Risco de Corrupção ou Infrações Conexas e articular com a Política de Proteção de Dados de forma a reforçar a isenção do exercício de funções públicas	140	14:00:00	N.A.
Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Riscos de corrupção e infrações conexas e política de proteção de dados na gestão de projetos pelas UO: EFAF-POISE, EFAF-FAMI, NDI, NDI-GATAI, NDI-PPT, NACI, NAIM-MENTORES e NAIM-GAPLIM	Adquirir competências em matéria de prevenção da corrupção e de proteção de dados e apresentar medidas que devem ser salvaguardadas pelas entidades que beneficiam de apoio do ACM, IP. para efeitos de concretização de projetos	21	14:00:00	N.A.
Política de Proteção de Dados e Implementação do RGPD	Direitos dos titulares de dados pessoais e implementação do RGPD	Compreender as obrigações da Administração Pública no que se refere ao Direito à Informação dos Titulares de Dados Pessoais e Contribuir para a Criação de Medidas capazes de salvaguardar estes Direitos	140	14:00:00	N.A.
Política de Proteção de Dados e Implementação do RGPD	Anonimização, pseudonimização e cifragem como técnicas de tratamento de dados no âmbito do RGPD	Adquirir competências de proteção de dados pessoais e implementar técnicas adequadas à sua promoção no âmbito da implementação do RGPD	140	14:00:00	N.A.



ANEXOS

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO



DESIGNAÇÃO DA AÇÃO:

LOCAL DA AÇÃO:

DATA: **HORÁRIO:**

FORMADOR/A:

1. CONHECIMENTOS INICIAIS

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Ao apresentar-se neste curso, os seus conhecimentos sobre a temática abordada eram:					

2. EXPECTATIVAS

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
A) Este curso correspondeu ao que esperava?					
B) Considera-o adequado às necessidades?					

3. CONTEÚDO DA FORMAÇÃO

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Novidade das matérias abordadas					
Interesse das matérias abordadas					
Nível de detalhe no tratamento dos temas					
Adequação da metodologia aos conteúdos					
Duração da sessão					

4. DESEMPENHO DO/A FORMADOR/A

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Domínio dos assuntos					
Clareza na comunicação					
Motivação suscitada					
Disponibilidade para o esclarecimento de questões					
Adequação dos métodos utilizados					
Relacionamento com os formandos					

Formulário de Avaliação da Formação



REPORTE FORMAÇÃO - ACM, I.P

a) Ações frequentadas por colaborador/funcionário (ver ações a considerar, em função do vínculo, no corpo do email) (1) :

NOME COLABORADOR/A	VINCULO	CURSO/AÇÃO	TIPO DE FORMAÇÃO	MODALIDADE DA FORMAÇÃO	DURAÇÃO (HORAS)	DATA	MÊS	CERTIFICAÇÃO	ENTIDADE FORMADORA	CUSTOS ACM(€)	Observações

MODALIDADE DA FORMAÇÃO
 Formação Inicial: Visa habilitar os formandos com conhecimentos e aptidões para o exercício das respetivas funções, podendo desenvolver-se apenas em 2 momentos: - Em fase anterior à admissão ou em fase imediatamente posterior à admissão.;
 Formação Contínua: Visa promover a actualização e a valorização pessoal e profissional dos funcionários

TIPO DE FORMAÇÃO
 Formação interna: é a formação promovida para colaboradores do Organismo, organizada e desenvolvida internamente ou em cooperação com entidades externas através de protocolos com regras próprias;
 Formação externa: é a formação que é promovida para colaboradores do Organismo, por entidades que organizam iniciativas ou vendem formação com interesse para a melhoria da qualificação profissional dos recursos humanos.

b) Ações (formação certificada ou não) promovidas pelo Núcleo/Equipa ministradas a utilizadores internos (colaboradores do ACM):

Designação do curso/ação	Tipo de Formação	Modalidade da Formação	Certificação	Equipa/Núcleo Promotor	Local	Entidade Formadora	Data de Inicio	Data de Fim	Nº Formandos	Nº Formadores	Nº Ações	Nº Horas	Apoio Logístico(€)	Aquisição de Serviços(€)	Deslocações(€)	Ajudas de Custo(€)

c) Ações (formação certificada ou não) promovidas pelo Núcleo/Equipa ministradas externamente (utilizadores externos) (2):

Designação do curso/ação	Modalidade da Formação	Certificação	Equipa/Núcleo Promotor	Local	Entidade Formadora	Entidade Beneficiária	Data de Inicio	Data de Fim	Nº Formandos	Nº Formadores	Nº Ações	Nº Horas	Apoio Logístico(€)	Aquisição de Serviços(€)	Deslocações(€)	Ajudas de Custo(€)

(1) O reporte deve ser efetuado considerando uma linha para cada ação frequentada, ainda que pelo mesmo colaborador/funcionário
 (2) São consideradas ações promovidas e implementadas numa lógica externa, não obstante estarem presentes colaboradores do ACM



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, n.º14
1150-025 Lisboa
Tel.: +351 21 810 61 00
Fax: +351 21 810 61 17

Para mais informações:

www.acm.gov.pt



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

QUAR 2019

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO: 2019

Presidência do Conselho de Ministros

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

MISSÃO: Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. - A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2019	TAXA REALIZAÇÃO
Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.		
Promover as políticas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.		
Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.		

Objectivos Operacionais

Eficácia

Peso: 40.0

OO1 Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.

Peso: 20.0

INDICADORES	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	860.0	640.0	550.00	92.00	917.00	100			

OO2 Promover a Diversidade Cultural.

Peso: 80.0

INDICADORES	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	35000.0	40000.0	38920.00	6500.00	65086.00	40			
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	100.0	100.0	100.00	12.50	125.00	60			

Eficiência

Peso: 40.0

OO3 Garantir a boa gestão e execução dos recursos.

Peso: 25.0

INDICADORES	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	14.0	14.0	20.00	1.00	11.00	50			
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMS, face ao ano anterior	100.0	100.0	100.00	12.50	125.00	50			

OO4 Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE

Peso: 75.0

INDICADORES	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND6 Garantir a operacionalização atempada dos atos administrativos conducentes ao descongelamento de escalões dos trabalhadores do mapa do ACM,IP, que reúnam condições, no prazo de 30 dias após a homologação das avaliações de desempenho - n.º 2 do art.º 16 da LOE.	.0	.0	100.00	12.50	125.00	100			

Qualidade

Peso: 20.0

OO5 Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.

Peso: 100.0

INDICADORES	2017	2018	META 2019	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	------	------	-----------	------------	---------------	------	-----------	-----------------	---------------

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Objectivos Operacionais

IND7 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	8.0	8.0	8.00	1.00	6.00	30			
IND8 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	19.0	25.0	35.00	2.00	17.50	35			
IND9 Percentagem do cumprimento das 35 horas semanais, por parte dos trabalhadores, cumprindo o horário flexível em todas as UO's do ACM, IP	.0	.0	100.00	12.50	125.00	35			

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	3.0		.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	18.0		.0
Técnico Superior	12.0	128.0		.0
Assistente Técnico	8.0	24.0		.0
Assistente Operacional *	5.0	5.0		.0
		178.0		

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2018	31/12/2019
170	178

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	17253891		
Despesas c/Pessoal	4321113		
Aquisições de Bens e Serviços	2890743		
Outras Despesas Correntes	10042035		
PIDDAC			
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	17253891		

NOTA EXPLICATIVA

Relativamente à atividade no âmbito das competências do ACM,IP para 2019, os objetivos operacionais (OO) mais relevantes com um peso superior a 50% da taxa de realização global do QUAR são o objetivo OO2 – Promover a Diversidade Cultural, com um peso de 80% no parâmetro Eficácia, o OO4 – Melhorar o Funcionamento da Organização e a Qualidade do Serviço Prestado, com um peso de 75% no parâmetro Eficiência e o objetivo OO5 – Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado, com um peso de 100% no parâmetro Qualidade.

Relativamente aos Recursos Financeiros para o ano de 2019, a dotação proposta do orçamento de funcionamento é de € 17.253.891€. Esta dotação integra a proposta de orçamento de funcionamento do Programa Escolhas pela aprovação em Conselho de Ministros da Resolução que o renova para o período de 2019 a 2020 integrando-o no Alto Comissariado para as Migrações, IP.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Avaliação Final		
Eficácia	0.0	
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.		Não Atingiu
Promover a Diversidade Cultural.		Não Atingiu
Eficiência	0.0	
Garantir a boa gestão e execução dos recursos.		Não Atingiu
Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE		
Qualidade	0.0	
Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.		Não Atingiu

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
0.000	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	Melhor resultado registado
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	Melhor resultado registado
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	Melhor resultado registado
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	O Alargamento das estruturas do CNAIM Porto e Algarve resultou num aumento exponencial do número de atendimentos, apesar da manutenção do número de trabalhadores. A definição da Meta e do Valor Crítico teve em consideração uma previsão de continuidade desta tendência, procurando-se deste modo, salvaguardar uma execução positiva, sem um aumento do número de colaboradores
IND6 Garantir a operacionalização atempada dos atos administrativos conducentes ao descongelamento de escalões dos trabalhadores do mapa do ACM,IP, que reúnam condições, no prazo de 30 dias após a homologação das avaliações de desempenho - n.º 2 do art.º 16 da LOE.	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
IND7 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	Melhor resultado registado
IND8 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	Melhor resultado registado
IND9 Percentagem do cumprimento das 35 horas semanais, por parte dos trabalhadores, cumprindo o horário flexível em todas as UO's do ACM,IP	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.

Indicadores	Fonte de Verificação
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	Documentos de registo
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Ficheiros de monitorização do PEM e da ENICC
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	GERFIP
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	GESMED e registo de atendimentos partilhado
IND6 Garantir a operacionalização atempada dos atos administrativos conducentes ao descongelamento de escalões dos trabalhadores do mapa do ACM,IP, que reúnam condições, no prazo de 30 dias após a homologação das avaliações de desempenho - n.º 2 do art.º 16 da LOE.	SRH
IND7 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	Livro de Reclamações
IND8 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	Siga - Sistema de Indicadores e desempenho partilhado

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Indicadores

IND9 Percentagem do cumprimento das 35 horas semanais, por parte dos trabalhadores, cumprindo o horário flexível em todas as UO's do ACM, IP

Fonte de Verificação

Plataforma de Gestão de Assiduidade

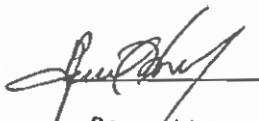
Mapa de pessoal 2019

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Cargos / carreiras / categorias											Nº de postos de trabalho previstos	OBS
		Alto Comissário (1)	Vogal (1)	Fiscal Único (2)	Dirigente Intermédio de 1º Grau	Dirigente Intermédio de 2º Grau	Equiparado a Dirigente Intermédio 1º Grau	Técnico Superior	Especialista de Informática	Técnico Informática	Assistente técnico	Assistente Operacional		
Orientar e gerir a atividade do ACM, I.P.; Coordenar e presidir ao Conselho para as Migrações; Coordenar e presidir à Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial	Conselho Diretivo	1	1	1							0	3	6	a)
Assegurar o apoio em diversas áreas conexas ao exercício de funções do Conselho Diretivo	Núcleo Adjunto ao Conselho Diretivo (3)					1							1	
Assegurar a comunicação externa institucional, promoção e publicidade da instituição, e organização de eventos.	Gabinete de Comunicação, Eventos e Informação (GECI) (4)								2		1		3	
Subtotal		1	1	1	-	1	-	2	-	-	1	3	10	
Assegura a gestão integrada dos Recursos Humanos, Apoio Jurídico, assegura a gestão administrativa das áreas de economato, frota automóvel e tecnologias de Informação e Comunicação	Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos - NGARH (5)					1		4	2	1	1	1	10	b)
Órgão especializado no combate à Discriminação Racial	Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial - CICDR (6)							2					2	
Gabinete responsável pela auditoria interna	Gabinete Auditoria Interna (7)							1					1	
Gestão e controlo dos fundos europeus integrados no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020; Assegurar o cumprimento das funções de Organismo Intermédio de FSE, e Autoridade Delegada de FAMI; Acompanhamento de PO ISE e POAT bem como Gestão Financeira e Orçamental do ACM	Equipa de Fundos e Apoio Financeiro - EFAF (8)					2	1	15			3		21	c)
Subtotal		-	-	-	-	3	1	22	2	1	4	1	34	

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

MAPA DE PESSOAL 2019

ARTIGO 29º DA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO

 Romuálda Fernandes Vogal do Conselho Diretivo do ACM, L.P. Contribui para uma gestão coordenada e integrada dos fluxos migratórios e para o enquadramento estratégico dos perfis migratórios de Portugal	Departamento de Relações Internacionais, Políticas Migratórias e Captação de Migrantes - DRIPMCM (9)			1	3		11						15
Subtotal		-	-	1	3	-	11	-	-	-	-	-	15
Defende e promove os direitos e interesses dos imigrantes, seus descendentes e grupos étnicos, de modo a contribuir para a sua plena integração e inserção	Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade - DAIVD (10)			1	2		12			1			16
Subtotal		-	-	1	2	-	12	-	-	1,00	-	-	16
Desenvolve e gere uma rede de âmbito internacional, nacional e local de serviços públicos de integração, atendimento e informação orientada para a satisfação das necessidades dos imigrantes	Departamento de Apoio e Assistência Migratória - DAAM (11)			1	1		59			17	1		79
Subtotal		-	-	1	1	-	59	-	-	17	1	-	79
Estudo e acompanhamento estratégico e científico das migrações, monitorização da integração de migrantes e avaliação de políticas para migrantes em Portugal	Observatório para as Migrações - OM (12)					1	5						6
Subtotal		-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	-	6
Promoção da inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e reforço da coesão social.	Programa Escolhas (13)					3	15						18
Subtotal		-	-	-	-	3	15	-	-	-	-	-	18
Total		1	1	1	3	10	5	128	2	1	23	5	178

1) art. 5º, n.º 1, Decreto-Lei n.º 31/2014, Lei Orgânica do ACM, IP

2) art. 4º, al. b), Decreto-Lei n.º 31/2014, Lei Orgânica do ACM, IP - Despacho nº 9472/2015 de 20/8

3) NACD - Deliberação n.º 211/2018

4) GECCI-Unidade Orgânica Informal na dependência do CD

5) NGARH - Deliberação CD n.º 349/2016

Orçamento 2019

OE 2019 - ACM,IP

Agrupamento	Designação	Receitas Gerais	Receitas Próprias	Receitas Comunitárias	Total Agrupamento
01	Despesa com Pessoal	1.158.987 €	1.364.706 €	1.797.420 €	4.321.113 €
02	Aquisição de Bens e Serviços	562.001 €	904.157 €	1.388.585 €	2.854.743 €
04	Transferências Correntes	3.521.754 €	673.167 €	5.846.114 €	10.041.035 €
06	Outras Despesas Correntes	1.000 €	- €	- €	1.000 €
07	Aquisição de Bens de Capital	25.500 €	1.250 €	9.250 €	36.000 €
PROPOSTA OE 2019		5.269.242 €	2.943.280 €	9.041.369 €	17.253.891 €

Plano de Atividades Detalhado 2019

ATIVIDADES	DESPESA ESTIMADA	MONTANTE DO CORTE	
Formação Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)	1.800 €		
Controlo da Gestão Financeira e Contratação Pública	800 €	800 €	
WORKSHOP: A Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso	280 €	280 €	
Formação em contratação pública	1.120 €	1.120 €	
verificações no local - 10 visitas	1.120 €		
Ações de sensibilização/ sessões de esclarecimento para as entidades no âmbito dos novos avisos (tendo em consideração metas QUAR);	3.000 €		
Encargos com a externalização de serviços especializados para acompanhamento da execução e validação da despesa, controlos de gestão sobre os projetos cofinanciados.	93.000 €		
Encargos com a externalização de serviços especializados para acompanhamento da execução e validação dos procedimentos de contratação pública de projetos cofinanciados.	93.000 €	93.000 €	
Implementação do plano de formação.	3.000 €		
Desenvolvimento e realização de Controlos no Local	1.700 €		
Participação Comité FAMI/Outras Reuniões com Comissão Europeia QFP 2021-2027	3.000 €		
TOTAL DA DESPESA - EFAF	201.820 €	95.200 €	106.620 €

PLANO DE ATIVIDADES 2019

NGARH



	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada
Gestão e Organização dos Recursos Humanos													0,0 €
Desenvolvimento do Manual de Procedimentos ACM	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Dossier de Segurança e Higiene no Trabalho	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Organização do Arquivo ACM, IP													0,0 €
Levantamento do arquivo por UO's	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Aplicação das normas da AP (organização, catalogação e conservação de documentação)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Avaliação da documentação para destruição	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Gestão e Avaliação de Desempenho													0,0 €
Acompanhamento do SIADAP - ano 2019-20	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Formação Profissional													20.000,0 €
Balanço Formação 2018, Elaboração e Lançamento de Plano de Formação 2019	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Análise e Seleção de oferta formativa a implementar em 2019	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Gestão Documental													10.000,0 €
Aquisição de base de dados para Gestão Documental	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Área Jurídica													0,0 €
Elaboração de diversas normas de procedimentos da gestão de pessoal (férias, faltas e licenças, entre outras)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Sensibilização/Motivação dos Recursos Humanos afetos ao ACM,IP													3.000,0 €
Dinamização de Atividades de Team Building	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Implementação da Ação "Funcionário do Mês"	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Convenção ACM,IP	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Tecnologias de Informação Comunicação													7.000,0 €
Base de dados - software de Recursos Humanos(GESMED, INNEX, SRH)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Implementação Formulários Digitais e Automatizados	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	

TOTAL DA DESPESA

40.000,0 €

PLANO DE ATIVIDADES 2019

Unidade Orgânica



TAREFAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada
CICDR													
Receção e análise de queixas de discriminação racial (notificações, elaboração de propostas de abertura de processos de contraordenação, inquirição de partes, elaboração de relatórios finais e propostas de decisão)													
Submissão de Queixas e PCO's à CP da CICDR													
Reuniões Ordinárias da CICDR													2.935,0 €
Elaboração Relatório de Atividades Anual													
Recolha e sistematização de dados estatísticos													
Atendimento presencial de vítimas de discriminação racial ou étnica													
Comunicação e sensibilização													
Redação de Comunicados													
Site da CICDR alimentação e gestão de conteúdos													
Organização de conferência e eventos			21										5.300,0 €
Elaboração e Publicação de desdobráveis com informação atualizada face ao novo regime jurídico de combate à discriminação racial													
Workshop's (formação não certificada) direcionada a técnicos nomeadamente CNAI's; Agentes e operacionais de forças de segurança, P.E. 6ª Geração, Órgãos de Comunicação Social													1.300,0 €
Dinamização de Parcerias (ex: KidFun da Fundação Benfica) e Protocolos de cooperação (Assomada; Provedor de Justiça)													5.000,0 €
Acompanhamento de Diplomas Legais													
Elaboração e contributos de propostas e projetos de Lei em conformidade com o novo regime jurídico de combate à discriminação racial													
Acompanhamento dos trabalhos de elaboração da Diretiva Horizontal - implementa a igualdade de tratamento independentemente da religião, crença, idade ou orientação sexual.													
Acompanhamento de Redes/Grupos de Trabalho Internacionais													
ECRI- Conselho da Europa/EQUINET - Equity Law Working Group/FRA-Fundamental Rights Agency - comparência em reuniões e elaboração de contributos par relatórios internacionais/ RIODD													
Gestão de pessoal com vínculo de emprego público													
TOTAL DA DESPESA												14.535,0 €	

PLANO DE ATIVIDADES 2019

NÚCLEO/EQUIPA - Núcleo de Relações Internacionais



ATIVIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada (com IVA)	Observações
1. Acompanhamento das atividades da FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia														
FRA - reuniões NLO													800,00	Este valor será reembolsado
FRA - Plataforma Comum Direitos dos Migrantes													500,00	
FRA - Relatório Anual Direitos Fundamentais e articulação com entidades nacionais														
Preparação de contributos para questionários e folhas informativas														
2. Acompanhamento das atividades da Equinet - Rede Europeia dos Equality Bodies														
Equinet - Assembleia-Geral													1.600,00	
Equinet - reuniões Grupo Trabalho Comunicação													600,00	Este valor será reembolsado
Equinet - Conferências / Formações													300,00	Este valor será reembolsado
Preparação de contributos para questionários e folhas informativas														
3. Acompanhamento e contributos para a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (MNE)														
Avaliações Convenções Nações Unidas (via CNDH)													1.100,00	
Acompanhamento da preparação do 3º Exame Periódico Universal - UPR														
3º Exame Periódico Universal - UPR													1.000,00	
Preparação do 5º Relatório PIDESC (Pacto Internacional Direitos Económicos, Sociais e Culturais)														
Preparação dos 18º e 19º Relatórios CERD (Convenção para a Eliminação da Discriminação Racial)														
Preparação do 10º Relatório CEDAW (Convenção para a Eliminação Discriminação contra as Mulheres)														
Resposta a pareceres e questionários														
4. Acompanhamento e contributos para Grupos de Trabalho e Redes da Comissão Europeia														
Apoio aos pontos focais de contacto nacionais junto da Rede Europeia de Integração													1.400,00	Este valor será reembolsado
Contributos para Grupo Questões Sociais, Conselho EPSCO e Propostas de Diretivas														
Parceria Inclusão Migrantes e Refugiados - Agenda Urbana da União Europeia													1.000,00	
5. Participação e acompanhamento de atividades do Conselho da Europa														
Resposta a pareceres e questionários														
Conselho da Europa - Apoio na preparação de contributos para ECRI														
Contributo para Carta Social Europeia Revista														
Preparação do Diálogo com Comité Peritos Convenção-Quadro Proteção Minorias Nacionais													1.200,00	
6. Participação e acompanhamento de outras Organizações e Redes Internacionais														
OCDE - Grupo de Trabalho Migrações - Apoio na preparação de contributos													2.800,00	
OCDE - Comité Executivo do Grupo de Trabalho Migrações (Bureau) - Apoio na preparação de contributos														
Resposta a questionários e outros pedidos														
Comité ELSA - Apoio na preparação de contributos													1.000,00	
OIM														
Forum Global Migrações e Desenvolvimento das Nações Unidas													1.000,00	
7. Resposta a pareceres vários e preparação de conteúdos para representações oficiais														
Compilação de informação interna do ACM e elaboração de resposta a pareceres internacionais sobre diversas temáticas do ACM (MNE, ONU, UE, OIT, OSCE)														

PLANO DE ATIVIDADES 2019

NÚCLEO/EQUIPA- NAIR



ATIVIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada (com IVA)
Acompanhamento às instituições de acolhimento e às pessoas refugiadas													
Receção no aeroporto (chegadas) e entrega do Welcome Kit (revisão e produção do Welcome KIT e tradução para vários idiomas)													20.000,00
Realização de visitas prévias (inclui despesas de gasolina e portagens)													10.000,00
Realização de visitas de acompanhamento regulares a entidades de acolhimento e pessoas refugiadas (inclui despesas de gasolina e portagens)													50.000,00
Registo das visitas realizadas (checklist) e realização dos respetivos relatórios de avaliação das visitas													
Helpdesk permanente de apoio às entidades/pessoas refugiadas - linha telefónica e email													
Atualização das disponibilidades de acolhimento													
Monitorização e registo dos dados das pessoas refugiadas													
Monitorização dos indicadores de integração (saúde; língua portuguesa; educação; legalização; nascimentos em PT; emprego/formação; atribuição de NISS/NIF)													
Coordenação e monitorização do processo de phasing-out com os Gabinetes de Apoio Social do ACM, IP													
Ações de formação e sensibilização para técnicos locais de acompanhamento/ Realização de Encontros Regionais (entidades de acolhimento)													20.000,00
Projetos													
REFUJOBS													
Plataforma ConheSER + (o orçamento para esta ação consta do orçamento da EFAF) - Medida SIMPLEX +													
TOTAL DA DESPESA													100.000,00

PLANO DE ATIVIDADES 2019

NAIM-CNAIM



ATIVIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada (com IVA)
CNAIM													
Evento de celebração dos 15 anos dos CNAIM			16										5.000,00
Encontro dos responsáveis das equipas do CNAIM													1.000,00
Encontro dos responsáveis das equipas do NAIM													1.000,00
Divulgação do estudo de satisfação													0,00
Aniversário CNAIM Lisboa													0,00
Aniversário CNAIM Algarve													0,00
Aniversário CNAIM Norte													0,00
Aniversário da Linha de Apoio a Migrantes													0,00
Implementação de projecto piloto de gestão de filas de espera													5.000,00
Exposição "CNAIM em números"													
Formação Exercício de Cidadania - Direitos e Deveres													1.800,00
Publicitação dos serviços NAIM/APP/Forúm													10.000,00
Renovação dos postos de trabalho													3.000,00
Fundo de maneió (CNAIMs) / Despesas de manutenção													15.000,00
Atividade Team Building CNAIM													10.000,00
Sub-Total CNAIM													51.800,00
LAM													
Linha de Apoio a Migrantes (serviço de tradução telefónica)													30.000,00
TOTAL DA DESPESA													81.800,00

PLANO DE ATIVIDADES 2019

NACI- Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas



ATIVIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada (com IVA)
PAAC- 2018	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X									9.000,00
PAAC- 2019 (Nova edição- 3ª)		X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	30.000,00
FAPE 2018-2019	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X						116.897,00
FAPE 2020 (Nova edição 4ª) só com impacto financeiro em 2020												X X X X	0,00
PO ISE - ISpCC - Inserção Socioprofissional das Comunidades Ciganas													500,00
Projeto de Mediadores Interculturais (ciganos)- Aviso POISE (com NDI)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	500,00
Representação em Redes Transnacionais			X			X				X	X		1.500,00
OBCIG (plano de atividades/Inclui publicações)	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	30.000,00
Dinamização da atividade do CONCIG		X			X				X			X	500,00
Visitas ao terreno no âmbito de acompanhamento dos projetos FAPE/PAAC	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X				X X X X	X X X X	X	1.000,00
Consultoria a Municípios e outras Entidades													250,00
Call- LRIP (local Roma Integration plan)	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X									40.540,00
Programa ROMED													
Formação equipa													
Organização e ou participação em Eventos (dia nacional/ dia internacional do cigano)				X		X							1.000,00
ENICC- acompanhamento													
Outras atividades ou iniciativas a definir													10.000,00
TOTAL DA DESPESA													241.187,00

PLANO DE ATIVIDADES 2019

NAIM | Programa Mentores para Migrantes



ATIVIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada (com IVA)	Observações
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO														
Visitas de acompanhamento individual às entidades (follow up)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Acompanhamento e apoio à rede de entidades	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Execução do Programa nos CNAIM Lisboa, Norte e Algarve	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Processo de alargamento: visitas de acompanhamento individual às novas entidades (apresentação)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Articulação interna e com outras respostas	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Promoção e acompanhamento de redes regionais (visitas conjuntas)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Monitorização estatística e da execução física	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Plataforma informática (implementação de melhorias)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	14.000,0 €	orçamentado em 2018 e não implementado
Reuniões de Equipa / Coordenação	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Relatório Anual de Atividades	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Avaliação de Desempenho	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Implementação do projecto-piloto para reconhecimento das competências decorrentes do voluntariado	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	10.000,0 €	proposto para 2018 mas não orçamentado
FORMAÇÃO E EVENTOS														
Divulgação e disseminação dos resultados do projecto-piloto	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Encontro Anual	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	2.000,0 €	
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO														
Divulgação do programa nos meios de comunicação ACM	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Divulgação do programa nos meios das entidades	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
Reimpressão dos folhetos de divulgação para mentores (se não executado até dez. 2018)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	orçamentado pelo GECI
Reimpressão dos folhetos de divulgação para mentorados (se não executado até dez. 2018)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	orçamentado pelo GECI
Outras actividades de divulgação	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	0,0 €	
TOTAL DA DESPESA													26.000,00	

PLANO DE ATIVIDADES 2019

NAIM | Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante



ATIVIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada (com IVA)	Observações
COORDENAÇÃO GERAL / ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO														
Visitas de acompanhamento individual às entidades / projectos (follow up)													1.300,0 €	
Acompanhamento às entidades: formação de formadores/educadores													0,0 €	
Articulação interna e com outras respostas													0,0 €	
Monitorização estatística e da execução física													0,0 €	
Reuniões de Equipa / Coordenação													0,0 €	
Relatório Anual de Atividades													0,0 €	
Avaliação de Desempenho													0,0 €	
Atividades no CNAIM de Lisboa														
Acção de Capacitação PEI - Projeto Promoção do Empreendedorismo Migrante (6x)													0,00	
Acção de Capacitação REFUJOBS (2x)													0,00	
Atendimentos especializados													0,00	
Acompanhamento a projetos													0,00	
POP-UP Store (4x)													0,00	
Workshops (8x)													500,00	
Encontros de empreendedores / Networking (2x)													0,00	
Atividades no CNAIM do Porto														
Acção de Capacitação PEI - Projeto Promoção do Empreendedorismo Migrante (2x)													4.600,00	
Atendimentos especializados													0,00	
Workshops (2x)													100,00	
POP-UP Store (2x) - encontrar solução de espaço													0,00	
Acompanhamento e Visitas a Projetos													0,00	
Encontro de empreendedores (1x)													0,00	
Atividades no CNAIM de Faro														
Acção de Capacitação PEI - Projeto Promoção do Empreendedorismo Migrante (1x)													2.300,00	
Atendimentos e acompanhamento a projetos													0,00	
Workshops (1x)													50,00	
POP-UP Store (1x)													0,00	
EVENTOS														
Conferência Nacional / Internacional: 10 anos PEI, Evento, materiais de divulgação e promoção da celebração dos 10 anos do PEI													13.000,00	
Exposição de Fotografias / mostra de vídeos: Side event													1.000,00	
Concurso de Ideias (apoio financeiro a empreendedores) 10 anos													0,00	a validar parceria / possibilidade de financiamento
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO														
Divulgação do Gabinete nos meios de comunicação ACM													0,0 €	
Conteúdos PEI Youtube: grupos, redes, histórias, parcerias, integração														
Vídeos: 10 anos / 10 Histórias de empreendedores migrantes														
Site / plataforma com mostra de negócios dos empreendedores migrantes													0,0 €	a validar parceria / possibilidade de financiamento
													22.850,00	

PLANO DE ATIVIDADES 2019

NÚCLEO/EQUIPA Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI)

ATIVIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada Inicial (com IVA)	Montante do Corte (com IVA)	Nova Despesa Estimada (com IVA)
Comunicação, Informação, Sensibilização Web															
www.acm.gov.pt													N/A	N/A	N/A
Newsletter ACM													N/A	N/A	N/A
Página Facebook ACM													N/A	N/A	N/A
www.refugiados.acm.gov.pt													N/A	N/A	N/A
Canal YouTube													N/A	N/A	N/A
Outra(s) a criar													N/A	N/A	N/A
Comunicação, Informação, Sensibilização															
"ACM em revista" (impressa e digital)													N/A	N/A	N/A
Outros materiais informativos (impressos e digitais)													N/A	N/A	N/A
Aquisição de bens e serviços															
Serviço Nacional Agência Lusa													5.043,00 €	0,00 €	5.043,00
Impressão													43.050,00 €	-18.450,00 €	24.600,00 €
Design													1.230,00 €	0,00 €	1.230,00 €
Tradução													12.300,00 €	-12.300,00 €	0,00 €
Fotografia, vídeo e infografia													9.225,00 €	-9.225,00 €	0,00 €
Anúncios Imprensa													6.150,00 €	-5.412,00 €	738,00 €
Merchandising													6.150,00 €	-3.075,00 €	3.075,00 €
Handling													1.230,00 €	-1.230,00 €	0,00 €
Conteúdos tansmedia/multiplataforma (TV, Rádio e Redes Sociais)													615.000,00 €	N/A	N/A
Bolsa de horas de manutenção e desenvolvimento preventivas, corretivas e evolutivas, para os <i>websites</i> do ACM, I.P., em <i>Liferay</i>													2.490,75 €	0,00 €	2.490,75 €
Promoção da Diversidade															
Prémio de Comunicação "Pela Diversidade Cultural"													13.730,00 €	0,00 €	13.730,00 €
Workshop e/ou Seminário "A Diversidade nos <i>Media</i> "													18.450,00 €	-12.300,00 €	6.150,00 €
Outra(s)													6.150,00 €	-4.920,00 €	1.230,00 €
TOTAL DA DESPESA 1													125.198,75	-66.912,00	58.286,75

GAPLIM



PLANO DE ATIVIDADES 2018

TAREFAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Despesa estimada
FAMI													
Processo de avaliação de candidaturas (a definir ainda Mais Avisos)													
Reprogramações													
Rede CLAIM													
Formação Inicial Teórica e Prática Rede CLAIM (novos técnicos)													
Formação/Observação em gabinetes específicos													
Formação Contínua (em áreas específicas) Rede CLAIM													
Acompanhamento (participação em reuniões, eventos, apoio telefónico, email)													
Encontro Nacional													500,0 €
Encontros Regionais Rede CLAIM													15.000,0 €
Inauguração de Novos CLAIM													2.390,0 €
Renovação sinalética de toda a Rede													600,0 €
Nova Plataforma													6.150,0 €
Avaliação externa - 15 anos de Rede CLAIM/Apresentação pública													0,0 €
PMIM													
Acompanhamento (participação em reuniões, eventos, apoio telefónico, email)													500,0 €
Encontros regionais													540,0 €
Avaliação externa - 1ª geração de PMIM													10.000,0 €
Medida 2 PEM -IMAD													
Agendamento com autarquias													
Aplicação IMAD no terreno													1.510,0 €
BD Práticas Inspiradoras (validação e inserção e inserção de novas práticas)													
Família do Lado - 6.ª edição													
Convite às entidades e inscrições													
Divulgação													
Monitorização													
Iniciativa - encontros entre famílias													
Avaliação													

TOTAL

37.190,0 €

Plano Anticorrupção



ACM

Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP

Março de 2017

ÍNDICE

PARTE I – Caracterização do ACM, IP – Alto Comissariado para as Migrações

Natureza Jurídica do ACM, IP.....	pg.3
Missão do ACM, IP.....	pg.3
Atribuições do ACM, IP.....	pg.3
Organograma.....	pg.6

PARTE II - Enquadramento Legal, Âmbito, Objetivos e Metodologia

Enquadramento Legal... ..	pg.8
Âmbito e Objetivos do Plano.....	pg.8
Metodologia de Elaboração, Acompanhamento e Avaliação de Execução do Plano.....	pg.9

PARTE III - Identificação de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas, Medidas Preventivas e Estratégias de Aferição de Eficácia e Correção

Identificação e Gestão de Riscos.....	pg.11
Estrutura Metodológica do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção.....	pg.13
Identificação de Riscos em Procedimentos de Contratação Pública.....	pg.15
Medidas Preventivas e Estratégias de Aferição de Eficácia e Correção.....	pg.16
Identificação de Riscos e Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas na actividade do ACM,IP, como Organismo Intermédio do PO ISE.....	pg.18
Anexos	pg.20
Índice de Anexos	pg.21
Anexo I – Matriz de Riscos Gerais por Unidade Orgânica.....	pg. 22
Anexo II – Matrizes de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção por Unidade Orgânica.....	pg. 23
Anexo III – Matrizes de Riscos e Prevenção Antifraude em Operações Financeiras por Unidade Orgânica	pg.82
Anexo IV – EGESIF 14-0021-00 – “ORIENTAÇÕES PARA OS ESTADOS-MEMBROS E AS AUTORIDADES DO PROGRAMA – AVALIAÇÃO DO RISCO DE FRAUDE E MEDIDAS ANTIFRAUDE EFICAZES E PROPORCIONAIS”	pg.96
Anexo V – MATRIZ DE RISCO (modelo conforme à ferramenta da CE detalhada na EGESIF 14-0021-00.).....	pg.97

PARTE I – Caracterização do ACM, IP – Alto Comissariado para as Migrações

1.1. Natureza Jurídica

O Alto Comissariado para a Migrações é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Criado pelo Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro, prossegue, nos termos do nº2 do artigo 1º deste diploma, atribuições da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) nas áreas da integração e migrações, sob superintendência e tutela do Primeiro-Ministro ou de outro membro do Governo integrado na PCM.

1.2. Missão do ACM, IP

O ACM, I.P. tem por missão, nos termos do nº1 do artigo 3º, do mesmo diploma, colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, bem como para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.

1.3. Atribuições do ACM, IP

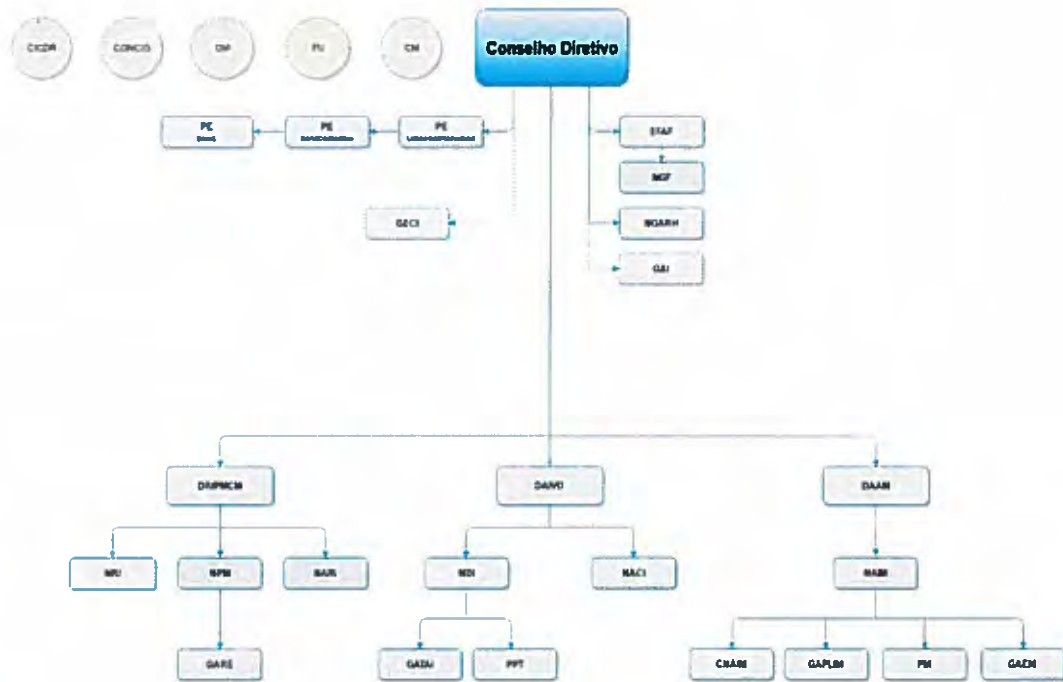
Conforme definição decorrente do nº2 do já referido artigo 3º do diploma em epígrafe, são atribuições do ACM, I.P.:

- a) Promover a imagem internacional de Portugal enquanto destino de migrações;
- b) Promover e dinamizar o acolhimento, a integração, a participação e a formação profissional e cívica dos imigrantes e seus descendentes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos imigrantes que proporcionem uma resposta integrada dos serviços públicos, e de parcerias com a sociedade civil, as autarquias locais e as associações de imigrantes, tendo em vista a promoção da coesão e solidariedade social, do acesso à cidadania e o reforço das redes sociais de integração e participação pública;

- c) Colaborar, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- d) Cooperar com todas as entidades competentes na execução da política migratória, designadamente através de ações, nacionais e internacionais, de captação de imigrantes de elevado potencial;
- e) Exercer funções de interlocução junto de atuais e potenciais imigrantes em procedimentos administrativos ou fora deles, sem prejuízo das competências próprias dos organismos envolvidos, por via do aconselhamento daqueles imigrantes, do contacto com outras entidades públicas e privadas, do recurso a meios eletrónicos e da preparação da documentação pertinente;
- f) Gerir, quando a competência lhe for delegada, as iniciativas, fundos e planos de ação da União Europeia em matéria de migrações;
- g) Cooperar com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através de uma abordagem integrada às dinâmicas de emigração e imigração e respetivas diásporas, designadamente em ações que apoiem, incentivem e acompanhem o retorno de cidadãos nacionais emigrantes no estrangeiro ou reforcem os seus laços de vínculo a Portugal;
- h) Garantir o acesso dos imigrantes, suas associações e outras comunidades a toda a informação relevante para o exercício dos seus direitos e deveres de cidadania;
- i) Contribuir para a melhoria da recolha e divulgação de dados estatísticos oficiais sobre fluxos migratórios, através da consolidação da recolha de dados ou de informações complementares que não se encontrem diretamente acessíveis em fontes primárias;
- j) Celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas em todas as matérias com relevo para a captação, fixação e integração de migrantes, designadamente no que respeita ao emprego, à formação e inserção profissional, ao empreendedorismo, à mobilidade migratória, à mediação sociocultural, à habitação, saúde e educação, tendo em vista o codesenvolvimento local e regional, a mobilização de competências e a inclusão económica e social;
- k) Promover o diálogo, a inovação e a educação intercultural e inter-religiosa, designadamente através do apoio ao associativismo e de ações de valorização da interação positiva e da diversidade cultural, num quadro de consideração mútua e de respeito pelas normas legais e constitucionais;

- l) Combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei;
- m) Favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos imigrantes, tendo em vista a sua melhor integração social, profissional e cívica;
- n) Fomentar a investigação, inquéritos e a observação dos fenómenos migratórios, em articulação com centros de estudo universitários e organizações internacionais, com vista a contribuir para a definição e avaliação de políticas públicas ou de iniciativas legislativas;
- o) Desenvolver programas e ações de inclusão e capacitação económica dos atuais imigrantes e seus descendentes, de modo contribuir para a melhoria das suas condições de vida e trabalho, para a igualdade de oportunidades e para o melhor reconhecimento e aproveitamento das suas qualificações e do seu potencial;
- p) Desenvolver programas de inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e grupos étnicos, tendo em vista, entre outros objetivos, a inclusão escolar e a educação, a formação profissional, o reforço da empregabilidade e a dinamização comunitária e cidadania.

1.4. Organograma¹



Legenda:

- CICDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
 - CM - Comissão para as Migrações
 - CINAM - Centro Nacional de Apoio e Integração de Migrantes
 - CONCO - Grupo Consultivo para a Integração de Comunidades Ciganas
 - DAAM - Departamento de Apoio e Assistência Migratória
 - DAVID - Departamento de Apoio e Integração e Valorização da Diversidade
 - DRPMCM - Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes
 - STAF - Equipa de Fundos e Apoio Financeiro
 - FI - Fiscalização
 - GEI - Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante
 - GAI - Gabinete de Audiência Interna
 - GAPB - Gabinete de Apoio ao Público e Locais de Integração de Migrantes
 - GATA - Gabinete de Apoio ao Regresso Emergente
 - GARE - Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Migrantes
 - GEI - Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação
 - NACI - Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas
 - NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes
 - NAR - Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados
 - NEI - Núcleo para o Diálogo Intercultural
 - NGF - Núcleo de Gestão Financeira
 - NPM - Núcleo de Políticas Migratórias
 - NR - Núcleo de Relações Internacionais
 - DI - Observatório das Migrações
 - PI - Programa Mentes
 - PPT - Português Para Todos
- Núcleo em processo de estruturação/elaboração
 Independentes

¹ No momento em que se procede à revisão do presente Plano ainda não se encontra concluído o processo de nomeação dos dirigentes responsáveis pelas unidades orgânicas, definidas no âmbito dos Estatutos do ACM, IP., aprovados pela Portaria nº227/2015 de 3 de agosto

Permanece constituída, tal como à data da versão inicial deste Plano, a Equipa de projecto para a gestão do Programa Escolhas que, apesar de ter prevista a sua plena integração no ACM, continua a ser gerido por diploma próprio, constituindo-se, por essa razão, como Organismo Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OBREPP).

O presente organograma representa a actual estrutura organizacional deste IP, definida em conformidade com os respectivos Estatutos, aprovados pela Portaria nº227/2015 de 3 de agosto e no âmbito dos quais estão previstas outras unidades orgânicas, susceptíveis de, em caso de necessidade, serem introduzidas na estrutura orgânica do ACM, IP.

Parte II – Enquadramento Legal, Âmbito, Objetivos e Metodologia

2.1. Enquadramento Legal

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade independente que funciona junto do Tribunal de Contas, aprovou a Recomendação nº 1/2009 do Conselho para a Prevenção da Corrupção (CPC), publicada no DR, II Serie, nº 140 de 22 de julho, através da qual, nos termos do respectivo nº1.1, todos os dirigentes máximos de entidades gestoras de dinheiro, valores e património públicos, devem elaborar **Planos de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas**, bem como relatórios anuais sobre a execução dos mesmos. Considerando que o referido Plano elaborado pelo ACM, IP data de outubro de 2014, a entidade procedeu à sua revisão, em outubro de 2016, após a promulgação dos Estatutos da entidade e a sua consequente reestruturação organizacional.. A revisão deste documento atendeu, também, ao conjunto de orientações que constam na Recomendação do CPC referente à “Gestão de Conflitos de Interesses no Setor Público”, datada de 07 de novembro de 2012, bem como à Recomendação sobre “Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública”, datada de 07 de janeiro de 2015 e à Recomendação, datada de 01 de julho de 2015, relativa a “Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”. A avaliação dos riscos e medidas resultantes desta revisão, após a sua aprovação pelo Grupo de Avaliação de Risco e pelo Conselho Diretivo do ACM,IP. ” será enviado para a Tutela e para o próprio CPC, bem como, para efeitos de divulgação no site do ACM,IP sob a designação “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. – Março 2017”.

2.2. Âmbito e Objetivos do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas

Fator de gestão fundamental, este Plano visa, por um lado, promover a transparência pública nos processos e procedimentos que integra no seu funcionamento institucional, garantindo credibilidade e confiança aos métodos a que recorre e aos objectivos que pretende alcançar. Por outro, o Plano pretende, também, de forma muito clara e incisiva, elucidar a própria estrutura organizacional da entidade sobre a natureza, o nível, o impacto e a probabilidade de ocorrência de riscos de gestão, associados, recorrentemente, ao próprio funcionamento institucional, permitindo-lhe a definição e aplicação de medidas preventivas, cuja adequação à natureza e nível de risco, garante a diminuição da probabilidade da sua ocorrência e, naturalmente, a dimensão do seu impacto. Neste contexto, o Plano permite ao ACM:

- Identificar os principais riscos de gestão, nomeadamente, de corrupção e infrações conexas, relativamente a cada unidade orgânica (departamentos, núcleos ou equipas);
- Verificar, com base num processo regular de acompanhamento e avaliação de riscos, o grau de adequação das medidas adotadas para efeitos de prevenção da sua ocorrência;
- Propôr, designadamente, através da revisão anual do Plano, decorrente da avaliação resultante do seu Relatório Anual de Execução e sempre que se justifique, a adoção de novas medidas preventivas, a título de resposta para a ocorrência de riscos potencialmente emergentes, em termos de

previsibilidade.

O Plano foi elaborado, no âmbito da presente revisão da versão original, seguindo a estrutura atual do ACM, IP, atendendo a que o Instituto se encontra em fase de definição constitutiva do seu Mapa de Pessoal, nos termos da orgânica estrutural interna, decorrente dos respectivos Estatutos, aprovados em anexo à Portaria nº227/2015 de 3 de agosto, publicada no DR, 1ª Série, nº149 de 3 de agosto.

2.3. Metodologia de Elaboração, Acompanhamento e Avaliação de Execução do Plano

Em outubro de 2014, o Plano inicial, construído com o objectivo de dar resposta à solicitação da Recomendação nº1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), publicada no DR, II Serie, nº 140 de 22 de julho, intitulou-se “Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.”. Para a sua elaboração, o ACM, IP., contou com a colaboração de todos os Coordenadores dos Gabinetes que se constituíam, à data, como unidades orgânicas da entidade e que, para efeitos de identificação e análise de uma série de potenciais riscos de corrupção e infracções em função da especificidade do trabalho de cada um desses Gabinetes, responderam a um inquérito distribuído com essa finalidade, onde se solicitava aos referidos Coordenadores, não só a identificação das principais atividades desempenhadas pelo seu Gabinete, como também a enumeração dos respetivos riscos de corrupção e as medidas existentes ou a implementar para reduzir a possibilidade da sua efetiva ocorrência.

A execução do Plano deve ser regularmente acompanhada, devendo a sistematização da análise e avaliação deste acompanhamento, ser apresentada sob a forma de Relatório Anual de Execução. Registe-se que, em sede de elaboração da versão inicial deste Plano foi prevista a sua reestruturação, designadamente, após a publicação dos novos Estatutos do ACM, IP e da constituição do respetivo Mapa de Pessoal.

A presente revisão do Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da corrupção e Infrações Conexas, datado de 2014, integra-se na supra-referida actualização, prevista para data posterior à da aprovação dos Estatutos do ACM, IP (cuja publicação decorre da Portaria nº227/2015 de 3 de agosto) e apresenta-se estruturado em conformidade com as indicações constantes no “Guião para a Elaboração de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” publicado pelo CPC, em concordância com a Recomendação nº1/2009.

De acordo com a metodologia definida originalmente, o acompanhamento da execução deste Plano que passará a intitular-se “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP.”, procederá através do preenchimento anual da sua Matriz de Risco (Anexo I) pelos dirigentes responsáveis por cada uma das unidades orgânicas do ACM, IP (Diretores de Departamento e Coordenadores de Núcleos e de Equipas) reunidos em sede de Grupo de Avaliação de Risco (figura orgânica criada para o efeito, no âmbito da Unidade de Auditoria Interna do ACM, IP), cujas funções implicam, recorrentemente, não apenas o acompanhamento da execução do Plano mas, também a análise e execução das medidas propostas no âmbito do seu Relatório Anual de Execução, a apresentar, pela responsável pela Unidade de Auditoria Interna do

ACM,IP. ao Grupo de Avaliação de Risco no mês de Junho, para efeitos de avaliação durante o mês no Julho e posterior aprovação pelo Conselho Directivo do ACM,IP. Neste sentido, o Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP resulta de um processo consultivo e participado, com o objectivo de, por um lado, nele serem claramente identificados, por unidade orgânica e no computo geral da instituição, os riscos associados à respectiva gestão, bem como os recursos, as acções e as responsabilidades associadas à sua prevenção e efectiva ou potencial ocorrência e de, por outro lado, ser conhecido com transparência o respectivo processo de implementação, acompanhamento e avaliação, designadamente através do seu envio, via e-mail, a todos os colaboradores da instituição e da sua publicação no site do ACM,IP..

Parte III – Identificação de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas, Medidas Preventivas e Estratégias de Aferição de Eficácia e Correção

3.1. Identificação e Gestão de Riscos

Em 2006, a Association for Project Management definiu o risco como: “a combinação da probabilidade ou frequência da ocorrência de uma ameaça ou de uma oportunidade e a magnitude das consequências da sua ocorrência”. Dito de outro modo, os riscos consistem em acontecimentos cujo impacto negativo ou positivo (registre-se que, nesta fase, o enfoque incide na dimensão negativa de riscos), decorre de um conjunto de consequências possíveis, ditado pela concretização de uma determinada acção quase sempre definida no âmbito dos processos de escolha e decisão inerentes ao quotidiano das organizações.

A gestão do risco é, por esta razão, uma dimensão crucial do funcionamento organizacional das instituições que justifica a existência de um instrumento estratégico de prevenção da ocorrência de potenciais danos e prejuízos previsíveis, ou seja, um Plano de Gestão de Riscos. Entendemos por instrumento de gestão de riscos “(...) *uma forma organizada de identificar e medir os riscos de desenvolver, seleccionar e gerir as opções disponíveis para o seu controle (...)*”² e, consideramos a sua gestão como “(...) *um processo desenvolvido pela administração, gestão e outras pessoas, aplicado na definição estratégica da organização, que foi desenhado para identificar potenciais eventos que podem afetar a entidade e para gerir os riscos para níveis aceitáveis, fornecendo uma garantia razoável de que os objectivos da organização serão alcançados (...)*”³ uma vez que, de facto, o risco deve ser entendido como “(...) *uma variação relativamente ao que foi inicialmente planeado, a possibilidade de que algo não venha a dar certo devido à ocorrência de situações desfavoráveis ou de não conformidades. Envolve aspectos qualitativos e quantitativos das incertezas em relação às perdas/ganhos e aos rumos dos acontecimentos planeados. Desta forma, o foco na gestão de riscos está relacionado, por um lado, com eventos que podem afetar o alcance dos objetivos organizacionais e, por outro lado, com a parte preventiva que reside na modelagem de sistemas de controlos internos (...)*”⁴

Considerando que os riscos consistem na probabilidade de ocorrência de acontecimentos que podem estar (ou não), eventualmente, associados a escolhas e decisões e que, não tendo sido previstos em sede de

² Kerzner, Harold (2006) Project Management – A Systems Approach to Planning, Scheduling and Control, ed. McGraw-Hill, New York.

³ COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. Internal control: integrated framework. 1994. (Two-volume edition). Disponível em: <<http://www.snai.edu/cn/service/library/book/0-Framework-final.pdf>>.

⁴ Idem

planeamento, podem conduzir a consequências com impacto negativo nos objectivos das organizações, releva, para efeitos de segurança e consolidação da actividade organizacional, a definição de um plano de gestão de riscos estrutural, com destaque para a problemática da corrupção e infracções conexas que urge prever, a título preventivo, no sentido de evitar ou, pelo menos, de reduzir a probabilidade da sua ocorrência, garantindo, na medida do possível, o controle de danos potencialmente associados à sua eventual concretização.

Neste sentido, as orientações plasmadas no “Guião para a Elaboração de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas” publicado pelo CPC, em concordância com a Recomendação nº1/2009, procedem no sentido de ilustrar a elaboração estrutural destes Planos, esclarecendo objetivos explícitos que deles devem constar, sendo que, a estas orientações associamos, no actual “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da corrupção e Infracções Conexas do ACM,IP.”, a metodologia conforme aos requisitos da legislação europeia para efeitos de gestão de fundos comunitários, dado o estatuto de Organismo Intermédio que o ACM,IP detém no Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020⁵, designadamente:

- a) identificar e caracterização os potenciais riscos de corrupção e infracções conexas, atendendo às funções da entidade e à sua estrutura orgânica;
- b) determinar a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados numa escala de 1 a 4;
- c) determinar o impacto de tal ocorrência numa escala de 1 a 4;
- d) determinar o nível de cada risco pelo cruzamento das variáveis supra-referidas (probabilidade e impacto), classificando de acordo com a seguinte tipologia: “tolerável”, “significativo” e “crítico”;
- e) indicar as medidas preventivas consideradas adequadas para efeitos de redução do grau de probabilidade de ocorrência dos riscos identificados (por exemplo: mecanismos de controlo interno, segregação de funções, declarações de efectivos e/ou potenciais conflitos de interesse, controlo efectivo de acumulação de funções públicas com actividades privadas, definição de critérios gerais e abstractos de concessão de benefícios públicos, gabinetes de auditoria interna e outras - tais como a definição de normas e procedimentos integrantes do Código de Ética e de Conduta da entidade e a existência de um Grupo de Avaliação de Risco);

f) acompanhar a execução do Plano, sistematizando os resultados dessa monitorização através da produção de um Relatório Anual de Execução que pretende confirmar a sua actualidade ou dar visibilidade à necessidade da sua revisão.

No nº1 e no parágrafo 2 do nº2 das suas “Observações”, o CPC explicita a questão da responsabilidade inerente à gestão pública que se pretende salvaguardar com a elaboração dos Planos em epígrafe, considerando que os

⁵ a matriz de cálculo que operacionaliza esta metodologia (conforme às indicações para o efeito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, relativamente ao qual o ACM,IP. desenvolve a actividade de Organismo Intermédio), encontra-se na página 16 deste documento, no âmbito do item referente a esta actividade, constando a título de Anexo III, a respetiva matriz de risco

Planos de Prevenção de Riscos: “(...) são, em primeira linha, da responsabilidade dos órgãos máximos das entidades. No entanto, os dirigentes de cada unidade orgânica devem ser responsabilizados pelas propostas de planos dos seus departamentos e pela sua execução efectiva. (...)”, daí concluindo que: “(...) os Planos de Prevenção de Risco são, além de um factor de gestão fundamental, um instrumento que permitirá aferir a eventual responsabilidade que ocorra na gestão de recursos públicos. (...)”.

Desta abordagem decorre, no contexto da revisão e atualização do “Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações conexas do ACM, IP”, datado de outubro de 2014, a consideração de um âmbito mais vasto de reflexão sobre a natureza da gestão de riscos em que se incluem, além da problemática da corrupção e infracções conexas que é indispensável prevenir, outros riscos de gestão sobre os quais se justifica reflectir, identificando-os e prevenindo-os através da definição de medidas preventivas que visam salvaguardar a natureza institucional do ACM, IP..

3.2. Estrutura Metodológica do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção

Com esta revisão e com o objectivo de funcionar como instrumento de controlo interno direccionado para o reforço da salvaguarda institucional, o Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP configura-se em função de quatro áreas estruturais, atendendo aos mais significativos riscos previstos em matéria de gestão de risco:

- a) **ambiente externo** (contexto geopolítico, económico e social, decisões sobre prioridades políticas, legislação e parcerias externas);
- b) **planeamento, processos e sistemas** (problemas que afetem a estratégia reflectida na planificação anual, condicionalismos imprevistos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação e comunicação interna e externa);
- c) **peçoas e organização** (problemas com recursos humanos e problemas éticos e comportamento organizacional – onde se integram os riscos de corrupção e infracções conexas tais como favorecimento, conflito de interesses e afins);
- d) **segurança e equipamentos** (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação) .

Para a identificação dos riscos da organização nas áreas temáticas enunciadas, este Plano apresenta uma Matriz de registo, facilitadora da gestão, acompanhamento e avaliação da execução do Plano na qual os dirigentes das unidades orgânicas fazem constar, relativamente a cada área estrutural:

1 –identificação e descrição dos riscos potenciais de cada unidade orgânica (com identificação da sua causa e fundamento);

2 – classificação dos riscos identificados:

- quantificação do impacto previsto em função da probabilidade de ocorrência de cada risco (1 a 4)⁶;
- quantificação do grau de probabilidade de ocorrência de cada risco identificado (1 a 4)⁷;
- qualificação do nível de risco em função do cruzamento das variáveis “probabilidade” e “impacto” de acordo com a tipologia: “tolerável”, “significativo” e “crítico”;

3 – descrição das actividades a que cada risco identificado se encontram associado;

4 – medidas previstas para efeitos de prevenção e de acompanhamento da sua execução para cada risco identificado;

5 – as fases do grau de implementação de cada medida prevista por risco identificado (em preparação, em implementação ou implementada);

6 – indicação das unidades orgânicas ameaçadas por cada risco identificado.

O preenchimento inicial da Matriz Geral de Gestão de Risco e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, constante neste documento a título de Anexo I, decorrerá, no âmbito dos trabalhos da Unidade de Auditoria Interna do ACM, IP., em sede de Grupo de Avaliação de Risco, na sequência do preenchimento das Matrizes Setoriais por Unidade Orgânica (Anexos I e II); cabe também a este grupo de trabalho acompanhar a execução do Plano e analisar o respectivo Relatório Anual de Execução para efeitos de avaliação da necessidade da sua revisão.

Relativamente à actividade delegada do ACM,IP enquanto Organismo Intermédio, as áreas estruturais deste Plano integram as três fases do ciclo de vida das operações com maior incidência de riscos de fraude, a saber: selecção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação de despesa e pagamentos. Neste contexto, para efeitos de registo da avaliação de risco, recorrer-se-á, em conformidade com as orientações comunitárias constantes no Anexo IV (EGESIG 14_0021-00), à Matriz cujo modelo por preencher, consta do Anexo IV deste documento.

⁶ *Legenda classificatória:* 1- Muito limitado; 2- Reduzido; 3- Significativo; 4- Crítico;

⁷ *Legenda classificatória:* 1- Quase nunca ocorrerá; 2- Ocorrerá poucas vezes; 3- Ocorrerá algumas vezes; 4- Ocorrerá com frequência;

3.3. Identificação de Riscos em Procedimentos de Contratação Pública

A área da contratação pública, identificada como área de risco pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, no seu levantamento inicial, é uma área transversal a todo o ACM, que muito embora esteja centralizada na EFAF (Equipa de Fundos e Apoio Financeiro), envolve todas as equipas técnicas do Instituto, pelo que merece ser tratada em ponto específico.

As equipas técnicas do ACM intervêm diretamente nos processos de aquisição de bens e serviços, desencadeando os processos de contratação em função das necessidades inerentes às suas atividades internas, que devem ser devidamente justificadas, nomeadamente através do preenchimento de um formulário de abertura do procedimento, no qual, além da descrição da necessidade a contratar, as equipas definem a contraparte, as obrigações do ACM e do prestador de serviços e montante da despesa.

Segue-se a cabimentação da despesa, que antecede a decisão de contratar e de autorização da despesa por parte do dirigente máximo, bem como a escolha do tipo de procedimento. Desta forma, foram normalizados alguns documentos que servem de base aos procedimentos de contratação, designadamente de justificação da despesa e de escolha do tipo de procedimento, considerando as seguintes medidas:

- Planificação adequada das atividades adjacentes aos processos de contratação pública a realizar;
- Promoção de uma rotatividade, sempre que possível, nos elementos que constituem o Júri dos processos de contratação;
- Promoção de uma rotatividade, sempre que possível, nos fornecedores de bens e prestadores de serviços;
- Verificação, através de controlos internos ou externos, do cumprimento das normas de procedimentos internos vigentes;
- Reavaliação e eventual revisão nas normas de procedimentos internos existentes, caso necessário, de modo a reforçar as medidas de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

Neste contexto, atendendo ao cumprimento da legislação nacional e comunitária e nos termos no nº4 do artigo 1º do CCP, ao respeito pelos princípios da Transparência, da Igualdade e da Concorrência, os procedimentos de aquisição, designadamente, a escolha do procedimento, os procedimentos pré-contratuais e a integralidade das peças procedimentais associadas à natureza do procedimento, são objecto de atento escrutínio no que se refere a riscos prementes relativos quer a eventuais limites à emissão de convite, quer ao eventual fraccionamento de despesa, através do

preenchimento obrigatório, por procedimento, de uma check-list que confere visibilidade a eventuais incumprimentos processuais susceptíveis de correcções financeiras no âmbito da COCOF (ver Anexo III).

3.4. Medidas Preventivas e Aferição de Estratégias de Eficácia e Correção

As medidas preventivas adoptadas e em actualização dinâmica por reflexo da revisão anual do Plano, procedem por risco identificado e por unidade orgânica, decorrendo de uma avaliação sistémica, extraída da análise da Matriz e resultante da consideração da natureza do risco e das suas qualificações em termos de nível, impacto e probabilidade de ocorrência. Neste sentido, estas medidas culminam o exercício de aferição das estratégias de eficácia e correcção relativas à gestão do risco e à prevenção da corrupção e infracções conexas, cuja arquitectura integra vários instrumentos e mecanismos de controlo interno, que, em seguida, passamos a enumerar e explicitar, no que se refere ao respetivo papel em termos de consolidação da estratégia preventiva de riscos, corrupção e infracções conexas do ACM, IP..

No que respeita à existência de estratégias de eficácia e correcção em termos de Gestão e Avaliação de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas, o ACM, IP. rege-se pela Carta Ética da Administração Pública, reitera o compromisso de cumprimento dos 10 princípios que constituem este documento enquadrador, em particular com a aprovação e vigência da Carta de Missão e Valores do ACM,IP. e do Código de Ética e de Conduta do ACM, IP. aprovados em Agosto de 2016.

Para além da obrigatoriedade do seu cumprimento, extensível a todos os colaboradores da entidade (independentemente da respectiva função, vínculo contratual ou posição hierárquica), o Código de Ética e de Conduta do ACM, IP. estabelece normas de conduta, relativamente à salvaguarda, por um lado, dos princípios de “isenção e independência”, “conflito de interesses”, “dever de denúncia de irregularidades no âmbito da prevenção da corrupção e infracções conexas” e, por outro lado, dos valores de “honestidade, respeito mútuo e entreajuda” relativamente ao relacionamento interno e de “isenção, equidade e profissionalismo” em termos de relacionamento externo. Na qualidade de instrumento estratégico de eficácia e correcção, este Código consiste num duplo compromisso ético que, no plano interno, se caracteriza pela responsabilidade decorrente do facto de todos os colaboradores do ACM,IP. o assinarem e que, do ponto de vista externo, cauciona os princípios da confiança e da transparência, inerentes à defesa do interesse público. O referido Código prevê a sua revisão em caso de necessidade de reforço dos seus conteúdos, sob parecer e aprovação do Conselho Directivo, bem como a sua publicitação, para efeitos de transparência.

Associado a este Código, o ACM, IP. dispõe de uma Declaração de Conflito de Interesses cujo conhecimento e assinatura é de natureza obrigatória e vinculativa por parte de todos os colaboradores do ACM, IP. envolvidos em procedimentos decorrentes e recorrentes da gestão do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020. Esta Declaração, susceptível de ser actualizada, sempre que necessário, pretende cobrir todas as áreas em que, de forma efectiva e/ou potencial, esse conflito se possa manifestar, responsabilizando os colaboradores por

eventuais práticas danosas, designadamente, de favorecimento ou riscos de corrupção e infracções conexas associadas, resultantes do não cumprimento escrupuloso dos termos da referida Declaração.

Para efeitos de reforço dos mecanismos internos de controlo, o ACM, IP. criou a Unidade de Auditoria Interna que, com particular ênfase nos processos e procedimentos inerentes aos processos de análise, aprovação e acompanhamento técnico e financeiro dos projectos co-financiados no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, procurará reduzir a dimensão e o impacto inerentes ao grau de probabilidade de ocorrência de riscos relativamente às seguintes áreas:

- a) prevenção da corrupção e infracções conexas;
- b) cumprimento das normas, regras e requisitos de elegibilidade técnico-financeira previstos na legislação e nos Manuais de Procedimentos dos instrumentos de co-financiamento de que se destacam, o Programa Operacional para a Inclusão Social e o emprego - PO ISE e o Fundo Asilo, Migrações e Integração - FAMI);
- c) identificação e aferição de outros erros de forma e substância susceptíveis de correcção legal em tempo útil.

Para além das funções inerentes aos desempenhos que a designação indica, a saber, coordenar a auditoria interna das três áreas do ciclo de vida das operações (selecção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação de despesa e pagamentos), a Unidade de Auditoria Interna do ACM,IP., após ter procedido à actualização do “Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas”, irá coordenar o trabalho de acompanhamento e avaliação da execução deste Plano.

Com esse objectivo, dando continuidade e reforço à metodologia originalmente adoptada no que se refere à gestão e acompanhamento da execução deste Plano, a Unidade de auditoria Interna do ACM,IP., reunirá, pelo menos, duas vezes por ano, o Grupo de Avaliação de Risco (constituído pelos dirigentes responsáveis por cada unidade orgânica), com o objectivo de analisar, através do Relatório Anual de Execução, os resultados apurados por cada uma destas unidades relativamente à Matriz de Risco e avaliar da justeza e adequação das medidas preventivas em vigor e/ou da necessidade do seu reajustamento e correcção. Neste contexto de estratégias de aferição de eficácia e correcção, o próprio “Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas” emerge como um instrumento particularmente dinâmico dada, designadamente, a regularidade anual da sua revisão e actualização.

3.5. Identificação de Riscos e Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas na actividade do ACM,IP. como Organismo Intermédio do PO ISE

No âmbito da sua actividade como Organismo Intermédio (OI) do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (PO ISE), no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, o ACM, IP. procedeu, no âmbito da presente actualização do “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas”, à consideração das orientações da Comissão Europeia no documento enviado aos Estados-membros, intitulado “Avaliação do Risco de Fraude e Medidas Anti-Fraude Eficazes e Proporcionadas” (EGESIF_14-0021-00, de 16.06.2014), bem como às que, no que a esta matéria respeita, se encontram plasmadas em sede de Manual de Procedimentos do próprio Programa Operacional.

Consequentemente, este Plano recorrerá e adoptará a terminologia e a metodologia propostas na documentação supra-citada, quer para efeitos de cálculo do nível de risco, quer para a respectiva classificação enquanto tal, designadamente no que se refere à avaliação de riscos e medidas das unidades orgânicas afetas à actividade delegada, a saber: EFAF, NACI e NDI.

No que respeita à caracterização da natureza dos riscos como “risco bruto”, “risco residual” e “risco alvo”, o Grupo de Avaliação de Risco, procederá em conformidade com as orientações metodológicas constantes na EGESIF 14_-0021-00⁸, para efeitos de acompanhamento da execução e avaliação da actividade delegada no que se refere ao “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP.”.

No que se refere à metodologia, para efeitos de apresentação da “matriz de cálculo do nível de risco” e também de explicação da apresentação do modelo da própria “matriz de risco” que integra este Plano (a título de Anexo III), registre-se a referência feita nos itens 3.1 e 3.2 deste documento e nas notas de rodapé que lhes correspondem (nº5 e nº6), por um lado, relativamente às áreas de incidência deste Plano, no que se refere à actividade da entidade como Organismo Intermédio (ou seja as 3 áreas do ciclo de vida das operações com maior incidência de riscos de fraude, a saber: selecção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação de despesa e pagamentos) e, por outro lado, no que respeita à metodologia de cálculo e classificação de risco em matéria de combate à fraude e prevenção da corrupção (determinar a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados numa escala de 1 a 4; determinar o impacto de tal ocorrência numa escala de 1 a 4; determinar o nível de cada risco pelo cruzamento das variáveis “probabilidade” e “impacto”, classificando-o de acordo com a seguinte tipologia: “tolerável”, “significativo” e “crítico”).

Com o recurso à “matriz de cálculo do nível de risco” que, utilizada e recomendada pela CE, será também utilizada pelo ACM,IP. no âmbito da execução do seu Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e

⁸ Ver Anexo V

Infrações Conexas, obtemos a quantificação de cada risco a partir da combinação da sua “probabilidade” (probabilidade do risco ou do acontecimento ocorrer) com o respectivo “impacto” (consequências do acontecimento ou do risco, do ponto de vista financeiro e não financeiro).

Quanto à classificação total do nível de cada risco, é obtida com base no cruzamento das supra-referidas variáveis, a saber, “probabilidade” e “impacto”, daí resultando, sobre a matriz abaixo ilustra, um nível de risco com a graduação de “tolerável” (cor verde), “significativo” (cor laranja) e “crítico” (cor vermelha):

		PROBABILIDADE			
		1	2	3	4
IMPACTO	1	1	2	3	4
	2	2	4	6	8
	3	3	6	9	12
	4	4	8	12	16

Conforme já referimos, a identificação, descrição e classificação dos riscos surge sistematizada, juntamente com as respetivas medidas de prevenção e de mitigação e ainda com eventuais medidas adicionais, em sede de MATRIZES de Riscos Gerais (Anexo I), de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção por Unidade Orgânica (Anexo II) e de PREVENÇÃO ANTIFRAUDE em OPERAÇÕES FINANCEIRAS por UNIDADE ORGÂNICA (Anexo III).

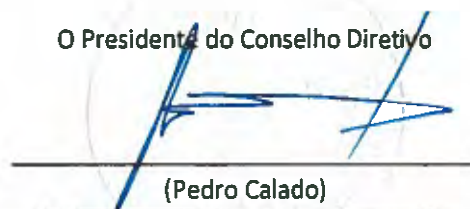
A avaliação de risco será transversal a toda a actividade do ACM,IP., estando prevista a apresentação, por parte das diversas unidades orgânicas, dos primeiros resultados da sua implementação no que se refere à actividade principal deste IP., no final do mês de Dezembro de 2016, em reunião do Grupo de Avaliação de Risco, agendada para o efeito.

Atendendo a que a actividade delegada do ACM,IP., enquanto Organismo Intermédio do PO ISE, não apresenta execução física ou financeira até à presente data, prevê-se a primeira avaliação desta actividade, em matéria de gestão de risco e prevenção da corrupção, em Abril de 2017, de acordo com as orientações e os instrumentos identificados em sede de Anexo IV e Anexo V..

Neste contexto, durante o mês de Junho de 2017 será elaborado o Relatório Anual de Execução deste instrumento de gestão de riscos, na sequência de cuja apresentação ao Grupo de Avaliação de Risco, resultará a respetiva avaliação, através da qual se apurará da eventual necessidade de revisão das medidas preventivas adotadas e decidirá da necessidade de adoção de medidas adicionais.

Lisboa, 31 de Março de 2017

O Presidente do Conselho Diretivo



(Pedro Calado)

**Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e
Infrações Conexas do ACM,IP.**

Anexos

ÍNDICE DE ANEXOS:

Anexo I

MATRIZ de Riscos Gerais por UNIDADE ORGÂNICA (UO).....pg.22

Anexo II

MATRIZES de GESTÃO DE RISCOS E Prevenção da corrupção por UO.....pg.23

Anexo III

MATRIZES de PREVENÇÃO ANTIFRAUDE EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS por UO.....pg.88

Anexo IV:

MATRIZ DE RISCO (*conforme à ferramenta da CE detalhada na EGESIF 14-0021-00*).....pg.102

Anexo V:

EGESIF 14-0021-00 – “ORIENTAÇÕES PARA OS ESTADOS-MEMBROS E AS AUTORIDADES DO PROGRAMA – AVALIAÇÃO DO RISCO DE FRAUDE E MEDIDAS ANTIFRAUDE EFICAZES E PROPORCIONAIS”pg.103



Anexo I - Matriz de Riscos Gerais								
Designação das Unidades Orgânicas: Coordenador da Área de Segurança do ACSM, Dr. Mário Ribeiro								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causas e fundamentos)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Análise	Medidas Mitigadoras
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Elevado, Significativo, Crítico)				
Responsável pela Área de Segurança do ACSMJP	Ocorrência de situações de catástrofe natural e/ou resultantes de intervenção humana	1	3	Elevado	Plano de emergência	implementada	Sem ocorrências a registar	
		1	3	Elevado	Referço de verbas para atenuar o impacto do risco	implementada	Sem ocorrências a registar	
		1	3	Elevado	Conhecimento dos planos de emergência. Conhecimento de manuseamento dos extintores. Conhecimento dos procedimentos relativos aos seguros e acidentes de trabalho. Formação em primeiros socorros.	Em implementação	Sem ocorrências a registar	
	Ocorrência de queima descontrolada do gás da sala onde está instalado o equipamento de diagnóstico de FARM	2	4	Significativo	Comunicação sobre o estado da sala à Unidade Orgânica competente com o intuito da implementação de medidas, com entidades competentes, que atenuem o risco identificado.	Em preparação		



Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACMJP.

Designação da Unidade Orgânica: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza e causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (1)olerável, Significativo, Crítico)				
Promoção da revisão do Regime Jurídico de combate à Discriminação Racial, para prevenir a prática de discriminações por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.	Dependência de elevado número de entidades externas dado o regime jurídico da instrução dos processos;	3	3	Significativo	Articulação estreita com as entidades competentes; Contribuir de forma ativa na elaboração da proposta;	Implementada	Não estando previstas no plano anterior, foram contudo implementadas	
	Inobservância do rigoroso cumprimento de prazos/prescrições;	1	4	Significativo				
Promover Campanhas de sensibilização da opinião pública e sociedade civil para a temática	Reduções substanciais na dotação orçamental.	1	2	Significativo	Sensibilizar para a importância das campanhas na prevenção e combate à discriminação racial em contexto nacional;	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planejamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza e causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Transição de processos	Dependência de elevado número de entidades externas que deriva do regime jurídico em vigor, em particular na instrução dos processos que cabe às inspeções gerais competentes em razão da matéria (art.º 17º (n.º 18/2004 de 11 de maio).	2	3	Significativo	Revisão do regime jurídico e alargar a competência da CCDR para instruir os PCOs	Em implementação (revisão legislativa em curso)		
Receção e acompanhamento de queixas	Estranho	3	2	Significativo	Reporte via encaminhamento para o email do profissional do departamento de apoio à CCDR e notificação para o email do coordenador do Gabinete de Tecnologias e Apoio Informático. Reporte de Tarefas à coordenação do Gabinete	Em preparação	Estando previsto no plano anterior, foi criado um site novo que altera o procedimento	
	Transgressão de Princípios Éticos na análise das denúncias	1	2	Significativo	Elaboração de proposta por técnica, revista pela coordenação (duplo grau de análise)*.	Implementada* Em preparação	* Em ocorrência a registar	

<p>Garantir cumprimento e aplicação dos mecanismos internacionais assumidos por Portugal no combate ao racismo (ex: CERD, DUDH, Pacto Intern. de Direitos Cíveis e Políticos, da ONU, Pacto Intern. de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, da ONU e Conv. Europeia para Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades e Garantias).</p>	<p>Irregularidades no cumprimento das Medidas e compromissos decorrentes de diplomacia internacional relacionados com a temática</p>	<p>1</p>	<p>4</p>	<p>Significativa</p>	<p>Estabelecimento de sinergias estratégicas (ex: OM, CM); Criação de grupo de trabalho transversal, de natureza interministerial, que englobe todas as entidades que trabalham a temática, com reuniões periódicas para monitorização de desenvolvimentos da temática;</p>	<p>Em preparação</p>		
<p>Elaboração de Estudos Lei 134/99 de 28 de agosto</p>	<p>Insuficiência de meios técnico-financeiros</p>	<p>1</p>	<p>2</p>	<p>Significativa</p>	<p>Criação de Sinergias com o Observatório das Migrações do ACM, a integrar Plano de Atividades conjuntas;</p>	<p>Em preparação</p>		
<p>Elaboração de Relatório Anual que reflita o combate à discriminação racial ao nível nacional (d.f) do n.º 1 do artº 5.º 1 el 134/1999)</p>	<p>Dependência de informação de entidades terceiras para a execução</p>	<p>2</p>	<p>3</p>	<p>Significativa</p>	<p>Estabelecimento de sinergias estratégicas com outras UO do ACM e entidades externas (ex: OM, CM); Criação de grupo de trabalho transversal, interministerial, que englobe as entidades que trabalham a temática para a monitorização regular de desenvolvimentos da temática;</p>	<p>Em preparação</p>		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - Ingresso riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza e causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Tratamento de Processos	Atualização de conhecimentos dos Recursos Humanos	2	3	Significativo	Reforço da formação atendendo às específicas necessidades do gabinete - procedimentos contraordenacionais, Assinatura da Declaração de Acreditação do Código de Ética do ACM / P... Assinatura da Declaração de Conflito de Interesses,**	Em preparação,** Implementadas**		
	Existência de Conflito de Interesses							
	Favorecimento de Entidades							
	Quebra de reserva de confidencialidade	3	4	Significativo				
Organização dos processos	2	3	Significativo	Modernização do sistema informático relativo à gestão documental	Em preparação			
Receção de queixas em matéria de discriminação racial (suporte informático, e papel)	Então	3	2		Encaminhamento para departamento de apoio à CICDR e notificação para o N.GARH; Reporte de Tarefas à coordenação do gabinete; Análise de base de dados alimentados de forma automática (proposta em apreciação); Segregação de funções entre quem recebe e quem alimenta a base de dados; Disponibilização em tempo real aos intervenientes, de documento excel em pasta partilhada de dados dos serviços com os respectivos números de entrada.	Apesar de implementado no plano anterior, por ter sido implementado um novo site, a versão anterior teve que ser readaptada	Em implementação por ter verificado a necessidade de reforço da utilidade do novo site	Criação de normas internas com a identificação de procedimentos entre gabinetes, criação de número único de entrada de documentos; atualização da tecnologia informática
Receção de coimas decorrentes de condenações no âmbito dos processos de contraordenação em matéria de discriminação racial no RTB do ACM	Extrato das verbas destinadas a entidades em terras ao ACM Estado e entidade Inspectiva art.º 14º e l.º 18/2004 de 11 de maio	1	2		Obrigatoriedade de apresentação de documentação de suporte e a operação, que deverá consistir de cada processo físico digital. Regulamentação de procedimentos (forma de receção das verbas, envio dos respectivos recibos, a ser arquivada numa base de dados disponível na partilha a ser alimentada pelos intervenientes - validar equipa CICDR e GCS	Em implementação	Estando previsto no plano anterior ainda não está consolidada, reestruturação equipas e funcionamento	Modernização de mecanismos informáticos; criação de plataforma eletrónica com alertas automáticos, criação de regulamento interno que preveja estes procedimentos específicos



4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Gestão e acompanhamento de Processos de Contratação	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	3	2	Significativo	Modernização do sistema informático com a ativação de plataforma de gestão documental e reforço de materiais (multifunções)	Em preparação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e infraestruturas	3	2	Significativo				
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de perda relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	3	2	Significativo				
	Arquivo de documentos/dos servers/processos / correio	1	2	Significativo	Reforço da área eletrónica para arquivo dos docs da CACDR	Em preparação		



Anexo II: Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM JP

Designação da Unidade Orgânica: Observatório das Migrações - OM

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Esterno (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Promover o estudo dos fenómenos migratórios, em articulação com centros de estudos universitários (alínea b) e c) do artigo 2º da Deliberação n.º 1243/2016)	Risco de alguns centros de investigação e universidades se sentirem preteridos por não celebrarem protocolos de colaboração com o OM e/ou dos seus projetos de estudos não serem financiados e preteridos em relação a outros propostos.	1	2	Significativo	Consolidação de uma rede de parceiros OM e Comité Científico OM, sendo as parcerias definidas a partir de critérios objetivos: centros de investigação com Muito Bom ou Excelente na última avaliação da FCI e com trabalho académico na vertente das migrações.	Em preparação	Embora esta nova rede e ARI OM estejam em preparação, a medida já foi testada no passado (2007). O Observatório fez 8 protocolos de colaboração com Centros de Muito Bom ou Excelente, tendo desses Centros saído 8 representantes que participaram de júris de seleção e financiamento de Estudos OM.	
Promover um diálogo construtivo e produtivo entre decisores políticos e académicos na vertente das migrações (alínea g) do artigo 2º)	Risco da academia e os decisores políticos não debaterem sinergias e/ou não aceitarem comités OM para debate e reflexão conjunta	1	2	Significativo	O OM promove mais momentos de debate entre académicos e decisores políticos e promover uma sistematização e disseminação junto dos decisores políticos das principais recomendações e resultados dos estudos OM	Em implementação		
Promover o debate e a reflexão académica acerca de políticas migratórias e da integração de migrantes, nomeadamente através da organização de conferências, jornadas anuais, seminários e Workshops (alínea f) do artigo 2º)	Reduções substanciais na dotação orçamental para o OM promover conferências, jornadas, seminários	1	3	Significativo	Procurar parcerias e outras instituições cofinanciadoras das iniciativas e com interesse no tema das migrações (OU promover candidaturas a fundos comunitários para cofinanciar estas iniciativas OM	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionamentos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Recolher, sistematizar, e analisar informação estatística e administrativa de fontes nacionais e internacionais respeitantes ao fenómeno da emigração, nomeadamente os indicadores de integração de migrantes e refugiados (alínea a) do artigo 2º da Deliberação n.º 1243/2016)	Dificuldade em aceder a informação estatística e administrativa das fontes de dados, verificando-se uma dependência excessiva nos parceiros externos do OMI para se poder sistematizar esta função OMI	2	3	Significativo	OMI promover uma articulação estreita com o IRE (também intervir na medida 6 do PEM) para ser agilizada a recolha e sistematização de dados de todas as instituições que dispõem de informação acerca de estrangeiros residentes em Portugal.	Em preparação		
	Informação estatística e administrativa das fontes de dados não serem disponibilizadas ao OMI com a desagregação necessária com as variáveis requeridas	3	2	Significativo	OMI promover reuniões de trabalho com técnicos das várias instituições fontes de dados para melhor informar e sensibilizar quanto aos objetivos e necessidades de informação e melhor conhecer as possibilidades das bases de dados das instituições.	Em implementação		
Disseminar resultados da produção científica acerca das migrações, nomeadamente através da atualização dos conteúdos disponíveis no site da Internet do OMI e no newsletter mensal (alínea h) do artigo 2º)	Risco do trabalho do OMI ser desconhecido ou as suas recomendações e análises não chegarem a públicos abrangentes, como decisores políticos, comunicação social, sociedade civil, técnicos que trabalham com migrantes, académicos, etc.	1	3	Significativo	Divulgação da Newsletter OMI com incentivo à inscrição de novos subscritores	Em preparação		

<p>Informar e sensibilizar a opinião pública, nomeadamente através do combate a mitos e estereótipos acerca das migrações (alínea f) do artigo 2º)</p>	<p>Risco de má interpretação dos dados e da informação disseminada pelo público e subscritores CIM</p>	<p>1</p>	<p>2</p>	<p>Significativo</p>	<p>Lançamento e disseminação da Newsletter Sobio que... com destaques estatísticos do CIM com informações simples, de rápida interpretação, e documentadas estatisticamente acerca das migrações</p>	<p>Em preparação</p>		
<p>Gerir e dinamizar o Centro de Documentação do ACM, IP, nomeadamente o seu acervo documental na vertente das migrações, promovendo o atendimento dos utentes. (alínea f) do artigo 2º).</p>	<p>Baixa procura de utilizadores internos e externos do acervo documental do Centro de Documentação.</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>Significativo</p>	<p>Promoção de Semanas Temáticas e envio de convites para meetings internos e externos para potenciais interessados no acervo documental do Centro de Documentação. Oferta de livros CIM a utentes do Centro de Documentação</p>	<p>Implementado</p>	<p>As semanas temáticas e a oferta de livros têm trazido mais utentes ao Centro de Documentação, embora persista uma procura baixa que é transversal a outras bibliotecas e centros de Recursos nacionais.</p>	<p>Disponibilizar o motor de busca do acervo documental do Centro de Documentação no site do CIM para os utentes poderem à distância e digitalmente avaliar a pertinência de se deslocarem ao Centro.</p>
<p>Promover publicações através das diversas linhas editoriais do CIM, em suporte físico e digital, relativos aos estudos e demais atividades de produção científica do CIM (alínea c) do artigo 2º)</p>	<p>Redução da dotação orçamental que permita continuar a alimentar as linhas editoriais CIM em suporte físico e digital.</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>Significativo</p>	<p>Candidatura a fundos comunitários que cofinanciem os estudos e as publicações do CIM.</p>	<p>Implementado</p>	<p>Nos últimos anos foram feitas candidaturas a fundos comunitários (CREN/POPH; FEHPT/ FAMB) que permitiram cofinanciar a investigação e a publicação os estudos CIM e, assim, manter a produção científica do CIM.</p>	
					<p>Criar fontes de receitas de acordo com o previsto no artigo 5º do Regulamento CIM (Deliberação n.º 1245/2016), nomeadamente com a possibilidade da venda de livros não cofinanciados.</p>	<p>Em preparação</p>		
	<p>Risco dos estudos e artigos propostos pelos autores não ser em originais ou não terem qualidade científica para publicação nas linhas editoriais do CIM.</p>	<p>2</p>	<p>1</p>	<p>Significativo</p>	<p>Requisitos: proposta de estudo, relatórios de progresso e relatório final do estudo pelas equipas de investigação com vista ao acompanhamento científico da coordenação do CIM e redação de pareceres técnicos de acompanhamento.</p>	<p>Implementado</p>	<p>A redação de pareceres pela coordenação CIM permitiu acompanhar e fundamentar a qualidade dos estudos CIM</p>	<p>Manter medida, em complemento com trabalho conjunto com a constituição de comissão científica de apoio CIM a atuar através da Rede CIM.</p>



3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e ativos)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Cooperar com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais, designadamente universidades, observatórios, entidades estatísticas e centros de investigação (alínea f) do artigo 2º)	Atender ao facto que a equipa DM é constituída por investigadores, com mestrados de universidades nacionais e com trabalho em centros de investigação, podem verificar-se conflitos de interesses.	2	2	Significativo	Identificar os conflitos de interesses existentes e conter o envolvimento dos membros da equipa na apreciação de propostas ao DM da sua lista de entidades parceiras do passado ou presentes.	Em implementação		
	Quebra de reserva de confidencialidade face a algumas instituições de relação privilegiada de alguns membros da equipa DM	2	2	Significativo	Membros da equipa assinarem declaração de dever de confidencialidade.	Em implementação		
Acompanhar e cooperar com redes de carácter académico e técnico, nacionais e internacionais, na vertente das migrações (alínea n) do artigo 2º)	Hierarquização de propostas de estudos pode ter o risco de incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário ou de contratação pública.	2	3	Significativo	Formação aos membros da equipa na verificação de requisitos e regras dos fundos e de procedimentos de contratação pública.	Em implementação		
4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Recolher, sistematizar, e analisar informação estatística e administrativa do fenómeno da imigração (alínea a) do artigo 2º da Deliberação n.º 1243/2016)	Insuficiência de realizar infográficos, mapas e gráficos com a utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Instalação de programas informáticos (nomeadamente de acesso livre e gratuito) nos computadores dos membros da equipa DM (e.g. programas de tratamento estatístico, de produção de mapas)	Em implementação		

Área: Matriz de Gestão de Riscos de Prevenção de Corrupção e Integridade Corrupta do ACM/P								
Designação da Unidade Orgânica: ETAF - Núcleo de Gestão Financeira								
Riscos relacionados com o Ambiente Interno (contexto gerencial, procedimentos políticos, legislação e processos internos)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação do natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e a localização do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (1=baixo, 2=significativo, 3=alto)				
Riscos relacionados com o Ambiente Interno (Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condução técnica nos procedimentos operacionais, procedimentos de articulação orgânica e de comunicação interna e externa))								
Assegurar as relações (com a Agência de Gestão de Transações do Estado Pública - IGOT, L.P., e com a Direção-Geral do Orçamento)	1 Articulação e comunicação interna para o cenário de gestão orçamental; fluxos e o, planeamento de transações	1	4	Significativo	<p>(compartilha dos prazos de reporte e de pagamento)</p> <p>Medidas para controlo de prazos;</p> <p>Centralização orçamental e patrimonial no GEF através de contatos com o ERP para a utilização de plataforma conjunta e partilha de serviços;</p>	Implementada	Sem alterações	
Assegurar a gestão financeira e a gestão de transações, bem como a contabilidade (patrimonial e patrimonial)	1 Deficiente qualidade de informação	1	4	Significativo	<p>Condições de informação interna e externa;</p> <p>Medidas para controlo de prazos;</p> <p>Acompanhamento e supervisão de atividades pelas direções</p>	Implementada	Sem alterações	
	2 Deficiente acompanhamento de riscos de corrupção orçamental	1	4	Significativo	Acompanhamento e supervisão nos todos os procedimentos e operações	Implementada	Sem alterações	

3. Recursos Humanos (com Pessoas e Organização [recursos humanos, ética, comportamento organizacional, integrações de carreira e afins])								
Funções da Unidade Organizacional	3 bases identificadas (com indicação da referência: norma e fundamento)	Caracterização do Item			Indicadores Previstos (segundo a natureza e / ou finalidade do recurso identificado)	Grau de Implementação dos Indicadores Previstos (em percentual, em implementação, implementação)	Impacto	Indicador Adicional
		Prevalência (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Índice (do 0-100, 1 significa 100, 0 é 0)				
<p>Assegurar o pagamento de ações oriundas a entidades públicas ou privadas assim como o pagamento das remunerações e das despesas correntes, promovendo a correção de valores e a atualização do sistema informático e controlado pelo GEFIP (Gestão de Recursos Financeiros Partilhada);</p> <p>Promover o acesso de base controlada das prestações de serviços de base e serviços;</p> <p>Promover a gestão da contabilidade e Património do Estado;</p> <p>Garantir o acesso à informação e a transparência e a qualidade da prestação, nomeadamente a integridade e a regularidade financeira.</p>	1 Pagamentos Individuais	1	3	100%	<p>Clareza e unidade de apresentação de documentação de suporte à operação, dividindo-se autonomamente pelas entidades competentes;</p> <p>Segregação de funções entre quem emite e quem autoriza os meios de pagamento;</p> <p>Pedido de autorização de pagamento (PAF) já em verificação, autorizados e emitidos por diferentes recursos humanos, sendo sempre emitido o "pedido dos quatro olhos";</p> <p>Adição de transações bancárias como meio de pagamento;</p> <p>Prevalência de facturas de débito após verificação dos valores lícitos de que o bem foi entregue ou em caso de serviços de entrega prestados;</p> <p>Controlado trimestralmente pelo fiscal geral.</p>	Implementado	Sem impacto	
	2 Gestão Organizativa (Infraestrutura, acompanhamento, execução e controlo do orçamento)	1	3	100%	<p>Orçamento elaborado em conjunto com a Administração do ACSA;</p> <p>SCC (sistema de controlo de GCG) atualizado automaticamente pelo GEFIP;</p> <p>A execução orçamental é controlada de rotina pelo GEFIP através de relatórios com o PAF para a utilização de plataformas conjuntas e partilhadas de serviços;</p> <p>Relatório Frequências à DGCI.</p>	Implementado	Sem impacto	
	3 Capacidade Organizativa, Geral e Análisis	1	3	100%	<p>Segregação de funções;</p> <p>Correção de contas realizada pelo GEFIP;</p> <p>Contas de GEFIP em papel preparadas em conjunto com o GEFIP e validadas pelo Tribunal de Contas.</p>	Implementado	Sem impacto	
	4 Gestão Patrimonial	1	3	100%	<p>Participação do ACSA na inventariação de acordo com o CBE;</p> <p>Inventário controlado de rotina pelo GEFIP;</p> <p>Todos os bens adquiridos passíveis de inventariação são catalogados, contabilizados e sujeitos a uma taxa de amortização de acordo com o estabelecido no CBE;</p> <p>É reportada a localização de grandes bens móveis, através de frequência, delimitando a necessidade de recurso humano afeto a esta atividade.</p>	Implementado	Sem impacto	
	5- Cobrança e liquidação de receitas realizadas	1	3	100%	<p>Planos de cobrança realizados mensalmente;</p> <p>Boletins de cobrança bancários.</p>	Implementado	Sem impacto	
	6 Equipamento de Informática	1	3	100%	<p>Procedimentos de contratação pública elaborados por junta técnica por parte do serviço em relação a empresa de serviços especializada em Contratação Pública;</p> <p>Utilização dos procedimentos de contratação de bens no GSI;</p> <p>Segregação de funções entre quem apresenta a necessidade de aquisição de bens e quem aprova, havendo diferentes níveis de autorização;</p> <p>Segregação de funções entre a área de compras e a área de pagamentos.</p>	Implementado	Sem impacto	



4. Riscos de Inovação com Legado e Equipamentos (problemas com e-Books, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Organizacional	Principais Inovações (com indicação da natureza - básica e fundamental)	Ciclo de Vida do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Baixo, Médio, Alto, Crítico)				
Asssegurar o pagamento de apólice obrigatória e outorgas públicas em prazos e com o pagamento das remunerações e das despesas correntes, promovendo a correta utilização e alimentação do sistema informatizado e controlado o GERSIP (Cadastro de Reservas) sempre em conformidade.	Utilização de tecnologias, ferramentas informatizadas e/ou equipamentos para a gestão	1	2		Adotar as medidas de segurança para programas informatizados e atualizá-los. Adotar os equipamentos informatizados atualizados.	Implementada	Sem risco	

Anexo B - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Interações Comuns da ACM, IP								
Designação da Unidade Orgânica: [IAS - PT 2020]								
1 - Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas da ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade da ACM enquanto CI do PCSE e do PCN (língua)	Atuação e abertura de vetos de candidaturas (Prioridades de Tipologias de Operações definidas por decisores políticos, plataformas não finalizadas, etc.)	3	2	Significativo	Sensibilização dos vários stakeholders (Programas Operacionais, Tutelados) para os constrangimentos de ordem financeira que daí decorrem em termos de funcionamento dos serviços	Em implementação		
2 - Riscos Relacionados com o Plano Interno, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condições de recursos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade da ACM enquanto CI do PCSE e do PCN (língua)	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para curso da programação e acompanhamento da execução	2	3	Tolerável	Articulação regular entre a equipa financeira e as equipas técnicas que analisa, aprova e faz o acompanhamento técnico dos projetos visando o acompanhamento regular (técnicos e financeiros), desde que respetada a segregação de funções (o técnico financeiro não participa nas visitas de acompanhamento); elaboração de um normativo interno de trabalho em termos de articulação entre IFAE (língua Portugal 2020) e MEI, GAC3 e PPT	Em preparação		



3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional, integridade, corrupção e afins)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: caso o fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Caso de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas da ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos em âmbito da atividade da ACM enquanto CI do PDRSE e do PDR (Algarve)	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	1	Significativo	Identificação/diagnóstico de necessidades formativas e frequência de ações de formação (no caso de recursos humanos da ACM); no caso de recursos humanos das entidades parceiras, reuniões/visitas/visões de esclarecimento para capacitação das mesmas e/ou envio de orientações relativas à ocupação e elegibilidade de despesas	Em implementação		
	Função de Confiança de Interesses	1	1	Significativo	Conhecimento e assinatura por parte dos/as colaboradores/as da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta e da Declaração de Confiança de Interesses	Implementada		
	Favor ecumenismo de Entidades	1	1	Significativo	Análise das despesas apresentadas com base na legislação de enquadramento da FSE, orientadas para os interesses da ACM e circular as normativas da POPH; validação pelo AS e Comissão; segregação de funções entre quem analisa e quem aprova os reembolsos/saldos	Implementada	Sem ocorrências a registar; por isso, as medidas implementadas podem ser referenciadas de forma a incluir novas direções deste risco	Análise de pedidos de reembolso, de tabelas e de pedidos de pagamento de entidades/beneficiários por ordem de chegada, a verificar através do registo de datas de receção e tratamento do assunto
Gestão de Fundos Comunitários (elaboração de candidaturas a cp-financiamento e acompanhamento e apresentação das despesas ao beneficiário pelas várias entidades)	Favor ecumenismo	1	1	Significativo	Capacitação das candidaturas em uma equipa técnica ACM (que elabora o projeto técnico) e a GCS (técnica FSE); que apresente o projeto com base na legislação nacional e comunitária em vigor; segregação de funções entre análise e pagamentos; a análise das despesas, reportadas por entidades parceiras ou beneficiárias, ancorada na legislação de enquadramento de fundos comunitários (FSE/FEDER), nas orientações internas de ACM e nas circulares normativas e/ou orientações das Autoridades de Gestão de cada Programa (POPH/POAF); análise das despesas reportadas pelas entidades parceiras; executar as regras de uma validação da razoabilidade técnica das despesas pela equipa técnica ACM e a verificação documental pelo AS; (análise da razoabilidade e da elegibilidade das despesas e respetivos documentos de suporte); frequentes verificações no local e auditorias realizadas pelas entidades gestoras (POPH/POAF) e de auditoria (ADC, ICF); manuseio de procedimentos internos	Implementada	Sem ocorrências a registar	
Verificações no local (ACM enquanto CI do POPH)	Fiduciariedade no cumprimento da legislação de enquadramento da FSE	1	1	Significativo	Realização da Verificação no Local por equipas mistas em parceria com o POPH; manuseio a conjunto do relatório de verificação no local; segregação de funções entre o quem realiza a verificação no local e quem aprova os reembolsos/saldos; alvará de verificação no local	Implementada	Sem ocorrências a registar; o POPH encerra o processo e o relatório elaborado no âmbito de outros Programas (que incluem o PDRSE, PDR Algarve e PDR Alentejo)	

4. Riscos Refatados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Temas da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: caso o houverem)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Elevado, Significativo, Crítico)				
Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas do ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto CI do PCSE e do POC Lisboa	fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança); requisitos essenciais para a atividade desenvolvida no âmbito do fundo comunitário, quer enquanto CI quer enquanto OIEPP, uma vez que é obrigatório que o ACM disponha de toda a informação processual em formato digital	2	2	Significativo	Back Ups regulares da informação	Em implementação		



Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Comuns do ACM/IP								
Designação da Unidade Orgânica: EFAJ - Equipa de Fundos e Apoio Financeiro - FAMB - ACM, IP - Autoridade Delegada (AD)								
I - Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e a classificação do risco identificadas)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos do FAMB	Reduções substanciais na dotação orçamental no âmbito do FAMB	2	3	Significativo	Aplicação de mecanismos identificados pela Autoridade Responsável (AR), de acordo com as suas competências legais, para reequilibrar e elaborar reprogramações no âmbito do FAMB.	Em preparação		
II - Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condições aplicadas nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e a classificação do risco identificadas)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos do FAMB	Deficiências metodológicas das avaliações, no âmbito do FAMB, quando do acompanhamento técnico e financeiro da execução dos projetos por diferentes equipas	3	4	Significativo	Fortalecer os mecanismos de articulação e comunicação entre equipas técnicas e equipas técnicas financeiras na execução dos projetos com acesso pelo FAMB	Em preparação		
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos do FAMB	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coordenação da programação e acompanhamento da execução de projetos cofinanciados pelo FAMB, entre a SGMAI, enquanto Autoridade Responsável (AR), e o ao ACM, IP enquanto Autoridade Delegada (AD)	3	3	Significativo	Planificação anual de articulação do trabalho e regularidade da adoção de resultados da execução dos projetos cofinanciados: Reuniões da Comissão Intersetorial de Coordenação (CIC); Reuniões do Comité de Acompanhamento Técnico (CAT); Reuniões da Autoridade Responsável (AR) em articulação com a Autoridade Delegada (AD).	Em implementação		



3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional, integridade, de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativa, Crítica)				
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos do FAMI	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos da equipa do FAMI	1	1	Significativa	Reforçar a articulação entre o perfil de competências e desempenhos; Definir planos de formação de acordo com o diagnóstico de necessidades.	Em implementação		
Assegurar que não existe conflito de interesses nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Função de Conflicto de Interesses	1	1	Significativa	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, IP.	Em implementação		
Assegurar o não favorecimento de entidades nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Favorecimento de Entidades	1	1	Significativa	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, IP.	Em implementação		
Assegurar o cumprimento das regras de financiamento comunitário através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Incumprimento e a aplicação das regras do financiamento comunitário no âmbito do FAMI	1	1	Significativa	Verificações de gestão (verificações administrativas e verificações no local) de acordo com as diretrizes previstas no Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI.	Em implementação		
Assegurar o cumprimento das regras e procedimentos de contratação pública através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública no âmbito do FAMI	1	1	Significativa	Realização de ações de sensibilização sobre os procedimentos de contratação pública dirigidas aos IM da EFAD e às entidades beneficiárias de projetos financiados pelo FAMI; Verificação da checklist prevista na Plataforma de Suporte de Informação e Gestão de Fundos Comunitários (BIGFC), de prevenção obrigatória por parte de todas entidades aquando da submissão da candidatura e da execução de projetos; Verificação do cumprimento dos procedimentos de contratação pública de acordo com o previsto no Código das Contratos Públicos, com devida articulação com os juristas do ACM, IP; Aplicação da tabela CDCCF no caso de incumprimento, de acordo com os normativos legais.	Em implementação		

<p>Assegurar o cumprimento do princípio de igualdade de oportunidades através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos</p>	<p>Cumprimento do princípio de igualdade de oportunidades no âmbito do FAMI</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>Verificação</p>	<p>Disponibilização informativa pública, através do I&D do ACM, W: Verificações de gestão (verificações administrativas e verificações no local) de acordo com o previsto no Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI.</p>	<p>Em implementação</p>		
<p>Assegurar que a despesa não foi sujeita a duplo financiamento e através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos</p>	<p>Duplo financiamento no âmbito do FAMI</p>	<p>1</p>	<p>4</p>	<p>Verificação</p>	<p>Verificação de gestão (administrativa e no local) através da adoção de procedimentos para certificar que os projetos não são objeto de duplo financiamento das despesas, quer através de mecanismos de financiamento e ações que comandados e com outros períodos de programação.</p>	<p>Em implementação</p>		
<p>Gestão de Suporte a Serviços (GSS) Assegurar a gestão dos fundos provenientes do FEWPT no âmbito das atribuições do ACM como Autoridade Delegada</p>	<p>Gestão dos fundos provenientes do FEWPT no âmbito das atribuições do ACM como Autoridade Delegada</p>	<p>1</p>	<p>4</p>	<p>Verificação</p>	<p>Sucessão de funções; Plataforma online de gestão dos diferentes projetos desde o fim da candidatura até à submissão e aprovação dos pedidos de reembolso; Candidaturas não sujeitas a aprovação final pela SGA; Critérios e procedimentos definidos no Manual de Procedimentos; Auditorias externas.</p>	<p>Medida implementada</p>	<p>Não se verificaram erros significativos, com exceção de um erro no algoritmo de cálculo do pedido de saldo final, cujos mecanismos de substituição da plataforma SIGAF foram criados e devidamente adaptados e validados pela AD e pela AR</p>	<p>Não foram necessárias medidas adicionais, porque o FEWPT encontra-se no âmbito do SIQVQ/2015.</p>
<p>Assegurar a reserva de confidencialidade nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos</p>	<p>Quota de reserva de confidencialidade</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>Verificação</p>	<p>Cumprimento do Código de Ética do ACMUP; Assinatura da declaração de compromisso de confidencialidade na celebração de contratos; Presença em sessões de sensibilização.</p>	<p>Em implementação</p>		

4 Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologia de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade [1 a 4]	Impacto [1 a 4]	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos da FAMA	Utilização de tecnologia, ferramentas informáticas e/ou equipamentos, não adequados: Plataforma do Sistema de Informação e Gestão dos Fundos Comunitários (SIGFC) implementada pela SCMA enquanto Autoridade Responsável do EAD e sob a tutela da ACM, IP, enquanto Autoridade Delegada	2	3	Significativo	Identificação de erros que ocorram na plataforma online do SIGFC (desde a submissão de candidaturas à submissão do pedido de saída final) e apresentação das mesmas à SCMA - Autoridade Responsável.	Em implementação		



Anexo II - Mapa Estratégico por Unidade Orgânica da Gestão de Base e de Prevenção de Danos e Infecções Corruas do ICMLP								
Das funções da Unidade Orgânica: Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos - IGADM								
II - Base: Núcleo Base e II Ambiente (exemplo: serviços gerais, atividades públicas, logística e outros de natureza)								
Das funções e Funções da Unidade Orgânica	Bases identificadas (com indicação de recursos, custos e fundamentos)	Classificação do Base			Meios Preventivos (segundo o relatório e classificação de ROP identificadas)	Gêneros de implementação dos Meios Preventivos (em preparação, em implementação, implementados)	Avaliação	Meios Adotados
		Previsibilidade (I e II)	Impacto (I e II)	Nível (Gravidade, Significativa, Crítica)				
Previdência de riscos de segurança, saúde e ambiente no trabalho	Coordenação de atividades de controle ambiental e de inspeção humana	1	1	Gravidade	Elaboração de Plano de EOP	1 - em preparação		
(Bateria de Plano Anual de Formação)	Realização de atividades de formação	1	1	Gravidade	Elaboração de necessidades de formação, de acordo com o OE	implementado	sem continuidade a seguir	
Coordenação Projeto MTI CMI&I	Atividade e comunicação interna e externa para apoio de programação e implementação de projetos	1	2	Gravidade	Plano de atuação estratégica	1 - em preparação		
III - Base: Relacionamento com o Patrimônio, Processos e Sistemas (atividades organizacionais, identificação anual, consolidação nos procedimentos operacionais, atividades de manutenção orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Bases identificadas (com indicação de recursos, custos e fundamentos)	Classificação do Base			Meios Preventivos (segundo o relatório e classificação de ROP identificadas)	Gêneros de implementação dos Meios Preventivos (em preparação, em implementação, implementados)	Avaliação	Meios Adotados
		Previsibilidade (I e II)	Impacto (I e II)	Nível (Gravidade, Significativa, Crítica)				
Implementação do SACOM LQJ&I	Realização de atividades de implementação estratégica transversal de identificação anual e de manutenção de sistemas internos	1	1	Gravidade	Implementação de diversos sistemas para suporte	implementado	sem continuidade a seguir	

3. Índice Referencial com Planos e Organização Recursos Humanos, Órgão, Estrutura-Organizacional, Fluxo de Mass de Trabalho e Afins

Função da Unidade Orgânica	Dados identificativos (sem indicação de natureza, classe e fundamento)	Classificação de Base			Indicador Previdenciário (segundo a natureza e detalização de sua descrição)	Base de implementação dos Planos das Previdências (em preparação, implementação)	Avaliação	Unidades Adiantadas
		Probabilidade (2 e 4)	Importância (1 e 4)	Atual (Atualizar, Suprimir, Criar)				
Manter e gerir o quadro dos recursos humanos da ACM	Realizar a formação especializada dos Recursos Humanos	1	1	Atualizar	Completar os recursos em vigor na AP criação do IGCAM	Implementado	Sem comentários e registar	
Manter e atualizar a informação de natureza jurídica relacionada com os planos de sua competência	Atualizar o Caderno de Previdências	1	1	Atualizar	Manter e atualizar os dados sobre o quadro de pessoal, para garantir a existência pública com funções compatíveis com o seu estatuto, sempre que necessário, nos termos da legislação em vigor	Implementado	Sem comentários e registar	
Manter e gerir o quadro de pessoal das áreas de economia, área económica e informação em consonância com os recursos humanos	Atualizar o quadro de pessoal	1	1	Atualizar	Atualização da informação de natureza jurídica de pessoalidade, dos procedimentos de aquisição de bens e serviços	Implementado	Sem comentários e registar	
Aplicar os procedimentos que asseguram o processo de avaliação económica	Implementar os procedimentos de gestão dos recursos humanos	1	1	Atualizar	Atualizar e manter os procedimentos da ACM, sempre que necessário	Implementado	Sem comentários e registar	
Manter e gerir o quadro de pessoal das áreas de economia, área económica e informação em consonância com os recursos humanos	Implementar os procedimentos de contratação pública	1	1	Atualizar	Atualizar os procedimentos CCP	Implementado	Sem comentários e registar	
Implementar os procedimentos que asseguram o processo de avaliação económica	Atualização do quadro de pessoal de economia	1	1	Atualizar	Atualizar e manter os procedimentos da ACM, sempre que necessário	Implementado	Sem comentários e registar	
Manter os procedimentos de área de pessoal, pessoalidade, pessoalidade no âmbito	Atualizar o quadro de pessoal de pessoalidade	1	1	Atualizar	Atualização da informação de natureza jurídica de pessoalidade no âmbito de gestão	Implementado	Sem comentários e registar	
Organizar, avaliar os recursos humanos e apoiar os planos de área da ACM	Atualizar os procedimentos de pessoalidade de pessoalidade	1	1	Atualizar	Organização/Atualização do quadro	Em implementação		

4. Processos relacionados com segurança e continuidade (incluindo, sem se limitar, a segurança e continuidade da informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação de natureza, causa e fundamento)	Classificação de Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação de cada identificação)	Grau de importância das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Crítico, Significativo, Baixo)				
Fluente e todos os fluxos de dados do nível de hardware e software	Utilização de tecnologia, fornecedores, fornecedores de serviços e equipamentos desatualizados	1	1	Crítico	Levantamento dos equipamentos existentes / substituição constante das mesmas	em preparação	sem concluir a seguir	
Servidores localizados AAAA Apoio ao nível dos infraestruturas	Dificuldades no acesso de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	1	Crítico	Atualização das aplicações e correção ao nível das Infraestruturas	em preparação		
Implementação de medidas locais de segurança	Problemas das sistemas de segurança com falta de gestão relativa à integridade de informação (dados e cópias de segurança)	1	1	Crítico	Elaboração de planos de segurança relativos implementados e monitorizados	em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM JP

Designação da Unidade Orgânica: Gabinete de Auditoria Interna - GAI

1. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionamentos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Verificação de projetos técnicos e financeiros não financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM JP. Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Débil acompanhamento técnico e financeiro da execução de projetos e deficiências metodológicas das suas avaliações	1	2	Significativo	Check-list de procedimentos e, solicitação de esclarecimentos, sempre que se justificar, às equipas responsáveis pelo acompanhamento técnico-financeiro	Em preparação		
	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual de verificações e de criação de normativos internos	1	2	Significativo	Levantamento de necessidades anual com revisão semestral junto das várias UO do ACM JP	Em preparação		
	Articulação e comunicação interna para coesão de programação e acompanhamento da execução	1	2	Significativo	Articulação regular com superiores hierárquicos no sentido de acompanhar as prioridades de verificação de conformidade de procedimentos de análise de projetos, face a imprevistos pertinentes e prioritários	Em preparação		

2. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - inclui riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Verificação de projetos técnicos e financeiros cofinanciados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACMJP; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Atualização de Formação Especializada em AI	1	2	Tolerável	Reforço de formação especializada AI	Em preparação		
	Existência de Conflito de Interesses identificada em projetos objeto de auditoria interna	2	2	Significativo	Declaração de Conflito de Interesses; Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACMJP; Verificação do cumprimento do princípio de segregação de funções	Implementadas		
	Favorecimento de Entidades identificado em projetos objeto de auditoria interna	2	2	Significativo				
	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário nos projetos objeto de auditoria interna	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento de check-list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos decorrentes dos normativos comunitários para cada programa operacional e para o FED, de forma geral.	Em implementação		
	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública nos projetos objeto de auditoria interna	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento de check-list de contratação pública para cada aquisição/aquisição no âmbito dos projetos financiados e conformidade com check list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos e para identificação de erros/lapsos no processamento; verificação de check list de contratação, fatura, recibo e conformidade do pagamento	Em implementação		

Verificação de projetos técnicos e financeiros cofinanciados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM/IP; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades, nos projetos objeto de auditoria interna	1	3	Significativo	Verificação de cumprimento das regras de CCP e de salvaguarda dos princípios da igualdade, da transparência e da concorrência;	Em implementação		
	Duplo financiamento, nos projetos objeto de auditoria interna	1	4	Significativo	Declaração de Conflito de Interesses; Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM/IP; Verificação do cumprimento do princípio de segregação de funções; Verificação do Quadro de taxas de imputação por RH na totalidade do tempo prestado na entidade, em todos os projetos a auditar*	Implementadas; Em implementação*		
	Pagamentos indevidos, nos projetos objeto de auditoria interna	1	4	Significativo	Verificação de cumprimento de check-list de auditoria para aferição da conformidade documental às regras e procedimentos e para identificação de erros/lapsos no processamento; verificação de check list de constatação, fatura, recibo e conformidade do pagamento à execução física da respectiva despesa, prevista e aprovada.	Em implementação		
	Quebra de reserva de confidencialidade, relativamente a projetos objeto de auditoria interna	1	1	Significativo	Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM/IP.	Implementada		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas do ACM/IP; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	2	2	Significativo	Atualização e reforço do acesso à rede e respetiva segurança.	Em preparação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	1	Tolerável		Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Regularidade de Backup sistemático automático.	Implementada		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.

Designação da Unidade Orgânica: GECI

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Gestão do site	Constrangimentos técnicos com a empresa que gere tecnicamente o site - Dependência excessiva para execução de intervenções de fundo	1	3	Tolerável	Plano de formação para mais autonomia	A implementar		
Produção de materiais, publicações, vídeos/spots	Contratação externa; contratações por procedimentos muito morosos	1	2	Tolerável	Plano de comunicação externa, criação de gabinete especializado em contratação pública; plano de articulação com parceria	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.

Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Relações Internacionais - NRI

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Participação em Conferências Internacionais	Reduções substantivas na dotação orçamental	1	3	Tolerável	Adequar a participação internacional face ao orçamento disponível	Em implementação		
Preparação de reportes e pareceres em diversas áreas	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Reforço da comunicação interna	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Preparação de reportes e pareceres em diversas áreas	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	2	Tolerável	Reforço da comunicação interna	Em implementação		
	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	3	Tolerável	Reforço da comunicação interna	Em implementação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Preparação de visitas de Alto-Nível	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Formação contínua	Em implementação		
Representação do ACM em instâncias nacionais e internacionais	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Adequar a participação ao nível da exigência da representação; Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.; Assinatura da Declaração de Conflito de Interesses;	Em implementação		
	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Formação contínua; Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.; Assinatura da Declaração de Conflito de Interesses	Em implementação		
Deslocações internacionais apoiadas pela UE	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário	1	2	Tolerável	Análise cuidada às regras da entidade que convida à deslocação/participação	Em implementação		
	Duplo financiamento	1	3	Tolerável	Análise cuidada às regras da entidade que convida à deslocação/participação	Em implementação		
Representação do ACM em instâncias nacionais e internacionais	Quebra de reserva de confidencialidade	1	4	Significativo	Formação contínua	Em implementação		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de Informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Preparação de reportes e pareceres em diversas áreas	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Acompanhamento e apoio do Serviço NGARH	Em implementação		
Compilação de informação interna para resposta a Organizações Internacionais	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	2	Tolerável	Acompanhamento e apoio do Serviço NGARH	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Preparação de cópias de segurança	Em implementação		



Annex II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Intrações Corretas do ACSMJP

Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Políticas Migratórias

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação de Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 5)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Entre outras, cabe ao Núcleo as seguintes funções: desenvolver o Plano Estratégico para a Migração; prestar assessoria técnica, administrativa e financeira ao funcionamento do Conselho para as Migrações; contribuir para a sensibilização das comunidades emigrantes portuguesas e da diáspora e em geral para as oportunidades de retorno a Portugal, em especial as medidas de apoio ao regresso e reintegração de cidadãos emigrantes; apoiar, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o retorno de emigrantes portugueses que desejem regressar ao País; elaborar pareceres jurídicos no âmbito das atribuições do ACSM, I.P., e acompanhar iniciativas legislativas nacionais e comunitárias; representar o ACSM em planos sectoriais externos nos quais se encontra envolvido.	2. Ocorrência de alterações no contexto internacional e político (ao nível das Burocracias) com impacto na diáspora portuguesa.	1	3	Crítico	Adoção de uma rede de interlocutores dos vários ministérios envolvidos no apoio à repatriação dos emigrantes em Portugal e criação de um mecanismo de resposta célere e compatível com o fluxo migratório.	Em preparação		
	4. Tempo de processamento das decisões políticas e possibilidade de redução das prioridades ao nível das políticas locais e, em particular, da política sobre migração.	1	4	Significativo	Sensibilização da Direção do ACSM para o impacto que as prioridades atribuídas a estas actividades a realizar têm como a gestão do núcleo.	Implementação		
	5. Desemprego das Estações Parcerias (incumprimento de tarefas, prazos e/ou compromissos)	2	3	Significativo	Reforço do acompanhamento interno dos projetos (PEM, CM e Planos), para a compreensão das condições e prazos; sensibilização para a importância do papel dos técnicos envolvidos nos processos e necessidade de trabalho em conjunto.	Implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condições operacionais, procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>Entre outras, cabem ao Núcleo as seguintes funções: coordenar o Plano Estratégico para as Migrações; prestar assessoria técnica, administrativa e financeira ao funcionamento do Conselho para as Migrações; contribuir para a sensibilização das comunidades emigrantes portuguesas e da diáspora em geral para as oportunidades de retorno a Portugal; executar as medidas de apoio ao regresso e reintegração de cidadãos emigrantes; apoiar, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o retorno de emigrantes portugueses que desejem regressar ao País; elaborar pareceres jurídicos no quadro das atribuições do ACHM, I.P., e acompanhar iniciativas legislativas nas áreas o comunidades; representar o ACHM em planos sectoriais externos nos quais se encontra envolvido.</p>	1 Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual	1	3	Significativo	Reforço da comunicação interna, com partilha regular da execução da planificação anual, bem como de toda a atualidade no âmbito da estrutura organizacional direcionada do ACHM, I.P.	Em implementação		
	2 Dependência das mesmas entidades parceiras de referência no domínio das migrações	1	3	Significativo	Proatividade na procura de novos e eficazes parceiros e/ou novas redes de parceiros para implementação das políticas migratórias.	Em preparação		

3. Risco Relacionado com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e ACFM)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causas e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação de risco identificada)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>Entre outras, cabem ao Núcleo as seguintes funções: coordenar o Plano Estratégico para as Migrações; prestar assessoria técnica, administrativa e financeira ao funcionamento do Conselho para a Migração; contribuir para a sensibilização das comunidades emigrantes portuguesas e da diáspora em geral para as oportunidades de retorno a Portugal; executar as medidas de apoio ao regresso e reinsertão de cidadãos emigrantes; apoiar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, o retorno de emigrantes portugueses que desejem regressar ao País; laborar perante os tribunais no que toca às atribuições do ACM, I.P., e acompanhar iniciativas legislativas nacionais e comunitárias; representar o ACM em planos sectoriais existentes nos quais se encontra envolvido.</p>	1 Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	1 (Tolerável)	Dada a transversalidade das matérias do Conselho, deverá haver esforço na formação específica e de articulação entre peritos de competências e desempenhos.	Em preparação		
	2 Risco de incumprimento de prazos devido à transversalidade das temáticas do Núcleo, com eventual sobreposição de trabalho técnico e jurídico de coordenação de grandes áreas de projecto.	1	3	1 (Tolerável)				
	3 Existência de Conflito de Interesses	1	3	1 (Tolerável)	Assessoria da Declaração de Conflitos de Interesses; Segregação de Funções; Assessoria da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM, I.P.	Implementado		
	4 Incumprimento na aplicação das regras de funcionamento comunitário	1	3	1 (Tolerável)	Existência de fluxogramas de procedimentos de contratação pública e aferição da sua validade, de preenchimento obrigatório por parte de todos os intervenientes em processos de aquisição de bens e serviços. Verificação documental "on site" e no local do cumprimento dos procedimentos e da existência de todas as peças processuais requeridas pelo procedimento.	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM/IP

Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados - NAIR

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Mapear as disponibilidades locais de acolhimento de pessoas refugiadas	Atrasos no desbloqueio do apoio financeiro às entidades de acolhimento	2	3	Significativo	Criação de mecanismos de informação e articulação mais profícuos na disponibilização financeira imediata aquando da celebração dos respetivos protocolos com entidades de acolhimento	Em implementação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - Integra riscos de corrupção e afins)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordenar o processo de acolhimento e integração de pessoas refugiadas e beneficiárias de proteção internacional em Portugal	Necessidade de formação especializada dos recursos humanos do Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados do ACM, IP das matérias referentes a pessoas refugiadas	2	3	Significativo	Definir planos de formação de acordo com o diagnóstico de necessidades dos técnicos	Em implementação		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordenar o processo de acolhimento e integração de pessoas refugiadas e beneficiárias de proteção internacional em Portugal	Plataforma eletrónica - GTAEM permite a gestão atualizada da informação do mapeamento das disponibilidades locais mas apresenta limitações na aferição de alguns dados	1	2	Tolerável	Realizar um upgrade à plataforma construída para o efeito, através da inserção de outras componentes identificadas como necessárias na extração de dados automática	Em preparação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos servidores e infraestruturas	1	1	Tolerável	Manter assistência técnica adequada e regular ao sistema informático	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Manter cópias de segurança regulares, implementando regras e procedimentos para a instalação de software	Em preparação		

Anexo B - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI)								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural-NDI	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, I. P.	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	2	3	Significativo	Articulação regular com as unidades orgânicas ACM associadas ao financiamento comunitário (PO ISÉ e/ou FAMI); Adopção de um Normativo de Procedimentos, regulador da articulação entre unidades orgânicas ACM, designadamente para mitigar o impacto decisivo para a relação desta UO e do ACM com fornecedores.	Em preparação		
2. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural-NDI	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Avaliação de Tarefas e riscos apresentados em 2014: Ação 2 do FEINPT – seleção e acompanhamento de 6 projetos de Equipas Municipais de Mediação Intercultural	Na análise de candidaturas, beneficiar ou prejudicar alguma entidade no que respeita à pontuação atribuída	1	1	Tolerável	Definição de critérios de análise objetivos e fundamentação das opções de avaliação. Segregação de funções e Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM, IP Segregação de funções	Implementada	Sem ocorrências a registar	
	No acompanhamento técnico e financeiro dos projetos, beneficiar ou prejudicar alguma entidade no que respeita à avaliação técnica e ou financeira da execução	1	1	Tolerável	Segregação de funções entre técnico de análise da candidatura e técnico responsável pelo acompanhamento dos projetos. Assinatura da Declaração do Código de Ética e Conduta do ACM, IP	Implementada	Sem ocorrências a registar	
Avaliação de Tarefas e riscos apresentados em 2014 e 2016: Selo Intercultural	Na análise de candidaturas, beneficiar ou prejudicar alguma escola no que respeita à pontuação atribuída	1	1	Tolerável	Definição de critérios de análise objetivos e fundamentação das opções de avaliação. Segregação de funções e Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e Conduta do ACM, IP	Implementada	Sem ocorrências a registar	

Assegurar as demais funções que lhe sejam cometidas pelo Conselho diretivo	Os colaboradores do NDI têm conhecimentos especializados nas áreas onde estão afectos, desconhecendo matérias de outras áreas/ programas do mesmo núcleo	1	1	Tolerável	Rotatividade dos colaboradores da equipa nas tarefas do projeto ou área em que estão integrados. Conhecimento dos procedimentos financeiros, técnicos e metodológicos envolvidos nas tarefas que desempenham.	Em preparação		
Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, L.P.	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Criação de Normativo para Projetos financiados pelo PO SE e FAMI e acesso a documentos normativos de outras unidades orgânicas ACM com quem o NDI articula, no sentido de regularizar e facilitar procedimentos.	Em preparação		
3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural-NDI	Riscos identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco (identificado))	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, L.P. no âmbito do FAMI e do PO SE	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Reforço de formação nas áreas de trabalho da unidade orgânica.	Em preparação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	A segregação de funções. Assinatura de declaração de conflito de interesses.	Em implementação		
	Favorecimento de Entidades	1	1	Tolerável	A segregação de funções. Assinatura de declaração de conflito de interesses.	Em implementação		
	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário	1	3	Tolerável	Todos os colaboradores do NDI que tenham tarefas/projetos com financiamento comunitário devem ter acesso a formação específica	Em preparação		
	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	1	1	Tolerável	Todos os colaboradores do NDI que efetuem procedimentos de aquisição de serviços/processos financeiros devem ter acesso a formação específica	Em preparação		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural-NDI	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativa, Crítico)				
Funcionamento geral da UO	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	1	Tolerável	Reporte de situação aos responsáveis do ACM	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Reporte de situação aos responsáveis do ACM	Em preparação		



Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas do ACAJ/P								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural - GATAI								
2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionamentos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento geral do GATAI	Perceção pouco clara da implementação da estratégia transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	2	1	Significativo	Criação de mecanismos eficazes de Partilha de Informação (reuniões, emails, formações especializadas, encontros)	Em implementação		
Funcionamento geral do GATAI	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	2	Significativo	Criação de mecanismos eficazes de Partilha de Informação (reuniões, emails, formações especializadas, encontros)	Em implementação		
3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integridades de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento geral do GATAI	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	2	Significativo	Reforço de formação	Em preparação		
	Existência de conflito de interesses	2	1	Significativo	Declaração de conflito de interesses, segregação de funções	Em preparação		
Funcionamento geral do GATAI	Favorecimento de Entidades	1	2	Significativo	Definição prévia das regras de financiamento (critérios de análise, critérios de admissibilidade das entidades, critérios de admissibilidade dos projectos), análise dos pedidos de apoio por 2 (dois) técnicos, aprovação dos pedidos de financiamento externo ao gatai, candidatura da própria entidade patronal não é analisada pelo respectivo técnico, segregação de funções	Implementada	Sem ocorrências a registar	
Apoio financeiro	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	2	1	Significativo	Articulação com EFAP e N GARCH formação em CCP aos técnicos e às entidades	Em preparação		
Funcionamento geral do GATAI	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Significativo	Reforço da formação em igualdade de oportunidades	Em preparação		



Apoio Financeiro	Duplo financiamento	1	2	Medio	Articulação com outros gabinetes para comparação de projectos	Em preparação		
Apoio Financeiro	Pagamentos Indevidos	3	1	Medio	Existência de protocolo com entidades e despesas identificadas, o pagamento passa por diferentes níveis de aprovação, realização de VAS - Verificação Administrativa e Sistemática	Em preparação		
Funcionamento geral do GATAI	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Medio	Reforço da formação em ética no local de trabalho	Em preparação		
4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento geral do GATAI	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Medio	Manutenção do equipamento e software	Em implementação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	2	Medio	Redesenho das unidades de rede, reforço da capacidade dos servidores	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de perda relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Medio	Cópias de segurança atualizadas	Em implementação		
	Fragilidade da ligação informática	1	2	Medio	Redesenho das unidades de rede, reforço da capacidade dos servidores	Em preparação		



Anexo B - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas do ACM/JP								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Inter-cultural - Programa PPT - Português para Todos								
2. Riscos relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionamentos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamenta)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento Geral	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para curso da programação e acompanhamento da execução	1	2	Crítico	Criação de momentos de preparação, acompanhamento e avaliação dos processos envolvidos de todas as equipas.	Em preparação		
	Pouca clareza da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	2	Crítico	Criação de mecanismos eficazes de partilha de informação (e-mail, reuniões, encontros...).	Em preparação		



3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Análise e seleção de projetos	Ineficiente formação especializada dos Recursos Humanos	2	1	Significativo	Reforço e formação em áreas específicas.	Em preparação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Significativo	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções / Ações de auditoria interna.	Implementada / Implementada / Em preparação		
	Favorecimento de entidades	1	1	Significativo	Preenchimento da grelha de análise das candidaturas, com definição prévia dos critérios específicos de análise. / Validação pela gestora de projeto e pelo Alto-comissário (AC). / Segregação de funções entre quem analisa e quem aprova as candidaturas.	Implementada	Sem ocorrências a registar	Propõe-se a substituição das medidas anteriormente identificadas por: Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. Validação/aprovação a vários níveis hierárquicos.
	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário	1	1	Significativo	Formação sobre as regras de financiamento comunitário. / Criação e implementação de uma checklist.	Em preparação		
	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	2	1	Significativo	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM.	Implementado		
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Significativo	Reforço na formação em igualdade de oportunidades.	Em preparação		
	Duplo financiamento	2	2	Significativo	Articulação com outros gabinetes para comparação de projetos.	Em preparação		
Análise de Reembolsos e Saldos	Favorecimento de entidades	1	1	Significativo	Análise das despesas apresentadas com base na legislação de enquadramento do FSE, orientações internas do ACM e circulares normativas do POPH. / Validação pelo Alto-Comissário. / Segregação de funções entre quem analisa e quem aprova os reembolsos feitos.	Implementada	Sem ocorrências a registar	Função transferida para a EFAS
Acompanhamento Técnico e Financeiro	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Significativo	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções.	Implementada		
Verificações no Local	Flexibilidade no cumprimento da legislação de enquadramento do FSE	1	1	Significativo	Realização da Verificação no Local por equipas mistas em parceria com o POPH.	Implementada	Sem ocorrências a registar	Função transferida para a EFAS
Funcionamento Geral	Quebra de reservas de confidencialidade	1	1	Significativo	Reforço na formação em ética no trabalho. / Assinatura e reforço na divulgação do código de ética e conduta.	Em preparação / Implementada		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento Geral	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	2	1	Alto	Manutenção periódica do hardware e software.	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com falta de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	2	1	Alto	Realização periódica de cópias de segurança. / Aumento da capacidade dos servidores.	Em preparação		
	Fragilidade da rede informática (servidores e infraestruturas) e da rede de comunicação	3	1	Alto	Revisão da rede informática e de comunicação.	Em preparação		

Anexo I - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACMJP.

Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas

1. Riscos Relacionados com o Ambiente e Esterno (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Colaborar nos processos de conceção, implementação, monitorização e avaliação das políticas públicas relacionadas com as comunidades ciganas, no plano nacional e intermunicipal	Desempenho das entidades parceiras (incumprimento de tarefas, prazos e/ou compromissos); Desenvolvimento da execução técnica e financeira de projetos, relatórios de Avaliação de projetos/programas	2	2	Significativo	Reforço do acompanhamento interno, em sede e no terreno, para o cumprimento das condições e prazos acordados;	Em preparação		
Colaborar nos processos de conceção, implementação, monitorização e avaliação das políticas públicas relacionadas com as comunidades ciganas, no plano nacional e intermunicipal	Tempo de processamento das decisões políticas e possibilidade de redefinição das prioridades ao nível das políticas sociais e, em particular, da política de integração das comunidades ciganas. O tempo de processamento de decisões pode causar atrasos na aprovação e execução das intervenções. A redefinição de prioridades pode afetar o trabalho de articulação com entidades parceiras e alterar o seu grau de empenhamento e confiança face a compromissos assumidos	1	3	Tolerável	Antecipação de fases dos procedimentos; Agilizar procedimentos de comunicação; Influenciar a reflexão sobre as prioridades na matéria que integra a sua missão e atribuições	Em preparação		

2. Riscos Relacionados com o Planejamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionamos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Asumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções	1	2	Tolerável	Reforçar a sensibilização das parcerias para a responsabilidade social.	Em preparação		
3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - inclui riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Asumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Estabelecimento de regulamentos de atribuição de financiamento a associações/organizações	Implementada	Sem ocorrências a registar	
Asumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Favorecimento de Entidades	1	3	Tolerável	Segregação de funções entre quem elabora as propostas técnicas e a decisão	Implementada	Sem ocorrências a registar	

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.

Designação da Unidade Orgânica: NAIM - CNAIM

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
CNAIM, dar resposta a diferentes dificuldades sentidas pelos imigrantes, no seu processo de integração em Portugal, num mesmo espaço, através de diferentes serviços, instituições e Gabinetes de Apoio ao Imigrante.	Ocorrência de situações de catástrofe natural e/ou resultantes de intervenção humana	1	3	Tolerável	Conhecimento dos planos de emergência. Conhecimento dos procedimentos relativos aos seguros e acidentes de trabalho. Formação em primeiros socorros.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Triagem para outras instituições. Atendimento, apoio em diversas áreas. Favorecimento do cliente.	1	1	Tolerável	Sistema informático onde é registada toda a atividade sabendo-se quem faz os atendimentos.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses, conhecimento e declaração de aceitação do código de ética e de conduta do ACM,IP.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Declaração de Conflito de Interesses e de aceitação do código de ética.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Declaração de Conflito de Interesses e de aceitação do código de ética.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
CNAIM: dar resposta a diferentes dificuldades sentidas pelos imigrantes, no seu processo de integração em Portugal, num mesmo espaço, através de diferentes serviços, instituições e Gabinetes de Apoio ao Imigrante;	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Conhecimento das tecnologias, ferramentas e equipamentos disponíveis; Identificação das necessidades junto da equipa de gestão das TIC; Boa utilização e manutenção dos equipamentos.	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Reporte de situação aos responsáveis do ACM	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, SP

Designação da Unidade Orgânica: NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes - GAPLIM

1. Riscos Relacionados com o Ambiente e Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>GAPLIM: promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.</p>	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento de execução	2	1	Tolerável	Realização de reuniões mensais (gerais de núcleo e por equipa)	Em implementação		
	Execução de tarefas condicionada e dependente de entidades externas	1	2	Significativo	Promover meios de articulação e comunicação mais eficazes com essas entidades; Reportar idiosyncratically e quando necessário as dificuldades sentidas.	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>GAPLIM: promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes a nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.</p>	<p>Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais</p>	1	2	Alto	<p>Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.</p>	Em implementação		
	<p>Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções</p>	2	1	Alto	<p>Disseminação e Apresentação do programa com vista ao alargamento a novos parceiros.</p>	Em implementação		
	<p>Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução</p>	2	1	Alto	<p>Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.</p>	Em implementação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>GAPLIM: promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.</p>	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Significativo	Conhecimento do plano de formação anual para colaboradores; Procura e proposta de actividades formativas especializadas.	Em Implementação		
	Existência de Conflito de Interesses	3	2	Significativo	Declaração individual de conflito de interesses; Declaração de aceitação do código de ética.	Implementado	Sem ocorrências a registar	
	Favorecimento de Entidades	1	2	Significativo	Declaração individual de conflito de interesses; Conhecimento e aceitação do código de ética.	Implementado	Sem ocorrências a registar	
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Significativo	Declaração individual de conflito de interesses; Conhecimento e aceitação do código de ética.	Implementado	Sem ocorrências a registar	

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>GAPLIM: promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantem o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.</p>	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	1	Significativo	Conhecimento das tecnologias, ferramentas e equipamentos disponíveis; identificação das necessidades junto do NGARH; Boa utilização e manutenção dos equipamentos.	Em implementação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e infraestruturas	1	1	Significativo	Adequação dos procedimentos e atividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do Instituto competente	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de perda relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	1	Significativo	Adequação dos procedimentos e atividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do Instituto competente	Em implementação		

Anexo II – Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM/IP								
Designação da Unidade Orgânica: NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes - Programa Mentores para Migrantes								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do “Programa Mentores para Migrantes” com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, proporcionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).	Reduções substantivas na dotação orçamental	1	2	Proibível	Redução do orçamento do programa.	Em implementação		
	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	2	3	Significativo	Realização de reuniões mensais (gerais de núcleo e por equipa)	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, proporcionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).</p>	Percepção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	4	Significativo	Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.	Em implementação		
	Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções	1	2	Tolerável	Disseminação e apresentação do programa com vista ao alargamento a novos parceiros; Criar formas de não dependência financeira (modelo actual); Articulação com outras medidas financiadas.	Em implementação		
	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	3	Tolerável	Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.	Em implementação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, proporcionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).</p>	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Significativo	Conhecimento do plano de formação anual para colaboradores; procura e proposta de actividades formativas especializadas.	Em implementação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Significativo	Declaração individual de conflito de interesses; conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		
	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses; conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Significativo	Conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		
	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Significativo	Conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza; causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista e promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, proporcionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).</p>	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Conhecimento das tecnologias, ferramentas e equipamentos disponíveis; Identificação das necessidades junto da equipa de gestão das TIC, Boa utilização e manutenção dos equipamentos.	Em implementação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	2	Tolerável	Adequação dos procedimentos e actividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do Instituto competente	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Adequação dos procedimentos e actividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do Instituto competente	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP

Designação da Unidade Orgânica: NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes | GAEM - Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios, promoção das iniciativas empreendedoras	Reduções substantivas na dotação orçamental	2	1	Tolerável	Criar parcerias, Otimizar recursos.	Em preparação		
	Projetos no terreno com débil execução física e financeira	2	1	Tolerável	Realizar visitas de acompanhamento aos projetos; Disponibilizar informação escrita ou por outras vias sobre a execução das atividades	Em preparação		
	Frágil articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação da execução	1	2	Tolerável	Realização de reuniões regulares (na equipa de trabalho e com as chefias). Verter informação clara e precisa sobre as atividades nos meios de comunicação ao dispor da organização e junto dos parceiros.	Em implementação		
GAEM/PEI - capacitação e apoio técnico no processo de criação de negócios	Falta de rigor e transparência na triagem de participantes	1	1	Tolerável	Listar critérios de triagem/aspectos impeditivos da participação na ação; utilizar um guião de entrevista comum a todos os candidatos.	Implementadas	Sem ocorrências a registar.	

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	1	Tolerável	Ter conhecimento do plano de atividades da organização	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções	1	1	Tolerável	Estimular a emergência de novos parceiros e/ou novas redes de parceiros.	Em preparação		
	Débil acompanhamento técnico e financeiro da execução de projectos no terreno e deficiências metodológicas das suas avaliações	1	2	Tolerável	Fortalecer os mecanismos de coordenação entre equipas técnicas e financeiras.	Em preparação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - Integra riscos de corrupção e afins)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza; causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	Assinatura da Declaração de Conflitos de Interesses; Segregação de funções; Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Favorecimento de Entidades	1	1	Tolerável	Segregação de funções	Em implementação		
	Procedimentos de contratação	1	1	Tolerável	Articulação direta com a jurista do ACM e com a EFAF e averiguação de documentos e procedimentos com estas unidades orgânicas .	Implementadas	Sem ocorrências a registar	

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	1	Tolerável	Descontinuar o equipamento obsoleto	Em preparação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	1	Tolerável	Manter assistência técnica adequada.	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da Informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Fazer cópias de segurança diárias; implementar regras e procedimentos para instalação de software.	Em implementação		

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACMJP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Designação de Unidade Orgânica: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACMJP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
Campanhas de Sensibilização da sociedade civil para o combate à discriminação racial e mecanismos de reação - OCOR	Conflito de Interesses	Existência de Conflitos de Interesses (acumulação de funções)	1	3	Tolerável	Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e Conduta do ACMJP, e da Declaração de Conflito de Interesses		OCOR - Cátia Almeida
		Existência de Conflitos de Interesses dos colaboradores (exercício de cargos em entidades privadas abrangidas por dedições em que participaram no exercício de cargos públicos)	1	3	Tolerável			
	Procedimentos de Contratação Pública	Irregularidades no cumprimento com procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos	2	3	Significativo	Concentração dos Procedimentos no serviço jurídico do ACMJP; Criação e divulgação de manual de normas internas com check-list de verificação de procedimentos em CCP.		
		Irregularidade no cumprimento de regras e procedimentos de contratação pública na escolha do adjudicatário	2	3	Significativo			
		Irregularidade no cumprimento dos procedimentos de contratação pública (convite, programa de concurso e caderno de encargos)	2	3	Significativo			
		Alterações contratuais e/ou trabalhos, bens e/ou serviços não fornecidos ou substituídos sem fundamentação e procedimentos adequados	2	3	Significativo			
		Irregularidades no cumprimento do princípio de concorrência, designadamente, pelo recurso abusivo à ajuste direto	2	3	Significativo			
	Transgressão de Princípios de Ética e Deontologia na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações	Quebra de reserva de confidencialidade	1	4	Significativo	Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACMJP		
		Favorecimento de Entidades	2	3	Significativo	Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACMJP; Declaração de Conflito de Interesses		



Área III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção de Corrupção e Infrações Cíveis do ACMLP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Designação da Unidade Orgânica: [FAJ - Setor de Gestão Financeira]								
Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção de Corrupção e Infrações Cíveis do ACMLP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos			Nível de Risco	Processos, Métodos de Prevenção e Mitigações Identificados	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)					
	Conflito de Interesses	1 Emissão de Conflitos de Interesses	1	4	Significativo	Declaração de conflitos de interesses		
Coordenar o lançamento dos procedimentos de acordo com o rol das contas a pagar, que são relativos ao P&P, e as contas com fornecedores no âmbito do Programa de Contratos Públicos (CP); Promover o subsídio financeiro dos procedimentos de aquisição de bens e serviços e despesas de outras entidades	Previdência de Contratação Pública	2 Incompatibilidade com procedimentos de contratação pública (serviço, programa de compras e a ordem de execução)	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externo para evitar a empresa de admissões especializadas em Contratação Pública;		
		3 Manipulação de procedimentos concursais	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externo para evitar a empresa de admissões especializadas em Contratação Pública;		
		4 Incompatibilidade dos meios e procedimentos de contratação pública no âmbito do subprojetos	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externo para evitar a empresa de admissões especializadas em Contratação Pública;		
		5 Incompatibilidade dos procedimentos de contratação pública no âmbito de execução de contratos	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externo para evitar a empresa de admissões especializadas em Contratação Pública;		
		6 Alterações contratuais e/ou trabalhos, bens, valores, serviços e/ou materiais ou subprodutos sem fundamentação e justificativa adequada	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externo para evitar a empresa de admissões especializadas em Contratação Pública;		
	Integração de Processos de Fisco e Cartografia no Setor, Ações e Acompanhamento de Operações	7 Aumento de fornecedores e entidades	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externo para evitar a empresa de admissões especializadas em Contratação Pública; Centralização dos procedimentos de contratação de bens e serviços no GSI; Segregação de funções entre quem apresenta a necessidade de aquisição de bens e quem aprova, havendo diferentes níveis de autorização; Segregação de funções entre a área de compras e a área de pagamentos.		
Assurar o pagamento de ações atreladas a crédito público ou privados assim como o pagamento das remunerações e dos despesas correntes, proporcionando a correta utilização e administração do sistema informático e contabilístico GEFIS (Sistema de Contas Financeiras Públicas); Promover o subsídio financeiro dos procedimentos de aquisição de bens e serviços; Promover a gestão do Imobiliário e Património do Estado;	Gestão Financeira	8 Pagamentos em atraso	1	5	Alto	Obrigações de apresentação de documentação de suporte à operação, devidamente autorizada pelas áreas competentes; Segregação de funções entre quem emite e quem autoriza os meios de pagamento; Pedido de autorização de pagamento (PAP) não verificado, emitido e emitido por diferentes pessoas físicas, sendo sempre emitido o "para quem e para o quê"; Adição da transferência bancária como meio de pagamento; Processamento de facturas de entrega após verificação das quantidades de que bem foi entregue ou em caso de serviço se encontra prestado; Controlo trimestral do P&P ao preço.		[FAJ - Sistema Operativo]
		9 Gestão Orçamental (elaboração, acompanhamento, execução e controlo do orçamento)	1	3	Alto	Orçamentos e contas de despesas e receitas do ACMLP; SIC (sistema de controlo de custos) elaborados e atualizados pelo GEFIS; A execução orçamental é controlada no GEFIS através de contas com P&P para a utilização de plataforma conjunta e partilha de serviços;		
		10 Contabilidade Orçamental, Geral e Analítica	1	3	Alto	Resumo Anual do GEFIS; Segregação de funções; Condição de contas feita pelo P&P; Conta de GEFIS anual preparada em conjunto com o P&P e validada pelo Tribunal de Contas.		
		11 Gestão Patrimonial	1	3	Alto	Património do ACMLP inventariado de acordo com o GEFIS; Inventário contabilístico do GEFIS; Todos os bens adquiridos passíveis de inventariação são etiquetados, contabilizados e sujeitos a uma taxa de amortização de acordo com o estabelecido no CBE; E inventários de avaliação de propriedades bens imóveis, devem ser frequentes, daí o responsável de inventariação deve ser atualizado.		
		12 Controlo e liquidação da receita resultante do investimento	1	3	Alto	Planos de tesouraria realizados mensalmente; Bancos Múltiplos bancários		

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Comuns da ACM, IP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Delegação da Unidade Orgânica (FAF - PT2020)								
Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Comuns da ACM, IP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
<p>É laboratório, submissão e acompanhamento de candidaturas da ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade da ACM enquanto CR do POSE e do PCR Lisboa</p>	Conflicto de Interesses	Existência de Conflitos de Interesses (assunção de funções)	1	2	Significativo	No caso de colaboradores, os que exerçam funções públicas, a lei já dispõe pela necessidade de pedido de autorização prévia para assunção de funções; no caso dos membros da/da, assinatura da declaração de conflito de interesses e pedido de ausência de intervenção em projetos em que tal se possa verificar		FAF - Fátima Botelho
		Existência de Conflitos de Interesses dos colaboradores (exercício de cargos em entidades privadas abrangidas por descabos em que participaram no exercício de cargos públicos)	1	2	Significativo	No caso de colaboradores, os que exerçam funções públicas, a lei já dispõe pela necessidade de pedido de autorização prévia para assunção de funções; no caso dos membros da/da, assinatura da declaração de conflito de interesses e pedido de ausência de intervenção em projetos em que tal se possa verificar		
		Conflito de Interesses não declarados, subornos e comissões)	1	2	Significativo	Existem disposições previstas no Código de Ética e de Conduta que orientam a atuação de presentes/comissões por parte de colaboradores; existe também uma deliberação da CD da ACM, IP debruçada os procedimentos de atuação de ofertas com de um valor simbólico e estabelecido em 20%, sempre que a sua recusa possa implicar desconformidade no futuro institucional		

<p>Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas de ACM enquanto entidades beneficiárias de Portugal 2020, acompanhamento às ações de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto CI de POSE e de POR Lisboa</p>	<p>Procedimentos de Contratação Pública</p>	<p>Incumprimento de procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos por parte de entidades beneficiárias em projetos em que o ACM é Organismo Intermediário</p>	3	2	Significativo	<p>Preenchimento de checklist de contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quais o ACM é CI e análise de ACM quanto ao cumprimento dos procedimentos</p>	<p>Verificação de procedimentos de checklist para confirmação do cumprimento dos procedimentos e identificação das que não estiverem cumpridas? (Burlar o do apoio público neste sentido)</p>	<p>2142 - Tabela de Indicadores</p>
		<p>Manipulação de procedimentos concursivos por parte de entidades beneficiárias em projetos em que o ACM é Organismo Intermediário</p>	2	2	Significativo	<p>Preenchimento de checklist de contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quais o ACM é CI</p>		
		<p>Incumprimento com regras e procedimentos de contratação pública na execução de adjudicatários por parte de entidades beneficiárias em projetos em que o ACM é Organismo Intermediário</p>	3	2	Significativo	<p>Preenchimento de checklist de contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quais o ACM é CI</p>		
		<p>Incumprimento com procedimentos de contratação pública (comitês, programas de concurso e caderno de encargos) por parte de entidades beneficiárias em projetos em que o ACM é Organismo Intermediário</p>	3	2	Significativo	<p>Preenchimento de checklist de contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quais o ACM é CI</p>		

<p>Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas do ACM enquanto entidade beneficiária do Fundo 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto CI do PCSE e do PCR Lisboa</p>	<p>Incumprimento de Princípios Fundamentais do Dever Comunitário</p>	<p>Incumprimento de princípio da concorência, designadamente, recusa injusta e injuste direito, por parte de entidades beneficiárias de projetos em que o ACM é Organismo Intermédio</p>	1	2	Significativa	<p>Preenchimento de check-list da contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quotas ACM e CI</p>		<p>EFM - Tânia Botelho</p>
		<p>Incumprimento e aplicação das regras do financiamento comunitário (na aplicação do Manual do CCCCC)</p>	1	2	Significativa	<p>Dar conhecimento às/às colaboradoras/as envolvidas/as no âmbito financeiro dos projetos do tabela CCCCC; validação das ações financeiras por superior/a hierárquico/a</p>		
	<p>Transmissão de Princípios de Ética e Deontologia na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações</p>	<p>Quebra da reserva de confidencialidade, facilitar informação do ACM de acesso reservado</p>	1	2	Significativa	<p>Conhecimento por parte das/às colaboradoras/as do Código de Ética e de Conduta e adesão ao mesmo, este Código já prevê disposições a este respeito</p>		
		<p>Não denúncia de situações de irregularidades ou fraudes</p>	1	2	Significativa	<p>Conhecimento por parte das/às colaboradoras/as do Código de Ética e de Conduta e adesão ao mesmo, este Código já prevê disposições a este respeito; dar igualmente conhecimento às/às colaboradoras/as do Regulamento (CE) nº 1073/2009</p>		

<p>Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas (II) ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento (II) no âmbito da autoridade do ACM enquanto (II) do PCSE e do POR Lisboa</p>	<p>Gestão Financeira</p>	<p>Reconhecimento individual de critérios de elegibilidade de despesas com finalidade para a execução do investimento</p>	<p>1</p>	<p>2</p>	<p>Importante</p>	<p>Assegurar o cumprimento e a aplicação integral dos critérios de elegibilidade de despesas definidos na legislação aplicável, validação superior de parecer de análise financeira</p>	
	<p>Imputação e Validação de Despesas</p>	<p>Fórmulas diferentes de cálculo de custos para projetos nacionais e internacionais, e que pode assumir erros na imputação de recursos humanos</p>	<p>2</p>	<p>1</p>	<p>Importante</p>	<p>Harmonizar fórmulas de cálculo de custos para todos os projetos, desde que a legislação o permita; caso tal não aconteça deixar posto de autêntica clara a este respeito</p>	
		<p>Custos com pessoal afetados incorretamente a projetos específicos, em situações que o IMI não está afetado a um único projeto</p>	<p>2</p>	<p>1</p>	<p>Significativa</p>	<p>No caso do ACM enquanto beneficiária, deixar os recursos humanos apenas mediante trociquetes, validada pelo superior hierárquico, que deverá ser remetida à entidade, quando se aplique (caso das entidades beneficiárias) no caso do ACM enquanto CI, emitir orientações às entidades para que procedam de modo idêntico</p>	
		<p>Processo de imputação de despesas incompleto na data de quando deveria ser feita a submissão de despesas por parte das associações/mediadoras pelo caso arquivar a execução dos projetos em que o ACM é beneficiária</p>	<p>3</p>	<p>2</p>	<p>Significativa</p>	<p>Criar normativas e orientações internas relativas a elegibilidade de despesas que, automaticamente, define as prazos para submissão e envio de despesas por parte das associações e mediadoras</p>	
		<p>Processo de verificações e validação de despesas de associações/mediadoras incompleto na data de quando, tendo a questão de articulação entre colaboradores de diferentes departamentos do ACM</p>	<p>2</p>	<p>1</p>	<p>Importante</p>	<p>Definir normas e procedimentos internos de validação de despesas de associações/mediadoras, com prazos de entrega de documentos para a validação no GEMMED</p>	
		<p>Dupla imputação - relativamente a entidades beneficiárias com projetos em que o ACM é Organismo Intermediário</p>	<p>2</p>	<p>1</p>	<p>Importante</p>	<p>Nas verificações de despesas, verificar a % de imputação nos custos; nas verificações no local, confirmar os documentos originais, considerar não elegível qualquer despesa que suscite dúvidas</p>	
	<p>Não cumprimento de prazos de decisão relativamente à análise de pedidos de reembolso/solida</p>	<p>3</p>	<p>2</p>	<p>Significativa</p>	<p>No caso do ACM enquanto beneficiária, contactar as Autoridades do Controlo, reforçando a urgência na decisão no caso do ACM enquanto CI, validar os meios com vista de evitação de pedidos de reembolso/solida e prazos de decisão, redimensionando trabalho sempre que se necessitar</p>		
	<p>Envio de Pedidos de Autorização de Pagamento</p>	<p>1</p>	<p>2</p>	<p>Importante</p>	<p>Sempre que se invista ou devolva PAP, enviar mail à EFAS Pagamentos dando conta da situação</p>		
	<p>Recursos de segurança nas deslocações, em terreno e visitas de acompanhamento no local</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>Importante</p>	<p>Equipa formada sempre por dois elementos conforme previsto em manuais de procedimentos/atividades em termos de segurança/previdência por escrito do superior hierárquico</p>		

IFM - Tânia Babilha



Anexo II - Mapa Estratégico de Serviços e Atividades da Comissão e das Unidades Orgânicas do ACMLP - Operações Pivô e suas Unidades Orgânicas								
Das funções da Unidade Orgânica de Apoio - Grupo de Funções e Apoio Pivô - FASE - ACMA - P - Autarquia Descentralizada								
Mapa Estratégico de Serviços e Atividades da Comissão e das Unidades Orgânicas do ACMLP - Operações Pivô e suas Unidades Orgânicas								
Funções da Unidade Orgânica	Atividade Operativa	Descrição das Funções	Classificação de Função			Processos Operativos de Produção e Entrega de Serviços	Métricas de Desempenho	Observações
			Previdência (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Valor (Plano, Médio, Baixo)			
Atividade que dá suporte técnico às atividades administrativas da Comissão e às suas unidades orgânicas	Atividade Operativa	Atividade de apoio técnico	1	1	Alto	Atividade de suporte técnico às atividades administrativas da Comissão e às suas unidades orgânicas. Lei nº 10.028/2000 e Lei nº 10.029/2000.		
Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas	Planejamento de Atividades Operativas	Planejamento das atividades administrativas da Comissão e às suas unidades orgânicas	1	1	Alto	Planejamento das atividades administrativas da Comissão e às suas unidades orgânicas. Lei nº 10.028/2000 e Lei nº 10.029/2000.		
Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas	Planejamento de Atividades Operativas	Planejamento das atividades administrativas da Comissão e às suas unidades orgânicas	1	1	Alto	Planejamento das atividades administrativas da Comissão e às suas unidades orgânicas. Lei nº 10.028/2000 e Lei nº 10.029/2000.		
Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas	Planejamento de Atividades Operativas	Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas	1	1	Alto	Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas. Lei nº 10.028/2000 e Lei nº 10.029/2000.		
		Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas	1	1	Alto	Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas. Lei nº 10.028/2000 e Lei nº 10.029/2000.		
		Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas	1	1	Alto	Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas. Lei nº 10.028/2000 e Lei nº 10.029/2000.		
		Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas	1	1	Alto	Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas. Lei nº 10.028/2000 e Lei nº 10.029/2000.		
		Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas	1	1	Alto	Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas. Lei nº 10.028/2000 e Lei nº 10.029/2000.		
		Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas	1	1	Alto	Atividade de planejamento das ações e procedimentos de gestão administrativa da Comissão e às suas unidades orgânicas. Lei nº 10.028/2000 e Lei nº 10.029/2000.		



Assessorar que as atividades administrativas estejam de acordo com a legislação e os acordos coletivos, não sendo permitidas alterações.	Fiscalização	Fiscalizar as atividades realizadas pelos servidores em sala de aula e nas dependências	1	3	Significativa	Assessorar através de Comissão de Controle de Atividades de Ensino, de acordo com a legislação em vigor, a execução das atividades de ensino, de acordo com o planejamento aprovado em Conselho de Ensino, de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o Plano de Curso de Ensino.	
		Fiscalizar as atividades realizadas pelos servidores em sala de aula e nas dependências	1	3	Significativa	Assessorar através de Comissão de Controle de Atividades de Ensino, de acordo com a legislação em vigor, a execução das atividades de ensino, de acordo com o planejamento aprovado em Conselho de Ensino, de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o Plano de Curso de Ensino.	
Assessorar as atividades administrativas, de acordo com a legislação e os acordos coletivos.	Inspeção e fiscalização de serviços	Controlar o cumprimento das normas e procedimentos	1	3	Significativa	Verificar as atividades administrativas e de ensino em sala de aula de acordo com a legislação em vigor, de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o Plano de Curso de Ensino.	
		Monitorar a execução de projetos de ensino	1	3	Significativa	Verificar as atividades administrativas e de ensino em sala de aula de acordo com a legislação em vigor, de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o Plano de Curso de Ensino.	
		Monitorar a execução de projetos de ensino	1	3	Significativa	Verificar as atividades administrativas e de ensino em sala de aula de acordo com a legislação em vigor, de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o Plano de Curso de Ensino.	
		Monitorar a execução de projetos de ensino	1	3	Significativa	Verificar as atividades administrativas e de ensino em sala de aula de acordo com a legislação em vigor, de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o Plano de Curso de Ensino.	
		Monitorar a execução de projetos de ensino	1	3	Significativa	Verificar as atividades administrativas e de ensino em sala de aula de acordo com a legislação em vigor, de acordo com o Plano de Trabalho Docente e o Plano de Curso de Ensino.	



Anexo III - MATRI Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção de Corrupção e Infrações Canónicas do ACMSP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Designação da Unidade Orgânica Nível para o Diálogo Intersectorial - GATM								
Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção de Corrupção e Infrações Canónicas do ACMSP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação dos Riscos			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (1=Inevitável, 2=Significativo, 3=Baixo)			
Funcionamento geral	Conflito de interesses	1 - Existência de Conflitos de Interesses (acomodação de funções)	2	1	1	Definição de conflitos de interesses, segregação de funções		MGI - Criação de Imagem
		2 - Existência de Conflitos de Interesses dos colaboradores (envolvimento de cargos em entidades privadas abrangidas por contratos que não sejam para a prestação de serviços públicos)	2	1	1	Definição de conflitos de interesses, segregação de funções		
		3 - Existência de Conflitos de Interesses do ACMSP	1	1	1	Definição de conflitos de interesses, segregação de funções		
		4 - Conflitos de Interesses não declarados, subornos e comissões	1	1	1	Definição de conflitos de interesses, segregação de funções		
	Procedimentos de Contratação Pública	5 - Incompatibilidade com procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos	2	1	1	Articulação com gabinete jurídico e jurídica, formação em CIP aos técnicos e às entidades		
Funcionamento geral	Incompatibilidade de Funções Fundamentais do Direito Comunitário	13 - Incompatibilidade de funções de igualdade de oportunidades na seleção, análise e avaliação de propostas de licitação	1	2	1	Definição prévia dos regimes de funcionamento (critérios de análise, critérios de admissibilidade dos candidatos, critérios de admissibilidade das propostas), análise dos pedidos de apoio por licitação, aprovação dos pedidos de funcionamento externos ao geral, candidatura do próprio nível de gestão pública não é analisada pelo respectivo técnico, segregação de funções		MGI - Criação de Imagem
		15 - Criação de barreiras de competitividade	1	1	1	Formação em ética no local de trabalho		
	Transparência de Processos de Elicitação e Desenvolvimento na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações	16 - Fomento de conflitos de interesses	1	2	1	Definição prévia dos regimes de funcionamento (critérios de análise, critérios de admissibilidade dos candidatos, critérios de admissibilidade das propostas), análise dos pedidos de apoio por licitação, aprovação dos pedidos de funcionamento externos ao geral, candidatura do próprio nível de gestão pública não é analisada pelo respectivo técnico, segregação de funções		MGI - Criação de Imagem
		17 - Declaração de conflito de interesses	1	1	1	Definição prévia dos regimes de funcionamento (critérios de análise, critérios de admissibilidade dos candidatos, critérios de admissibilidade das propostas), análise dos pedidos de apoio por licitação, aprovação dos pedidos de funcionamento externos ao geral, candidatura do próprio nível de gestão pública não é analisada pelo respectivo técnico, segregação de funções		
		18 - Reconhecimento indevido de associações	1	1	1	Obrigatório apresentar documentação, análise de pedidos e visto de reconhecimento efetuado pelos técnicos, aprovação dos pedidos de reconhecimento pelo CM		
		19 - Falta de informação do ACMSP de acesso reservado	1	1	1	Formação em ética no local de trabalho		
		20 - Falta de informação reservada à direção de irregularidades ou fraude	1	1	1	Formação em ética no local de trabalho		
Funcionamento geral	Gestão Orçamental	21 - Reconhecimento indevido de critérios de elegibilidade de empresas co-financiadas para obtenção de investimento	1	1	1	O pagamento efectivo passa por diferentes níveis de aprovação, segregação de funções, formação em ética no local de trabalho		MGI - Criação de Imagem
		22 - Criação de critérios restritivos não fundamentados em bases de credibilidade de fornecedores	1	1	1	Definição prévia dos regimes de funcionamento (critérios de análise, critérios de admissibilidade dos candidatos, critérios de admissibilidade das propostas)		
	Faltas declaradas	23 - Faltas declaradas por não candidatos detectadas em sede de análise e seleção de candidatos	2	1	1	Cumprimento dos regimes de admissibilidade		
		Impugnação e validação de Orçamentos	24 - Falta de impugnação de despesas incorridas ou desautorizadas	2	1	1	Confirmação da impugnação e de que as despesas são projetos aprovados	
	25 - Falta de verificação e validação de despesas incorridas ou desautorizadas		2	1	1	Solução de uma comissão de documentos de despesas e pagamento		



Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Cíveis do ACM/LP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Designação da Unidade Orgânica: Matriz para o Diálogo Intersectoral - Programa PPT - Português para Todos								
Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Cíveis do ACM/LP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Respostas
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Severidade, Significativa, Crítica)			
Análise e gestão de riscos	Conflito de Interesses	[ausência de Declarações de Interesses (acumulação de funções)	1	1	Severidade	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Ações de auditoria interna.		
		[ausência de Declarações de Interesses dos colaboradores (ausência de regimes em entidades privadas onde trabalhem por períodos em que participam no exercício de cargos públicos)	1	1	Severidade	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Ações de auditoria interna.		
		[ausência de Declarações de Interesses do ACM/LP	1	1	Severidade	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Ações de auditoria interna.		
		Conflito de Interesses não identificados, subterfúgios e contornos)	1	1	Severidade	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Ações de auditoria interna.		
	Procedimentos de Contratação Pública	De cumprimento com procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos	2	1	Severidade	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concretização de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		Manipulação de procedimentos com recurso	2	1	Severidade	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concretização de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		De cumprimento com regras e procedimentos de contratação pública no âmbito do subcontrato	2	1	Severidade	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concretização de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		De cumprimento com procedimentos de contratação pública (serviço, preço e/ou de contrato e caderno de encargos)	2	1	Severidade	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concretização de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		Alterações contratadas e/ou em âmbito, bem como serviços não fornecidos em substituição sem fundamentação e procedimentos adequados	2	1	Severidade	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concretização de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		De cumprimento do processo de qualificação de fornecedores na seleção, análise e avaliação de propostas e formação	1	1	Severidade	Formação em âmbito de competências.		



Análise e seleção de propostas	Transparência de Processos de Ética e Conduta no Serviço, Análise e Acompanhamento de Operações	Questão de reserva de confiabilidade	1	1	Alto	Reflexão na formação em ética no trabalho, / Assessoria e reflexão na divulgação do código de ética e conduta		
		Favorecimento de Entidades	1	1	Alto	Prova teórica de prova de análise dos candidaturas, com direção prova dos critérios específicos de análise, / Validação pela gestão de projeto e pelo Alto-comissário (AC) / Segregação de funções entre quem analisa e quem aprova as candidaturas.	Prevenir a substituição dos membros orientamentos identificadas por: Análise de declaração de conflitos de interesses, / Segregação de funções, validação/aprovação a vários níveis hierárquicos.	
		Declínio em causa pública, por conflito de interesses	1	1	Alto	Validação/aprovação a vários níveis (Direção, coordenadores da EFA e Alto Comissário)		
		Faça uma declaração de ACHAP de quem reservada	1	1	Alto	Reflexão na formação em ética no trabalho, / Assessoria e reflexão na divulgação do código de ética e conduta		
		Segregação de informação referente à declaração de integridade ou fraude	1	1	Alto	Reflexão na formação em ética no trabalho, / Assessoria e reflexão na divulgação do código de ética e conduta		
	Gestão de risco	Declínio de risco individual de critérios de elegibilidade de despesas re-ferenciais de pro-jeção de valores investidos	1	1	Alto	Definição prévia dos critérios de elegibilidade		
		Criação de critérios restritivos não fundamentados em termos de credibilidade de funcionamento	1	1	Alto	Definição prévia dos critérios de elegibilidade		
		Multiplicação de procedimentos concorrentes	2	3	Alto	Articulação dos procedimentos de candidatura pública com os juretos do ACM		
	Falhas de Declarações	Falhas de declarações por parte dos candidatos detectadas em sede de análise e seleção de candidaturas	3	4	Sigiloso/Alto	Complemento prévio aos candidatos dos conteúdos resultantes de eventuais falhas de declarações.		
	Impugnação e validação de Despesa	Cálculo com pessoal afetado incorrectamente a projectos específicos	4	1	Sigiloso/Alto	Soluções, em candidatura, dos métodos de cálculo e chaves de impugnação.		
		Processos de impugnação de despesas incompletos ou desadequados	4	1	Sigiloso/Alto	Soluções, em candidatura, dos métodos de cálculo e chaves de impugnação.		
		Processo de verificações e validação de despesas incompletos ou desadequados	4	1	Sigiloso/Alto	Soluções, em candidatura, dos métodos de cálculo e chaves de impugnação.		



Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Comuns do ACMLP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas

Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Comuns do ACMLP - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade [1 a 4]	Impacto [1 a 4]	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
Assumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Conflito de Interesses	1. Existência de Conflitos de Interesses (acumulação de funções)	1	2		Estabelecimento de regulamentos de atribuição de financiamento a associações/organizações		GACI - Sónia Costa

Anexo IV

Matriz de Risco

(conforme à ferramenta da CE detalhada na EGESIF 14-0021-00)

Unidade orgânica	Riscos identificados	Classificação do risco			Principais medidas de prevenção e mitigação identificadas	Medidas Preventivas Adicionais	Responsável
		Probabilidade	Impacto	Nível			

Anexo V

EGESIF 14-0021-00

**“Orientações para os Estados-Membros e as Autoridades do Programa
Avaliação do risco de fraude e medidas antifraude eficazes e proporcionais”**

In

https://ec.europa.eu/sfc/sites/sfc2014/files/sfc-files/guidance_fraud_risk_assessment.pdf